



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA**

**QUEM VAI DESCER A ACARÁ?
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO FAZER-SE CLASSE DO
OPERARIADO DO PARQUE INDUSTRIAL DE MANAUS - ANOS 1980.**

MILTON MELO DOS REIS FILHO

**MANAUS-AM
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIEDADE E CULTURA NA
AMAZÔNIA

**QUEM VAI DESCER A ACARÁ?
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO FAZER-SE CLASSE DO
OPERARIADO DO PARQUE INDUSTRIAL DE MANAUS - ANOS 1980.**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Sociedade
e Cultura na Amazônia da Universidade
Federal do Amazonas, como requisito
parcial para a obtenção do título de mestre
em Sociedade e Cultura na Amazônia.**

Orientadora: Prof^ª. Dra. Iraildes Caldas Torres

**MANAUS-AM
2008**

MILTON MELO DOS REIS FILHO

QUEM VAI DESCER A ACARÁ?
PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO FAZER-SE CLASSE DO
OPERARIADO DO PARQUE INDUSTRIAL DE MANAUS – ANOS 1980.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Aprovada em: 21/11/2008

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Iraildes Caldas Torres - Presidente
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Francisco José da Costa Alves - Membro
Universidade Federal de São Carlos - UFSC

Prof^ª Dra^a Elenise Faria Scherer - Membro
Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

À família Reis, em especial, aos meus pais Milton Melo dos Reis e Domitila Bittencourt e a minha prima Eluila Melo Belchior, exímios incentivadores da minha trajetória intelectual, os quais até hoje sou grato e guardo na minha memória;

Á minha esposa Alcilene Couto, pelo amor, cumplicidade, paciência e fidelidade nestes anos de convivência;

À nossa filha Jade, a nossa pedrinha preciosa, pela sensibilidade, autonomia e diversão nos jogos virtuais, tão relaxantes nos momentos cansativos.

AGRADECIMENTO

A Deus;

A professora Dra. Iraildes Caldas Torres pela liberdade que confiou a mim e pela clareza na indicação de caminhos a serem seguidos;

A Universidade Federal do Amazonas, em especial ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), pelo incentivo à pesquisa e publicação durante a realização do curso. Sem estes ingredientes jamais teria deixado os registros de minha passagem no Programa;

A Secretaria Municipal de Educação (SEMED), pela minha liberação para cursar o mestrado; com ela compartilharemos à excelência do ofício;

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão de bolsa. Com este auxílio consegui superar e valorizar cada momento da minha ação investigativa enquanto pesquisador;

Aos professores doutores Antonio Carlos Witikosky e Maria Luíza Ugarte Pinheiro, pela significativa contribuição na ocasião do Exame de Qualificação. Sem dúvida, suas indicações descortinaram novos horizontes para o aprimoramento das minhas categorias de análises durante a fase embrionária de minha pesquisa;

Aos demais professores do Programa, em especial ao professor Dr. Narciso Lobo e a professora Dra. Elenise Faria Scherer, por suas contribuições no discutir das temáticas concernentes ao objeto de pesquisa. Sem dúvida, elas foram fundamentais para a compreensão e o alcance das diferentes fontes;

Aos meus colegas de turma do mestrado, em especial a Eveline Nascimento, Márcia Oliveira, Osmarina Godoy, M^a Lúcia Tinoco, Elias Brasilino, Glademir Santos, Eder Gama, Érica Luciene, Denis Pereira, Nágila Silva, Alvatir Silva, Tatiana Barbosa, Andreina Santos, Ana Kátia e aos demais pelo apoio silencioso e comedido durante esta caminhada;

Aos trabalhadores e trabalhadoras do Pólo Industrial de Manaus (PIM), em nome dos seus órgãos representativos (Pastoral Operária e CUT), pela brilhante contribuição no desvelar de uma “história vista de baixo”. Sem eles jamais seria possível resgatar os marcos que nortearam este desafio.

Agradeço.

*“O fazer-se da classe operária é um fato
tanto da história política e cultural quanto
da econômica”
(E. P. Thompson).*

RESUMO

Quem vai descer a Acará? Esta indagação constituiu-se no filão que entrelaçou esta investigação do início ao fim. Trata-se de um estudo sobre os trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus que, em meio às tensões do regime no início dos anos oitenta e das agruras do controle fabril, soube organizar-se para constituir-se numa classe social, a classe operária. Buscamos compreendê-lo na trama de relações e dos antagonismos de classe que notabilizaram este período. Assumi o propósito de investigar as greves, os momentos de tensões, conflitos e as lutas travadas pelos trabalhadores operários ocorridos no interior das fábricas que compõem o Pólo Industrial de Manaus, na década de oitenta do século XX e suas implicações no movimento mais amplo dos trabalhadores congregados na CUT no Amazonas. O estudo atende a uma perspectiva metodológica da história oral e a técnica utilizada constituiu-se na entrevista do tipo semi-estruturado aplicada junto a seis trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus. Realizamos uma análise sobre a transição política como projeto e processo de abertura democrática no Brasil; a construção do novo sindicalismo no Brasil e no Amazonas, procurando perceber as vicissitudes da primeira greve no PIM, os recuos avanços e vitórias nas greves dos trabalhadores do Parque Industrial de Manaus e espaço da luta e a sociabilidade operária. Os resultados mostram a importância que teve os trabalhadores e trabalhadoras do Pólo Industrial de Manaus na organização e constituição de sua classe, do fazer classe nos anos oitenta, uma década recheada dos mais significativos acontecimentos que tiveram sua culminância positiva no campo das conquistas sociais, econômicas e culturais. A realização desta pesquisa deveu-se à necessidade e, também, à preocupação de fazer uma abordagem sobre a Classe Operária no Brasil cuja meta fundamenta-se na idéia de contribuir para com a produção histórica regional, apresentando subsídios para a comunidade acadêmica no discutir de uma visão historiográfica com este olhar contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalhadores Operários – Sindicalismo – O fazer classe.

ABSTRACT

Attending the Acará down? This inquiry was in the vein that intertwine this investigation from start to finish. This is a study on workers of the Industrial Pole of Manaus that, amid the tensions of the regime in the early eighties and the bitterness of manufacturing control, knew organize itself to be in a social class, the working class. We try to understand it in the web of relationships and class antagonisms that distinguish this period. Assumed the purpose of investigating the strikes, the moments of tension, conflicts and struggles waged by workers workers occurred inside the factories that make up the Industrial Pole of Manaus, in the eighties of the twentieth century and its implications for the broader movement of workers CUT gathered in the Amazon. The study responds to a methodological perspective of oral history and the technique used was based on interviews of the semi-type structure applied to six workers from the Industrial Pole of Manaus. An analysis on the political transition process as design and democratic openness in Brazil, the construction of the new unionism in Brazil and the Amazon, seeking understand the vicissitudes of the first strike in PIM, the advances and setbacks victories in strikes of workers in the Industrial Park of Manaus and space of social struggle and working. The results show the importance it had employees and workers of the Industrial Pole of Manaus in the organization and establishment of its class, the class do in the Eighties, a decade full of the most significant events that took its culmination positive achievements in the field of social, economic and cultural. The completion of this research was due to the need and also to the desire to make an approach on the working class in Brazil whose goal is based on the idea of contributing to the historic regional production, providing subsidies for the academic community in discussing the a vision with this historiographical look contemporary.

KEY WORDS: Workers Laborers – Unionism - The Making Class.

LISTA DE SIGLAS

ADUA – Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas
ANAMPOS – Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ANPUH – Associação Nacional dos Professores das Universidades de História
APPAM – Associação Profissional dos Professores do Amazonas
CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores
CIMI – Conselho Indigenista Missionário
CIPA's – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais
CONCLAT – Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras
CQ – Controle de Qualidade
CSN – Conselho de Segurança Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DI – Distrito Industrial
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
DU – Diretório Universitário
ENOS – Encontro Nacional de Oposições Sindicais
ENTOES – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical
EUA – Estados Unidos da América
FASE – Fundação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FAPEAM – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas
JOC – Juventude Operária Católica
JUBAM – Juventude em Busca de Algo Melhor
LSN – Lei de Segurança Nacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG's – Organizações Não-Governamentais
OSM – Oposição Sindical Metalúrgica
PCB – Partido Comunista do Brasil
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PIM – Pólo Industrial de Manaus
PM – Polícia Militar
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PO – Pastoral Operária
POLOP – Política Operária
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SESI – Serviço Social da Indústria
SINTEAM – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UESA – União dos Estudantes Secundaristas do Amazonas
URP – Unidade de Referência de Preço
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US – Unidade Sindical

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I: TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO	18
1.1 – A transição política como projeto e processo de abertura democrática no Brasil.....	18
1.2 – A construção do novo sindicalismo no Brasil e no Amazonas.....	34
1.3 – As greves do ABC paulista e sua influência no Amazonas.....	53
CAPÍTULO II: A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA OPERÁRIA NO AMAZONAS	66
2.1 – O fazer classe na perspectiva do novo sindicalismo.....	66
2.2 – A tomada do sindicato dos trabalhadores metalúrgicos do Amazonas pelas forças combativas.....	81
2.3 – A articulação da luta operária com as entidades da sociedade civil do Amazonas.....	90
CAPÍTULO III: A EXPRESSÃO POLÍTICO-CLASSISTA DO OPERARIADO AMAZONENSE	98
3.1 – As vicissitudes da primeira greve do PIM.....	98
3.2 – Recuos, avanços e vitórias nas greves dos trabalhadores do Parque Industrial de Manaus.....	107
3.3 – Espaços de luta e sociabilidade operária.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	138
ANEXOS	142

INTRODUÇÃO

Concretizar uma discussão em torno do tema do operariado industrial e compreendê-lo na trama de relações e dos antagonismos de classes que notabilizaram os anos oitenta no Parque Industrial de Manaus, constitui o maior desafio deste estudo. O nosso interesse consiste em investigar as tensões, conflitos e as lutas travadas pelos trabalhadores operários ocorridas no interior das fábricas que compõem o Pólo Industrial de Manaus. O recorte adotado é a década de 80 do século XX, considerada anos obscuros da luta classista no Parque Industrial de Manaus, pautada pelo novo sindicalismo.

Quem vai descer a Acará? Esta indagação constituiu-se no filão que entrelaçou esta investigação do início ao fim. Trata-se de um estudo sobre os trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus que, em meio às tensões do regime no início dos anos oitenta e das agruras do controle fabril, soube organizar-se para constituir-se numa classe social, a classe operária. A Rua Acará está localizada no Pólo Industrial de Manaus, é uma das principais vias de acesso às fábricas, e se constituiu numa expressão popular dos trabalhadores que temiam por suas demissões durante e após os confrontos grevistas.

Fazer este recorte histórico-temporal significa reabilitar um período marcado pela participação dos trabalhadores operários em algumas empresas do Pólo Industrial de Manaus, bem como, recuperar marcos de grandes conquistas no campo dos direitos sociais e trabalhistas. Compõe este universo das lutas e conquistas a redução da jornada de trabalho, reposição salarial, abonos salariais, melhorias nas condições de trabalhos, medidas de prevenção contra acidentes, assistência médica e ambulatorial, prolongamento da licença maternidade, dentre outras.

Os anos oitenta suscitaram novas configurações na expressão identitária dos trabalhadores, cujo fenômeno não é extensivo ao conjunto dessa classe, mas à sua representatividade que se apropria de novos padrões de ação coletiva, o que nos permite falar da emergência de novos sujeitos políticos. Estes atores sociais são parte de um cenário novo, de novas práticas sociais que estavam emergindo na história social do país. Eles foram interpretados a partir de suas linguagens e valores que professavam como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Sader (1988) examinou com primazia este tema no livro “Quando os novos personagens entram em cena”.

É com o espírito de ousadia, da força e da coragem que os operários do Pólo Industrial de Manaus encararam este cenário. Era o novo sindicalismo que emergia assumindo uma perspectiva combativa e classista, eram os novos movimentos sociais que se forjavam de forma autônoma e por fora dos partidos políticos e da tutela do Estado num processo de auto-organização, reivindicando direitos e não trocando favores como os “velhos” movimentos do passado. Era o surgimento de uma nova sociabilidade presente em associações comunitárias onde a solidariedade e a ajuda mútua se contrapunham aos valores da sociedade burguesa, eram os novos movimentos sociais que politizavam espaços antes silenciados e enclausurados.

De onde ninguém esperava, parecia emergir novos sujeitos coletivos, criando seu próprio espaço e requerendo novos conceitos para sua inteligibilidade.

É o momento de expressão de uma cidadania voltada para o estabelecimento de relações entre as condições de existência posta para os trabalhadores, sob os auspícios do estado de direito. Sader (1988, p. 44) recorre ao modo como Thompson concebe a constituição histórica das classes sociais para reafirmar o fato de que “as classes acontecem à medida que os homens e mulheres vivem suas relações de produção e experimentam suas situações determinantes, dentro do conjunto de relações sociais com uma cultura e expectativa herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais”.

Seguindo o rastro compreensivo deste autor, podemos dizer que, embora as pessoas se encontrem, numa sociedade estruturada, já determinada, a reconstituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro de significações culturais que as impregnavam. É na elaboração dessas experiências que se identificam interesses e se constroem coletividades políticas, sujeitos coletivos e atores sociais (movimentos sociais).

Esses atores e trabalhadores que souberam vencer com galhardia e tenacidade, perseverança e confiança todos os obstáculos até chegarem aos dias atuais, deixaram suas contribuições no campo social, político, econômico e cultural. Merecidamente as mulheres que tiveram uma grande atuação junto aos demais trabalhadores, colocando em ação suas estratégias utilizadas na construção do *fazer classe* dos trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus.

Hoje, muitos desses trabalhadores e trabalhadoras encontram-se na labuta do dia-a-dia do trabalho formal ou informal no centro da cidade ou nos pontos de confluência das

avenidas atuando em ramos de negócios diversos. Poucos conseguiram se manter no chão de fábrica por razões bem específicas como a falta de preparo ou qualificação profissional, idade, ou mesmo a recusa pelo baixo salário que nem sempre supria suas necessidades. Outros se encontram inseridos no setor público desenvolvendo atividades concernentes às suas variadas profissões.

A idéia do estudo de um tema vinculado à nossa história de trabalhador da indústria manauense, na década de oitenta, vem se somar a uma pesquisa realizada no curso de especialização em “História e Historiografia da Amazônia”, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas em 2004. Amadurecido ao longo das discussões travadas no decorrer do referido curso, este tema continuou a ser construído no âmbito do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, através das discussões em sala de aula e no processo de orientação.

Há necessidade de novas produções nesse campo temático de estudos investigativos em face do pouco que tem sido produzido em relação à história do movimento operário no Amazonas, mais enfaticamente, quando se trata exclusivamente da década de 1980 do século XX.

Thompson (1987) mostrou que essa classe não é construída somente em termos econômicos, pois se baseia na construção histórica de experiência. Quando se faz uma releitura do passado busca-se a multiplicidade de experiência, tenta-se revalorizar as perdas e os ganhos desses subalternos, que tiveram uma grande importância histórica, pois só assim compreendem-se os conflitos e os processos de transformação. Este pensador descreve a consciência de classe e as experiências manipuladas dentro dos termos culturais, vendo que grande parte dessa experiência da classe determinou as relações produtivas dentro das quais os homens nascem e são inseridos nela de modo involuntário. Seus estudos atenderam aos diversos anseios da história, principalmente da história social.

A pesquisa está ancorada nos estudos clássicos de Edward Palmer Thompson, pela originalidade que oferece em suas obras para respaldar nossas análises sobre a consciência de classe. Com esta tendência historiográfica thompsoniana priorizamos três categorias, a saber: trabalhadores, sindicalismo e o fazer classe. Numa tentativa de mostrar e compreender com mais clareza estas categorias, elegemos autores regionais/nacionais e os clássicos. Em nível regional/nacional dialogamos com os autores Torres (2005), Pinheiro (2003), Vieira (2002) Ribeiro (1987) e Costa (1993/1994). No diálogo com os clássicos o trabalho inspirou-se nos aportes da influência da historiografia marxista inglesa, particularmente “A Formação da

Classe Operária Inglesa” de Edward Palmer Thompson (1987) e “Trabalhadores e Mundos do Trabalho de Eric Hobsbawm (1995), complementados pelos estudos de Doimo (1995), Rodrigues (1997/1999), Alves (2003), Blass (1999) e Gomes (2002).

Os informantes desta pesquisa são os trabalhadores do PIM, (ex-dirigentes sindicais, ex-operários (as) da indústria eletro-eletrônica de Manaus) que marcaram a história desta categoria de trabalhadores na década de 80 do século XX.

O trabalho atende a uma perspectiva metodológica da História Oral e a técnica utilizada consistiu na entrevista do tipo semi-estruturado, aplicada junto a 06 (seis) trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus, sujeitos importantes na construção do fazer classe dos trabalhadores operários em Manaus. O levantamento de dados primários foi realizado na sede da Pastoral Operária e Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Para aprofundar nossos estudos investigativos e dar originalidade à história oral, procuramos compreender a história do operariado amazonense, a partir da fala e expressão dos próprios operários que foram centrais na nossa pesquisa. Nesse sentido, desenvolvemos a pesquisa bibliográfica utilizando, além de nossos acervos particulares, a Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL), a imprensa local (Jornal A Crítica, Jornal do Comercio, Jornal A Notícia e o jornal alternativo O Parafuso da Pastoral Operária). Este procedimento operacional foi realizado no período de quatro meses. Em relação à documentação, foram revisitados os arquivos da Pastoral Operária.

A opção metodológica com os aportes da comunicação jornalística foi fundamental para a compreensão do período investigativo sobre o operariado amazonense. A exemplo do que define Capelato (1989, p. 15), “[...] os jornais procuram atrair o público e conquistar seus corações e mentes”. Por outro lado Zicman (1985, p. 90) ao afirmar “para os historiadores o jornal é antes de tudo uma fonte onde se ‘recupera’ o fato histórico – uma ponte ou um trampolim em direção à realidade – não havendo, entretanto interesse por sua crítica interna”. Neste sentido a Imprensa no Amazonas ganha um arsenal de dados informacionais que viabilizam pesquisas por meios de suas representações fotográficas. Ainda nos dizeres de Zicman (1985, p. 94),

este instrumental metodológico polimorfo e polifuncional caracteriza-se fundamentalmente como um exercício de desocultação fornecendo-nos uma melhor ‘descrição’ de textos e permitindo-nos avanços para além das significações primeiras dos discursos e escapar dos perigos da compreensão espontânea.

Estes foram os motivos legítimos para o debruçar nas pesquisas jornalísticas¹ porque reflete na meta de conseguir adeptos para uma causa, seja ela empresarial ou política, e os artifícios para esse fim são múltiplos.

Escolhemos o aporte metodológico da história oral por ser inovadora na medida em que dá atenção especial aos “dominados”, aos silenciados e aos excluídos da história (mulheres, proletários, marginais etc.). Propõe-nos examinar a história do cotidiano e da vida privada numa ótica que é o oposto da tradição francesa da história da vida cotidiana, dando primazia a história local e enraizada.

A história oral é inovadora também por suas abordagens que dão preferência a uma *história vista de baixo*², atenta às maneiras de ver e de sentir na medida em que as estruturas objetivas e as determinações coletivas preferem as visões subjetivas e os percursos individuais, numa perspectiva decididamente centrada na *micro-história*³.

Autores como Amado (2002), Lozano (1994) dentre outros discutem importantes aspectos da história oral nos dias de hoje. Lozano (1994, p. 17) chama a atenção para o fato de que “o historiador oral é algo mais que um gravador que registra os indivíduos sem voz, pois procura fazer com que o depoimento não desloque nem substitua a pesquisa e a conseqüente análise histórica”.

Hoje, falar da história oral – como método historiográfico – já não representa um fato novo, com propostas sugestivas e procedimentos atraentes ou inéditos no ofício de historiar. Pelo contrário, “é mais bem aceito e já faz parte do arsenal técnico-metodológico geral de um número cada vez maior de profissionais de história e outras disciplinas sociais afins” (LOZANO, 1998, p. 17).

¹ Em passagem pelo Sindicato dos Metalúrgicos, pôde-se constatar que há uma variedade de documentação sem a devida preservação; porém, é passível de uma catalogação de seus acervos para a execução de um trabalho. As informações encontram-se todas soltas, não existe um acervo organizado. O Sindicato não prioriza seus arquivos. São lamentáveis os relatos dos funcionários desse aparelho sindical quando justificam a não preservação em função da troca de presidentes que não priorizam o arquivamento de documentos.

² Como abordagem, a história vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como um corretivo da história da elite. A segunda é que oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre possibilidades de uma análise mais rica de compreensão histórica, de uma fusão de história de experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais da história. Ver SHARPE, Jim. IN: *A Escrita da História: novas perspectivas* / Peter Burke (Org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

³ A micro-história é essencialmente uma prática historiográfica em que suas referências teóricas são variadas e, em certo sentido, ecléticas. Levi (apud. REVEL, 1989) define a micro-história como a tentativa de estudar o social, não como um objeto investido de propriedades inerentes, mas como um conjunto de inter-relacionamentos deslocados existentes entre configurações constantemente em adaptação.

Há que se considerar que o historiador oral que tende a integrar todas essas práticas está em busca de seu passado e ao mesmo tempo de sua identidade. Daí resulta a relevância social deste trabalho como algo inovador e pensado para dar voz ao segmento de trabalhadores operários, que fizeram história no nosso país e no nosso Estado buscando, pois, resgatar a memória de um povo militante à luz da história vista de baixo.

Busca-se também descobrir a novidade nas lutas mais tradicionais do Pólo Industrial de Manaus, na ocupação do espaço, na resistência, na forma de fazer-se classe e história social. Novos atores sociais surgem permanentemente, aparecem e desaparecem sem cessar, e a instabilidade indica dinamismo e experimentação constantes.

A dissertação está seccionada em três capítulos. O primeiro faz referência às tendências ideológicas do movimento operário brasileiro, propondo discutir uma historiografia da classe operária no Brasil e, especificamente, no Amazonas no contexto da transição política que avançava como um grande projeto e processo de abertura democrática no Brasil. Neste cenário, as greves do ABC paulista surgiram como um referencial para a classe trabalhadora do Pólo Industrial de Manaus. A construção de um novo sindicalismo foi pensada e se constituiu como o principal desafio para o movimento sindical no Amazonas.

O segundo capítulo revela a construção da classe operária no Amazonas. Desvenda-se e recuperara-se uma década de embates e de grandes desafios do operariado amazonense. Em especial a mulher, que junto com os seus pares constituíram-se como principais protagonistas do fazer classe, respondendo aos anseios de um novo sindicalismo. O momento da tomada de um sindicato pelego pelas forças combativas, onde os trabalhadores e trabalhadoras também como coadjuvantes deixaram grandes contribuições no campo de suas militâncias reivindicativas. Uma categoria que deixou seu verdadeiro exemplo de articulação com os diversos segmentos da sociedade civil do Estado do Amazonas.

No terceiro e último capítulo nos ocupamos de uma análise sobre o cotidiano da luta operária centrada na expressão político-classista do operariado amazonense. Resgatamos os principais acontecimentos ocorridos durante a primeira greve no Parque Industrial de Manaus, assim como os recuos, avanços e vitórias vivenciados pelo operariado deste pólo durante a década de oitenta do século XX, além dos mais diferentes mecanismos forjados pelos trabalhadores na luta, dando especial relevo à sociabilidade operária.

Além do valor informacional e o resgate da memória coletiva, importantes para a academia e o movimento operário, esta pesquisa serve para repensar a trajetória da classe operária no Brasil e, especificamente, no Estado do Amazonas, na tentativa de trazer para o

cenário da luta de classe os novos sujeitos e os novos atores sociais da militância sindical. Nesse sentido, poderá auxiliá-los na construção de novos personagens nos quadros do trabalho, um novo perfil de trabalhador operário emergente na era da tecnologia informacional. Constituiu-se, também, num documento-receptáculo da memória destes trabalhadores e trabalhadoras que se fizeram presentes na sociedade como os principais protagonistas de sua história.

CAPÍTULO I

TENDÊNCIAS IDEOLÓGICAS DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO

1.1. A transição política como projeto e processo de abertura democrática no Brasil

O cenário nacional do final dos anos 60 e início dos anos 70 sinalizou com a presença de uma burguesia nacional tranqüilizada pela restauração de um Regime Militar repressivo que a salvou do “terror” comunista. As forças hegemônicas desse momento trataram de manter os trabalhadores da cidade e do campo e suas organizações mais emergentes amordaçados: greves proibidas, intervenções sindicais, ligas camponesas desativadas. Estudantes e intelectuais progressistas perseguidos e cassados, todos submetidos ao terror militar.

O cenário regional amazônico diferia apenas em função do menor dinamismo socioeconômico e do isolamento da região em relação ao pólo dominante do país. Um cenário de economia deprimida após a derrocada da efêmera prosperidade da economia gomífera e o conseqüente refluxo da presença de trabalhadores nos seringais. Organizações urbanas de trabalhadores bastante frágeis com destaque somente para os sindicatos das indústrias têxtil, gráfica e da construção civil.

Os anos de 1972 do governo Médice, foram marcados pela repressão radical e extermínios humanos, somados à liquidação selvagem dos focos de guerrilhas e dos suspeitos de subversão. A ideologia e a correspondente prática do Desenvolvimento com Segurança e sem participação. A ideologia da Grandeza Nacional a despeito da miséria, e a esquizofrenia dos Grandes Projetos desenhados e implementados sem consulta às populações⁴.

Na análise de Hébette (2000, p. 8) a sociedade não “é” construída; ela “se” constrói, dinamicamente, por meio de um complexo processo social-econômico, político, cultural, todos exercendo seus papéis e cada um no seu devido lugar. “O escravo no eito, o empresário

⁴ Podemos citar a Transamazônica, a colonização oficial no Pará e em Rondônia. A violação autoritária das áreas indígenas.

na sua fábrica ou no seu banco, o governo no seu palácio. Um processo que avança através das contradições de classes e de conflitos no interior das classes e das instituições”⁵.

Se até 1930 o movimento operário no Brasil pautava-se em um sindicalismo autônomo e combativo, com entidades de resistência operária e de forte cunho anarquista, a partir dessa data inicia-se a implantação de um sistema afirmativo oficial para controle da classe trabalhadora, como parte de um projeto político- econômico. Para Rodrigues (1968), após os períodos mutualistas (antes de 1888) e de resistência (1888-1919), o movimento sindical no Brasil passa por uma fase de ajustamento (1919-1934), controle (1934-1945) e competição (1945-1964). Após 1930, com pequenos períodos de ajustamento/transição, o sindicalismo ganha estrutura oficial, tanto para associações de empregados, à medida que os sindicatos são órgãos de colaboração do Estado e por ele controlados.

Essa estrutura sindical rígida e submetida à tutela do Estado através do Ministério do Trabalho, organiza os trabalhadores por categorias profissionais, ou econômicas para os empregadores, em nível local, e superposições de federação em nível estadual e confederação em nível nacional, impedindo a unificação do movimento sindical. Institui-se um quadro formal de absoluta falta de autonomia sindical, contrária as necessidades de desenvolvimento e avanço da classe trabalhadora.

A rígida estrutura sindical oficial sofrerá pequenas rupturas devido às pressões de um sindicalismo de oposições que, expressando a movimentação de base, contornará a legislação sindical, buscando na legislação civil, os meios para a montagem de uma estrutura paralela.

Após o período de controle, segundo Chaia (1992, p. 32) tem início, com o processo de redemocratização brasileira, no final do Estado Novo, “o período competitivo que favorecerá a atuação de diversas correntes políticas que disputam o controle do movimento sindical, sem que nenhuma delas consiga senão momentâneos domínios de alguns setores mais importantes”. A priori foram os comunistas que mais bem organizados e munidos de uma política sindical, mais ou menos definida, obtiveram êxitos significativos. As tendências obreiristas mostraram-se muito fortes no período em que o Partido Comunista Brasileiro se manteve na legalidade, de modo a facilitar o seu trabalho sindical. Desde logo importantes oposições se formaram, antevendo conseqüências políticas de grande envergadura com sucessivos êxitos comunistas no meio sindical.

⁵ Ver HÉBETTE e MOREIRA, 1997.

Á medida que os sindicatos se politizavam, em decorrência do contato com os problemas de ordem nacional que os afetavam, eles passavam a se organizar com objetivos comuns. Isto facilitava uma nova integração das lutas sindicais para o enfrentamento de interesses comuns. Tal tendência implicou em conhecer diferentes aspectos econômicos, sociais e políticos da realidade, uma vez que a luta sindical esbarrava em temas complexos e estruturais da nação. Foi assim que a classe trabalhadora teve condições de esclarecer a sua posição aos grupos da sociedade, do Estado e da economia nacional.

Chaia (1992), em seu livro “intelectuais e sindicalistas – a experiência do DIEESE 1955-1990”, nos diz que a conjuntura política dos anos 1967 e 1968 tornou-se favorável às mobilizações e movimentos de massa, à medida que a diretriz política de Costa e Silva apontava para a busca de legitimidade do seu governo na sociedade civil. Para este autor esses dois anos conheceram o ressurgimento do movimento estudantil, das movimentações artísticas e intelectuais, a renovação de uma ala progressista da Igreja ligada à Teologia da Libertação e a opção de organizações de esquerda pela luta armada.

O Estado brasileiro iniciou sua militarização, aumentando a presença das forças armadas em diferentes setores da sociedade com a criação de mecanismos como o Conselho de Segurança Nacional. Economicamente, esses dois anos representaram um período de crise, com o aumento do desemprego e elevação do custo de vida com efeito sobre os salários reais.

A partir de 1973, nasceu o Novo Sindicalismo originado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, “que representava um segmento expressivo da moderna classe operária brasileira: os trabalhadores das grandes indústrias metalúrgicas, lideram o milagre econômico brasileiro” (ALMEIDA, 1983, p. 201). Na concepção desta autora, o Novo Sindicalismo, tinha como proposta central a abolição da intervenção estatal nas relações trabalhistas. Nasceu, dessa forma, em oposição à política salarial dos governos militares, defendendo o retorno da negociação coletiva entre patrões e empregados, sem a intermediação dos organismos estatais.

O retorno da negociação coletiva exigiu a volta ao direito irrestrito de greve, à liberdade e à autonomia sindical, encorajados por uma legislação que impunha a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades de classe. O novo sindicalismo defendeu a criação de organismos sindicais nos locais de trabalho. Para Chaia (1992, p. 30),

O sindicalismo que renascia, liderado por Luís Inácio Lula da Silva, possuía um cunho democrático, tendo por base a participação popular e ‘o reconhecimento da dignidade da condição operária no âmbito da sociedade e da igualdade cidadã na arena política’, conforme Maria Hermínia.

Originado em São Bernardo começou a se alastrar, influenciando outros setores trabalhistas. A partir de 1977, as mais diferentes categorias profissionais começaram a se mobilizar, pressionando o Estado contra o arrocho salarial, contra a política salarial e a lei antigreve, criando ondas consecutivas de greves.

No início dos anos 1980, o movimento sindical urbano gravitava em torno de dois grandes blocos, de composição interna bastante heterogênea. De um lado situavam-se as forças do Novo Sindicalismo em conjunção, nem sempre tranquilas, com as chamadas oposições sindicais. De outro, agrupavam-se as lideranças sindicais influenciadas pela esquerda ortodoxa e uma plêiade de dirigentes comprometidos com o sindicalismo atrelado ao Estado. Essas duas facções sindicais passaram a disputar maiores espaços no interior do movimento sindical, ocorrendo diversos confrontos entre elas, geralmente com resultados que mostravam certo equilíbrio, como ocorreu na 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em agosto de 1981.

A duas forças sindicais polarizavam o movimento sindical a ponto de passarem a expressar interesses políticos partidários diferentes, o que levou as lideranças do novo sindicalismo a criarem uma nova organização partidária que foi o Partido dos Trabalhadores e as lideranças da Unidade Sindical⁶ a vincularem-se ao MDB. Para Chaia (1992, p. 131)

o ano de 1977 também marcou a volta das negociações coletivas no Brasil, quando eclodiram as campanhas pela reposição das perdas salariais, principalmente ao se considerar a manipulação dos dados por parte do governo. Não só o movimento sindical se reorganizava, mas, pressionando o processo de 'abertura política', vários setores da sociedade voltam a se articular. A partir de 1978, com as greves de São Bernardo, ampliaram-se os números de greves no país.

O movimento de massas, que a indústria automobilística de São Bernardo viu eclodir nos meses de maio e junho de 1978, pela sua dimensão, marcou o ressurgimento da ação reivindicatória grevista no Brasil depois de uma década de resistência operária. Dava-se início à paralisação do trabalho dentro das fábricas, onde os operários cruzavam os braços e paravam as máquinas sem que houvesse sequer a recorrência aos piquetes, as greves fabris expandiram-se até atingir o conjunto da indústria metalúrgica. Os operários não mais aceitavam uma política salarial que, ao articular as formas relativa e absoluta da mais-valia, exprimia um cotidiano imerso no mundo da superexploração do trabalho.

⁶ A Unidade Sindical representava um bloco formado pelos filiados e simpatizantes do PCB, PCdoB e MR-8, alinhados aos dirigentes sindicais de confederações e federações oficiais.

Assim, a partir das greves de 1978 e 1979, o sindicalismo passou a reassumir um papel preponderante na mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses econômicos. Iniciava-se uma nova etapa da luta sindical, era a fase das negociações diretas entre empresas e trabalhadores. Segundo Chaia (1992, p. 132), houve na verdade

- o fortalecimento dos sindicatos, apoiado numa nova perspectiva de dar às bases o sentimento de sua responsabilidade e da importância de sua participação;
- a nova realidade política, marcada pelo esgotamento da ditadura, a articulação de um projeto de classe patronal para manter a direção e o controle da sociedade, que envolvia o estabelecimento de relações menos autoritárias e mais diretas com as entidades sindicais.

A reação do governo à ofensiva sindical se dá mediante o lançamento da “Nova Política Salarial”, pelo Ministério do Trabalho, que consistia em conceder aos trabalhadores, como uma generosa dádiva do governo, aquilo que eles já haviam conquistado, isto é, os reajustes mensais de salários.

Em face da ausência de respostas do governo, compatíveis com a superação das necessidades econômicas dos trabalhadores, na década de 80, o movimento sindical continuou na luta reivindicativa salarial exigindo aumentos reais juntamente com outras bandeiras de reivindicação como era o caso da redução da jornada de trabalho e estabilidade no emprego.

Antunes (2003, p. 11) pontua que “subsiste dentro da sociedade capitalista a Lei do salário que, como é visível nos escritos de Engels sobre ‘sindicalismo’, acarreta cada vez mais a diminuição da remuneração do trabalhador”.

Essa tendência ao rebaixamento dos salários atingiu um nível elevado de aviltamento dos trabalhadores e isto tornava difícil, senão impossível, a manutenção da sobrevivência do trabalhador e de sua família forçando-o a uma jornada de trabalho extenuante, em meios a horas-extras, somado à inserção de sua mulher e filhos no trabalho industrial. Estes últimos, na maioria das vezes, ainda em idade precoce trabalhavam sob condições desumanas.

Há, então, neste cenário a reação dos trabalhadores que dos esforços da classe fazem nascer as primeiras formas de organização operária as quais encontram sua forma mais acabada nos sindicatos. Os sindicatos têm como finalidade precípua impedir que os níveis salariais se coloquem abaixo do mínimo necessário para a manutenção e a sobrevivência do trabalhador e sua família.

Aqui no Amazonas começou a se falar da emergência de um Novo Sindicalismo somente a partir de 1983, quando este paradigma de orientação sindical inspirado na

heurística marxiana já havia tomado corpo nos países de capitalismo avançado. Nunca é demais lembrar que no Brasil o processo de industrialização ocorreu tardiamente sendo, pois, somente nos finais da década de 70 que o movimento operário do ABC paulista toma fôlego e enfrenta o regime militar fazendo eclodir três grandes greves gerais. A ala progressista da Igreja vinculada à Teologia da Libertação⁷ abraçou a causa operária no país. De acordo com Doimo (1995, p. 173) “a interação completa entre ‘o popular’ e o ‘sindical’ crescia tão rapidamente no caminho da solidariedade [...] ainda que se visse com reservas o paralelismo sindical difundido pela Pastoral Operária e pela FASE, através das chamadas Oposições Sindicais”.

A Pastoral Operária⁸ foi o organismo formador da concepção operária no Amazonas e no Brasil. Colocou-se como uma espécie de intelectual orgânico juntamente com os Partidos Políticos de esquerda, cujo desfecho deste processo tem sua síntese na criação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e da Central Única dos Trabalhadores, em 1983. Uma de nossas entrevistadas afirma que

em 83 houve eleição com a chapa *Puxirum*⁹ quando foi a tomada da nova linha do sindicalismo no Amazonas. A igreja teve muita influência (PO), os partidos políticos de esquerda, principalmente o PT, o PCdoB e os movimentos que existiam. Existiam vários movimentos sociais, oposições

⁷ A Teologia da Libertação apresentava-se como uma escola importante e controversa no interior da Igreja Católica, foi desenvolvida depois do Concílio Vaticano II. Ela deu grande ênfase à situação social humana (neste caso o operariado). Um dos mais influentes proponentes desse movimento foi o teólogo peruano Gustavo Gutierrez. O teólogo americano Cornell West e o brasileiro Leonardo Boff também se destacaram. A Teologia da Libertação é vista a partir de três pilares: Profissional, pelos teólogos - o enfrentamento dos regimes militares por parte dos bispos, quer através das conferências episcopais nacionais, quer por bispos isolados, como Dom Hélder Câmara, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Oscar Romero, entre outros, lutavam por uma sociedade mais justa e igualitária. Aqui a intenção não era acabar com a Igreja. Mais fácil seria usá-la como instrumento para a divulgação da ideologia marxista. Este foi, em especial, o propósito da Teologia da Libertação; Pastoral, nas Igrejas e CEB's (Comunidades Eclesiais de Base) - o florescimento das Comunidades Eclesiais de Base, que impulsionadas pela Conferência de Medellín e pela pedagogia da Ação Católica através do método VER-JULGAR-AGIR, lutavam pela transformação social; Popular, pelo povo oprimido no dia-a-dia, a experiência da Ação Católica e seu método VER-JULGAR-AGIR. Esta pedagogia ajudou na busca de uma compreensão crítica da realidade e impulsionou uma ação transformadora.

⁸ A Pastoral Operária no Brasil nasceu na década de 1970, em plena Ditadura Militar. É um movimento eclesialístico social, é parte integrante do Setor Pastoral Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Funciona como um espaço de reflexão da vida dos trabalhadores e das trabalhadoras à luz da Bíblia e dos documentos da Igreja. Visa ser a presença da Igreja na classe trabalhadora e presença da classe trabalhadora na Igreja. Nesse sentido, assumiu como paradigma, o Novo Sindicalismo (de base democrática), apoiando sindicatos e repudiando pelegos.

⁹ Puxirum para o caboclo amazonense (lavradores) é o auxílio gratuito que prestam uns aos outros (na colheita, construção da casa, etc.), reunindo-se todos os da redondeza e trabalhando em proveito de um só, adjutório. No caso dos trabalhadores operários do PIM significava o auxílio gratuito que prestavam uns aos outros, os membros do movimento operário, ou da comunidade operária, em proveito de todos, como no caso de melhorias locais, uma espécie de mutirão.

sindicais como dos vidreiros, dos comerciários e dos metalúrgicos. Houve várias concorrências, mas a esquerda já havia ganhado várias eleições neste período como a eleição da oposição bancária, do sindicato da construção civil, dos assistentes sociais e o movimento dos Sem Terra, vinculado a ANAMPOS (Associação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais). No tempo da tomada desse sindicato, em 1983, eu era militante enquanto partido político, e já com a visão saindo da Igreja, enquanto grupo de jovens. Aí, quando vem o surgimento de um novo partido a gente já fez a filiação dos operários ao novo partido. Filiar esses militantes dos movimentos das oposições e dos movimentos sociais, era a nossa missão para poder fortalecermos a luta. Em 1985 eu fui admitida no Sindicato dos Metalúrgicos para trabalhar, mas antes já tinha participado, na tomada do sindicato. Na oposição sindical, no dia da eleição, fui mesária eu não era linha de frente, mas fiz parte. (F.C. entrevista/2007).

A fala desta ex-operária do antigo Distrito Industrial de Manaus (hoje Pólo Industrial de Manaus - PIM), traduz a disposição e o grande momento de construção da luta dos trabalhadores no Amazonas. É interessante observar o vigoroso espírito de militância destes operários que protagonizaram uma rica época. Ao continuarmos indagando sobre a construção do operariado no Amazonas, outra nossa entrevistada delinea o seguinte quadro:

Eu era catequista da minha igreja, da minha comunidade, eu tinha 17 anos. Fui trabalhar no Distrito em 83, por pouco período também. Trabalhava na Colorado com o Milton Masulo, ele era o nosso mentor lá dentro da fábrica, responsável de levar o material. O Milton já era da Pastoral Operária. Quem era da Pastoral ele chamava para fazer uma reunião. Então, reunia-se e foi aí que o pessoal começou a se empolgar pelos sindicatos, até então eu era trabalhadora do Distrito, era catequista, ou era voluntária da Igreja, porque naquele tempo, a gente militava muito, hoje os jovens não participam mais da igreja como a gente via. A gente participava, se empolgava, passava o dia na Igreja, o sábado e o domingo era o dia todo voltado para a Igreja. Tinha atividades, reuniões, estudos, encontros, os grandes encontros das CEB's, as caminhadas da Igreja que eram à noite, passávamos a noite todinha andando. Então, isso fez com que a gente se voltasse mais para uma questão sindical e a questão política, ou seja, para a uma ação partidária (S.C. entrevista/2007).

Estes operários são protagonistas de um processo de construção de uma classe que surge sob a referência do novo sindicalismo. Os homens e mulheres que trabalhavam no Pólo Industrial de Manaus, nos anos 1980, são em grande parte oriundos dos mais distantes lugares do Estado do Amazonas¹⁰ ou mesmo de outras regiões do território nacional. Esses trabalhadores trouxeram na sua bagagem algumas informações sobre a luta dos trabalhadores no país. Aqui, as agruras do aviltamento salarial os encorajou a entrar na luta pelo seu

¹⁰ Para melhor compreensão da origem do operário trabalhador é imprescindível ler “De Seringueiro a agricultor/pescador a operário metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses” dissertação de mestrado de Marlene Ribeiro (1987).

sindicato, pela sua identidade, desenvolvendo uma maneira de agir como sujeitos coletivos. Para estes operários a convivência coletiva estava sempre em primeiro plano, constituía-se no modo diferente de fazer política que justificava a sua referência fundada no novo sindicalismo.

À medida que surgiam estas associações sindicais, os patrões, através das demissões, começaram a pressionar e a obrigar os operários a renunciarem formalmente a participar da vida sindical, fazendo com que várias associações sindicais fossem posteriormente extintas. Antunes (2003, p. 18) ao se referir a essas associações afirma o seguinte:

Se a história dessas associações é caracterizada por momentos de vitórias e derrotas, é inegável que elas constituíram a primeira tendência efetiva de organização dos trabalhadores na luta contra os capitalistas. Ao conseguirem abater a concorrência existente entre os operários, unindo-os e tornando-os solidários em sua luta, ao utilizarem-se das greves como a principal arma contra os capitalistas, os operários conseguiram dar os primeiros passos na luta pela emancipação de toda a classe operária.

Neste processo de construção da classe operário no Brasil surgem as tendências sindicais conservadoras associadas aos ditames do Estado Novo (1937-1945). Estas tendências já existiam desde a segunda metade do século XIX, momento em que a classe operária ganhava força e avançava na batalha pela sua emancipação. Este avanço é marcado pela realização em 1866 do Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, em que já se faziam presentes as idéias anarquistas de Bakunin, de Proudhon e as idéias comunistas de Marx e Engels.

É importante lembrar que Marx e Engels tiveram contato com um tipo de sindicalismo diferente do que Lênin e Trotski¹¹ conheceram. Marx e Engels protagonizaram um período histórico em que o movimento sindical ainda não havia se tornado de massa e a forma predominante de sindicalismo era a de ofício, uma vez que, apenas durante as últimas

¹¹ O trotskismo, doutrina do político russo Leon Trotski, formulada como teoria política ideológica e apresentada como vertente do comunismo em oposição ao stalinismo passou a fazer parte do cenário político sindical. Para os seus seguidores essa ideologia trotskista consistia em defender o marxismo pelo combate a burocracia no Estado Operário que se fortaleceu com a ascensão de Josef Stálin ao poder em 1924 na União Soviética. Trótski trabalhou e teorizou a respeito da Revolução Permanente, sua principal divergência com Stálin, que era a favor da do socialismo em um só país. No entendimento de Trotski a Revolução Permanente deveria se expandir para além das fronteiras da União Soviética. Para os críticos stalinistas, o trotskismo nada mais seria do que uma tentativa revisionista e heterodoxa de desvirtuar o marxismo-leninismo e corromper os valores realmente revolucionários, representados pelo regime de Stálin na União Soviética. Trotski vê o Sindicato como uma resposta à exploração capitalista porque esta estimula o desenvolvimento político do proletariado, uma vez que o sindicato leva-o a lutar contra o sistema.

década do século XX, os sindicatos expandiam-se como expressão organizada e de massa do movimento operário. Como destaca Alves (2003, p. 331 e 340) “as afirmações de Marx a respeito do sindicalismo, em especial sobre os limites deste, devem ser generalizados e não somente associados a um caso particular, como o sindicalismo de ofício”.

Para Marx, a luta principal a ser protagonizada pela classe operária na sociedade capitalista era a revolução social, a partir da qual estaria colocada a possibilidade de se alcançar uma sociedade sem exploradores e explorados. A luta sindical no seu entender teria “a capacidade de dar uma ‘lição moral’ aos operários, ensiná-los a agir coletivamente, de forma organizada, conscientes de seu poder enquanto classe que produz a riqueza social” (ALVES, 2003, p. 231, 233). A visão da luta sindical como escola, presente em Engels, também se encontrava em Marx, o qual entendia que por meio dessa luta os trabalhadores poderiam avançar em sua consciência de classe e chegar a constituir um partido político próprio da classe operária.

Então o papel dos sindicatos, de acordo com este pensador, era de grande importância porque serviriam para reunir os operários em classe, organizando-os, educando-os, para a tarefa maior, que era a revolução social. Esse movimento político não poderia ser desvinculado totalmente do movimento social e econômico, pois é a própria luta econômica, sindical, que transforma o proletariado em classe para si¹².

Tanto Lênin quanto Trotsky seguiam a análise de Marx e Engels e enfatizavam o aspecto educativo dos sindicatos para a classe operária. Para Trotski os sindicatos, assim como o partido revolucionário, eram importantes para que o proletariado compreendesse a sua missão histórica de ser o sujeito social da revolução social. Segundo ele, “se o proletariado, como classe, fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem o partido nem os sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente, com o proletariado” (TROTSKI, 1978, p. 20).

A luta sindical, apesar de limitada, cumpre um papel preponderante no avanço das consciências em direção ao socialismo e à solidariedade de classe. Devemos reconhecer que é impossível observar essas palavras de Lênin sem nos remetermos às greves de fins dos anos setenta no ABC paulista e toda a sua influência país afora, assim como os estragos gerados para a classe dominante brasileira naquele momento.

¹² Na concepção marxista a luta sindical possibilitaria que a classe trabalhadora deixasse de ser meramente classe em si e se transformasse em classe para si, na luta contra o capital. O sindicato, por sua vez, teria o mérito de agrupar essa massa, fazendo-a mais coesa e, logo, mais forte no embate da luta de classes.

Para Marx os limites do sindicalismo seguiam uma lógica muito próxima a de Engels. Marx entendia que esses limites estariam postos pela sua natureza essencialmente defensiva, isto é, a luta pela elevação dos salários (ou contra a sua redução) ocorre apenas como decorrência de modificações anteriores postas pelo movimento do capital. No seu entendimento,

os 'sindicatos' atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixam em parte de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se limitam a uma guerra de escaramuças, contra os efeitos do regime existentes, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a transformação e servirem-se da sua força organizada como de uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (MARX, 1988, p. 85-86).

Este pensador acredita que as conquistas sindicais não podem iludir a classe trabalhadora, a ponto desta minimizar o fato de que não houve mudanças no rumo do sistema de trabalho assalariado, e que em pouco tempo essas conquistas já não serão percebidas e novas lutas deverão acontecer para buscar obter as mesmas vitórias. A importância das organizações sindicais era destacada por Marx, como já salientamos, por impedir o avanço devastador da sanha do capital. No entanto, se os sindicatos continuassem a lutar somente contra os efeitos do sistema e não efetivamente contra as suas causas, estariam caminhando em círculo, e se omitiriam de apresentar uma contribuição mais relevante para a superação do trabalho assalariado.

Marx acreditava que a consciência social-democrata só poderia chegar até os operários a partir de fora, ou seja, a partir da influência do partido revolucionário. Lênin reforça esta concepção pontuando que “pelas próprias forças, a classe operária não poderia chegar senão à consciência sindical, isto é, à convicção de que é preciso unir-se em sindicatos, conduzir a luta contra os patrões, exigir do governo essas ou aquelas leis necessárias aos operários (LÊNIN, 1988, p. 24). Isto era confirmado pela história de luta de todos os países daquele momento, segundo o próprio Lênin.

Ao separar a luta econômica, e meramente sindical, da luta política mais geral, a maioria dos sindicatos, ao longo do século XX no Brasil e no mundo, deixaram de cumprir um papel, que apesar de limitado, era e é imprescindível para a luta socialista. À luz da leitura do marxismo clássico, é tarefa dos sindicalistas revolucionários atuais, fazer esse balanço e

encaminhar ações que procurem pôr em xeque o sistema capitalista como um todo, sem se limitar a lutar meramente contra os seus efeitos, mesmo que estes sejam bastante nefastos.

Diante deste quadro faz-se necessária uma breve análise do movimento sindical brasileiro a partir das influências dos anarquistas, que também deram grande contribuição para a organização do movimento sindical¹³. A princípio, o governo de Getúlio Vargas começou a construção do grande livro que nós conhecemos como CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Na verdade este governo colecionou tudo o que já havia de ganhos no movimento operário e apresentou à sociedade como se estivesse concedendo e atendendo os anseios dos trabalhadores.

Nesse momento ocorreu a regulamentação do movimento sindical no país, os chamados Sindicatos Oficiais. Isto implicou num grande e sério problema no movimento operário brasileiro. Alguns dirigentes se enquadravam nessas normas pré-estabelecidas pelo Estado de Getúlio e outros não. Conseqüentemente assiste-se a uma repressão desmensurada sobre esses trabalhadores que rejeitaram as novas Leis impostas pelo Estado, porque o governo passou a tutelar o movimento sindical. Aqueles que não vestiram a camisa sofreram os rigores da Lei. Nasce, então, a institucionalização do Movimento Operário dentro do Estado.

O Estado começou a ter uma ingerência maior no movimento sindical recém-oficializado, cabendo ao Estado ditar as normas de funcionamento aos Sindicatos. Cria-se no movimento uma *casta sindical* composta de dirigentes que ficavam afastados do seu local de trabalho. Esses dirigentes iam para uma sede, com imposto e contribuição sindicais garantidos, não precisavam mais correr à procura dos companheiros para terem a sua cota de contribuição como se fazia antes e que conferia autonomia ao Sindicato.

Quando Getúlio procedeu à institucionalização do Sindicato ele afastou a entidade da classe trabalhadora. Os dirigentes começaram a contar com os trabalhos do advogado, do juiz, passaram a sentar com os patrões, a criarem laços de amizade com os empresários, com o governo, enfim, começaram a se sentir importantes. Ou seja, esses dirigentes não faziam mais parte do chão-da-fábrica construía-se uma elite no movimento operário.

Entre os operários quem não adotasse as novas diretrizes era perseguido, punido e até morto. Getúlio cumpre um papel importante para o capitalismo na questão da

¹³ Fizeram-se presentes no processo de organização dos trabalhadores, os partidos socialistas, o partido comunista cujas tendências eram bastante amplas no movimento operário e, onde, o anarquismo perdeu sua força, devido a influência da Revolução Russa. Acaba-se, então, com o movimento anarquista ficando, praticamente, sem muitas expressões no Brasil.

domesticação dos Sindicatos no Brasil. Foram várias décadas de bons serviços prestados pelos dirigentes sindicais ao Estado e aos patrões. Essa forma de fazer sindicalismo só se rompeu na década de setenta e, só veio acontecer, aqui no Amazonas, na década de oitenta, com dez anos de atraso. Um ex-operário se refere a essa questão nos seguintes termos:

essa tendência do movimento operário criou uma casta que nós do PSTU chamamos uma 'burocracia sindical', que é tão maléfica, que tanto os trabalhadores quanto o patronato representam agentes do patronato no seio do operariado. Você conhece aquelas 'ervas daninhas' que dão nas árvores? Para nós, essa casta burocrática, são essas 'ervas daninhas', que a gente precisa limpar, essa tendência que foi construída no movimento operário e que Lula faz parte dela, hoje o atual presidente. Ele nasce dessas 'ervas daninhas' do movimento operário, ele é resultante desse processo. É o novo, porém com a tendência do velho.

Quando se destruiu o velho sindicalismo já era visível essa tendência de destruir aqui uma parte do movimento sindical, mas a parte da burocracia e do controle do sindicato devia ser mantida.

Então esta foi a tendência construída no Estado de Getúlio, foi um processo intenso de luta de classe e de cooptação do movimento operário brasileiro. Foi um saldo positivo Getúlio Vargas, ele engessou o movimento operário muitos anos, muitos anos mesmo, ele conseguiu ter o domínio do operariado brasileiro em colaboração com o PCdoB, com o PCB (que na época era só um, era o PCB, depois que eles racham e constroem o PCdoB) (H. A. entrevista 09/2007).

Na década de oitenta, os ventos sopravam e reanimaram o Stalinismo que era a tendência ideológica que mais predominava naquele período. O movimento operário era stalinista, quem dirigia esses trabalhadores era o PCB, eles eram os dirigentes de boa parte dos trabalhadores, da juventude e das organizações sociais. Então, eram organizações atreladas à burocracia estatal de matriz soviética, do stalinismo, responsável pela construção de um movimento operário deformado.

Para combater o stalinismo aqui no Amazonas já se fazia presente a corrente ideológica "*trotskismo*", que protagonizou os primórdios da organização operária amazonense, conforme o discurso de alguns militantes. O idealizador dessa corrente era visto por seus seguidores como o segundo maior dirigente da Revolução Russa, depois da morte de Lênin, que combateu a casta burocrática dentro do Partido Comunista da Rússia, denunciando os privilégios que havia e a deformação da Revolução Russa.

Leon Trotsky foi um dirigente que buscou construir e fortalecer o marxismo na Rússia contra a degeneração e a contra-revolução que o Stalin construiu na Rússia (um país burocratizado, ditatorial, contra o povo e contra os trabalhadores). Aqui no Brasil, os Partidos seguiam as diretrizes de Moscou, por isso colecionaram várias derrotas contra os trabalhadores.

Quando o movimento operário brasileiro rompe com essas práticas, ele não rompe por dentro do PCB, nem por dentro do PCdoB. É isto que destaca um de nossos entrevistados e ainda militante sindical, ao se referir especificamente ao Pólo Industrial de Manaus:

Nós fomos e construímos uma alternativa independente do stalinismo, que foi o Partido dos Trabalhadores (PT). Nós não tivemos a construção dessa retomada do sindicato por dentro do movimento operário oficial, que era o stalinismo. Nós estivemos por fora, contra eles e, na época, muitos companheiros tiveram que se enfrentar com o PCB, com o PCdoB porque eles estavam tutelados pelo Estado, eles faziam parte de Instituições junto com Getúlio Vargas.

Você vê a história do Prestes. Prestes, em alguns momentos é 'lacaio' de Getúlio, é um serviçal de Getúlio Vargas e o Movimento Sindical estava também a serviço dessa política, de uma política nefasta, traidora da classe trabalhadora e que não ajudou a romper com Getúlio. Essa forma de administrar os sindicatos eles não rompem. Nós, na década de 70 e 80 é que rompemos com essa forma de sindicalismo (H. A. entrevista 09/2007).

Em parte, essas tendências tiveram serventia para o operariado no processo de construção de uma nova mentalidade, porque em alguns momentos houve muito rompimentos entre partidos. Alguns dirigentes viam a necessidade de romper com a política do stalinismo e denunciavam os absurdos cometidos pelo stalinismo, mas nem todos assumiam essa posição. Foram os novos companheiros que surgiram que começaram a observar que nada disso era bom, esse tipo de organização não era favorável para o movimento operário. O ex-operário entrevistado pontua que,

o PCdoB veio largar o PMDB já no final da década de 80 quando a gente estava construindo o PT e a CUT, eles estavam no PMDB, ainda, junto com o Gilberto Mestrinho, com o Arthur Neto e com o Amazonino. Então prestaram serviços de traição contra os trabalhadores.

Recentemente estava vendo na televisão um programa do PCdoB que se intitulava "85 anos". Oitenta e cinco anos de encaminhamentos contra os trabalhadores, de serviço prestado à burguesia. Esse partido é uma escola de quadros para entregar ao patrão, você vê grandes quadros do movimento operário que foram dirigentes dos Partidos Comunistas. Hoje grandes representantes da burguesia.

Então, foi uma escola para formar quadros aos patrões, para o sistema, não para o movimento operário e, para não dizer que estou sendo injusto com eles, veja: o Eron onde está? A Vanessa Grazziotim, onde estão esses comunistas? Não estão com nós construindo o CONLUTAS, construindo as lutas contra o governo, eles são governo e, fizeram isso esses 85 anos. Hoje, eles estão mais descarados. Antes eles faziam meio escondidos, tímidos, agora estão mais audaciosos.

E dá para os trabalhadores verem, então, essas tendências que foram determinantes para se construir um pólo mais classista, mais consciente da tarefa que o operariado tinha. Porém, acontece que você acaba perdendo esses novos dirigentes para a reestruturação produtiva ao lutar contra o inimigo.

Então, a resposta da década de oitenta não foi a bala, o sumiço, foi o dinheiro, foram a cooptação, os cargos que ofereceram para os dirigentes. Eles mudaram a tática, em vez de ser a tática violenta, eles usaram o esporro, a corrupção e levaram os nossos comandantes para o lado deles e hoje a gente tem que começar tudo de novo (H. A. entrevista 09/2007).

É por isso que se lutou pela construção de um movimento operário que nascesse de sua base, que se originasse do seio da classe trabalhadora, livre dos vícios dos dirigentes burocratizados e dos dirigentes partidários tutelados pelo Estado, teleguiados pelo PC soviético. As novas gerações que se ocuparam da tarefa de reestruturar o movimento sindical fizeram todos esses estudos, essas observações, um levantamento da política adotada pelos comunistas dessa época como mostra o discurso do nosso entrevistado.

A fala deste ex-operário lembra o cenário do que se vivia no Brasil nesse contexto. Assim como em outras regiões do Brasil, o operariado amazonense viveu momentos de repressão no governo de Figueiredo (1979-1985), que promoveu a intervenção em sindicatos, alguns inclusive processados pela Lei de Segurança Nacional (LSN). Mas, é nesse momento que a classe trabalhadora teve seus registros de avanços, pois os militares perderam suas forças e o movimento sindical desaguou na busca de uma unificação, que o fortalecesse e lhe desse uma coordenação nacional. Surgiram os dois blocos: os chamados Sindicais Autênticos, reunidos em torno dos sindicalistas do ABC, agrupando sindicalistas de diversas categorias e partes do país. De outro lado, as Centrais Sindicais, que agrupa lideranças tradicionais no interior do movimento sindical, e os militares de setores de esquerda dita tradicional, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outros.

Estes dois blocos foram as bases de sustentação dos organismos intersindicais de cúpula criados no processo. Surgiu o PT, agregado ao sindicalismo autêntico (bloco combativo), cujo objetivo era defender um combate direto ao regime a partir do centro sindical e da organização e demandas dos trabalhadores. O PT criticou a Unidade Sindical considerando suas estratégias negociada, conciliadora e reformista.

A Unidade Sindical, por sua vez, avalia as estratégias do outro setor como sendo esquerdista e estabilizador. Isto resultou, em termos gerais, na divisão entre tais vertentes que o movimento sindical brasileiro adentrou, na década de 1980, em um período extremamente rico de sua história política organizacional, que mostraremos no decorrer de nossas análises.

Podemos dizer que nos anos 1980, os trabalhadores viveram fases de transição democrática, reorganização e mobilização da classe trabalhadora. O Sindicalismo Nacional acumulou vitórias organizativas importantes, recuperando o espaço político do qual havia sido privado pelos governos militares.

Hobsbawm (2000, p. 225) ao analisar o termo novo sindicalismo sugere três idéias, a saber:

primeiramente um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos, em oposição àquelas já existentes no 'antigo' sindicalismo. Em segundo, sugere um posicionamento social e político mais radical por parte dos sindicatos dentro do contexto do surgimento do movimento operário socialista; e em terceiro, a criação de novos sindicatos de trabalhadores até então não organizados ou não organizáveis, bem como a transformação de velhos sindicatos segundo as linhas sugeridas pelos inovadores.

Foi no bojo dessas mudanças que surgiram novas argumentações para a implantação de um novo sindicalismo, algo que represente a expressão real do proletariado. Este que teve início, no Brasil, nos anos 70 e que foi elemento fundamental na eclosão da onda de greves no período de 78-80. A história registra nesse período, o surgimento de uma nova classe trabalhadora no cenário político do país que trouxe para o espaço público a novidade - depois de longos anos de regime autoritário - da participação dos trabalhadores nos enfrentamentos mais gerais contra o autoritarismo burocrático-militar no final dos anos 70 até meados da década de 80.

Para Blass (1999, p. 34), “o novo sindicalismo, enquanto idéia e proposta, é construído e reconstruído por vários atores sociais a partir de diferentes lugares”. Induz-nos a pensar que, desse modo, sindicalistas, trabalhadores (as), pesquisadores, governo, empresários e os meios de comunicação de massa participam, cada um a seu modo, do processo de formação das classes trabalhadoras e da história do movimento operário e sindical brasileiro.

A proposta de um novo sindicalismo foi produzida e reproduzida no efetivo acontecer dos inúmeros protestos sociais e manifestações operárias que eclodiram nas várias cidades brasileiras e nos vários setores produtivos, a partir dos anos 70 e no decorrer da década de 80.

Rodrigues (1999, p. 75) ao refletir sobre as origens do novo sindicalismo, nos informa que, “o movimento grevista iniciado em 1978 em São Paulo deixou traços profundos no cenário político brasileiro”. Para este autor a retomada da iniciativa dos trabalhadores no final da década de 70, depois de 14 anos sufocados pela ditadura militar, significou a entrada na cena pública de amplas camadas das classes trabalhadoras que desde 1964 não conseguiram se fazer ouvir na sociedade brasileira.

Os trabalhadores, enquanto expressão de certo segmento da sociedade civil procuravam se afirmar contra os baixos salários e pelo direito de greve, na defesa da

negociação direta com o patronato e pela autonomia e liberdade sindical. Trouxeram para a esfera da política amplos contingentes que até então pareciam adormecidos e expressando um forte sentimento oposicionista ante o regime militar.

O que se buscava, na verdade era uma redefinição de suas identidades coletivas. A conotação identitária sempre se colocou como questão de fundo para as classes trabalhadoras: eram atores e sujeitos a procura de suas identidades coletiva como forma de obterem um espaço de intervenção na esfera pública.

Nesse âmbito ganha importância os deslocamentos e resultados positivos no âmbito do novo sindicalismo brasileiro, nomeadamente a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)¹⁴ que se traduziu numa das mais importantes centrais sindicais da América do Sul, e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT).

A trajetória do chamado novo sindicalismo e, por extensão da CUT, segundo Rodrigues (1999, p. 77),

[...] não pode ser dissociada da demanda mais geral das classes populares por direitos democráticos. Surgindo num período de declínio do autoritarismo militar, esse movimento se consolidou enfrentando o regime de exceção e defendendo a democratização no Brasil, mudanças sociais e econômicas que fossem benéficas aos trabalhadores e associados estas reivindicações mais gerais com a defesa de melhores condições de vida e trabalho para os assalariados e aos temas mais diretamente ligados ao cotidiano do trabalho.

A entrada em cena dos trabalhadores na política reivindicativa no final da década de 70, representou a voz dos brasileiros excluídos e aviltados que clamavam por direitos básicos como moradia, melhoria salariais e por justiça social. Os trabalhadores e depois os novos movimentos sociais interferiram com eficácia no processo de transição política do país. A luta sindical contabilizou grandes ganhos e contribuiu para a ampliação das conquistas democráticas que o povo brasileiro tanto sonhava.

Na extensão desta análise Rodrigues (1991, p. 153) salienta que

É esse processo que trás para o sindicalismo – quando dos acontecimentos de 1978 – duas vertentes distintas que no caminho se encontram: o padrão de ação dos sindicalistas de São Bernardo e a prática de organização pela base dos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Esses respectivos aspectos explicam a sensibilidade que esses segmentos operários tiveram diante da criatividade dos trabalhadores no momento da eclosão das greves.

¹⁴ Sobre a CUT, ver Rodrigues (1990), Norberto Elias, Leôncio, Carlos Nelson, Leandro Konder.

As concepções desses dois movimentos e as suas práticas sindicais criaram as condições para o aparecimento de um novo tipo de ação sindical, conhecido inicialmente como novo sindicalismo, em contraposição àquele modelo vigente no período anterior a 64. Essa nova práxis mostrará, em larga medida, sua eficácia na ação dos trabalhadores pós-78 e está na origem do surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Trata-se do período de transição política, alarga-se a participação da sociedade, principalmente da classe trabalhadora, inaugurando o processo de abertura democrática no Brasil.

1.2. A Construção do Novo Sindicalismo no Brasil e no Amazonas.

A história e a historiografia nos dão a referência de que o distanciamento entre a nação e o povo sempre foi marcado por um rigor hierárquico e pela distância imperial, que o governo mantinha em relação aos seus eventuais interlocutores.

Enquanto que para os operários de fábrica os dirigentes de sindicatos eram tidos como agentes de um aparelho de cúpula, para o majestático chefe da Nação, eles eram representantes das bases, à espera humilde e imponderável de uma simples audiência.

A insignificância que os sindicatos representavam para o governo era a medida da perda de suas funções, enquanto organismo de representação das reivindicações operárias. Para Sader (1988, p. 179)

sua principal função nesse campo – que se manifestava nos dissídios coletivos quando cada categoria batalhava por melhores índices de reajuste salarial – fora totalmente esvaziada em decorrência da legislação imposta pelo regime militar sobre a política salarial. Pela Lei de 1965, os reajustes – que não poderiam se efetivar em intervalo menor que um ano – seriam determinados com base no ‘salário real médio’ dos 24 meses anteriores, com o acréscimo de uma taxa que corresponderia ao ‘aumento da produtividade nacional’ no ano anterior, sendo todos esses cálculos fornecidos pelo governo.

Este momento era vivido em meio à repressão e controle sobre as atividades sindicais que já dominava a situação. Tratava-se da Lei que institucionava o esvaziamento do caráter reivindicativo dos sindicatos, estimulados a partir daí a exercerem funções meramente assistenciais.

Há na verdade, uma certa acomodação da maioria dos sindicatos diante dessa situação, que decorre dos próprios fundamentos da estrutura sindical criada pelo Estado Novo, o que não impedia que as entidades sindicais continuassem a defender os direitos dos

trabalhadores dentro dos limites que lhes eram impostos. A despeito disto, os dirigentes sindicais atuavam tão somente como gerentes de um aparelho burocrático com funções assistenciais.

É neste momento que ocorre a emergência de uma corrente sindical renovadora, nitidamente minoritária durante os anos 70, que começou a questionar a organização sindical vigente. Esta corrente ficou reconhecida como sindicalismo autêntico ou novo sindicalismo ¹⁵.

Na origem dessa corrente, estava o grupo de dirigentes sindicais que procuravam superar a situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas entidades, propondo-se a assumir as lutas reivindicativas de suas categorias de trabalhadores de forma autônoma e combativa.

Nesse contexto, Paulo Vidal assumia a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo no ano de 1969. Vidal se opôs à esquerda e procurou exorcizar a memória da greve de Osasco evocada pelas oposições. O departamento jurídico era considerado a peça chave do sindicato porque era preciso que a diretoria se apropriasse do suporte técnico para apoiar os trabalhadores nos conflitos surgidos diariamente nas fábricas.

Em 1974 foi realizado o I Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, lá foram aprovadas resoluções que expressavam as plataformas da própria diretoria, a saber:

a revogação da política salarial e a negociação direta com os patrões, contratos coletivos de trabalho, plena liberdade sindical. Além das questões gerais atinentes ao salário, o Congresso manifestava já preocupação com as condições de trabalho nas empresas (as horas-extras, os turnos, a determinação das folgas e férias, a falta de segurança, a rotatividade). Luís Inácio Lula da Silva, que já fazia parte da diretoria executiva desde 1972, substituiu Paulo Vidal na presidência em 1975. A diretoria eleita em 1975 dá continuidade à gestão de Vidal, embora enfatizando particularmente o trabalho de base (SADER, 1988, p. 181).

É nesse processo que a oposição existente iria sendo absorvida ou esvaziada.

Outra equipe que comporia a corrente dos “autênticos” concentrava-se no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. A entidade era gestada pelo presidente Benedito Marcílio que começara como vice-presidente numa chapa eleita em 1965, após intervenção ministerial e com apoio dos interventores, contra a oposição formada pela esquerda católica e comunista. Nas eleições de 1967 o PC compôs com essa diretoria, separando-se da oposição.

¹⁵ Muitos autores se dedicaram no estudo dessa tendência e seus desdobramentos. Dentre estes estudos constam: Almeida (1975); Maroni (1982); Sader (1988); Boito Júnior (1991); Antunes (1991); Mangabeira (1993); Martins (1994) e Rainho e Bargas (1990 e 1997).

Henos Amorina assumia, neste período, a presidência do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco juntamente com os militantes da Frente Nacional do trabalho e de outros setores da oposição. Nas eleições de 1977, a esquerda rompeu com Amorina e lançou uma chapa própria, a qual foi derrotada.

Em Santos, o Sindicato dos Metalúrgicos sob a presidência de Marcelo Gatto, era a expressão da militância comunista na categoria, em 1968. Gatto foi substituído por Arnaldo Gonçalves, que deu continuidade a um trabalho de base.

Esses Sindicatos abrangem trabalhadores de grandes indústrias modernas, de cujos conflitos de trabalho nasceram movimentos autônomos pela base. A particularidade que marcou a corrente dos “autênticos” foi sua capacidade de observar as pressões das bases e canalizá-las pelo interior do aparelho sindical. Era tão estreita a margem legal para seu trabalho que viviam na ambigüidade entre querer evitar a insatisfação das bases e tentar manter o respeito à legalidade. Por isso estavam continuamente sob o fogo da crítica das oposições.

Para os seguidores da Oposição Metalúrgica de São Paulo, a luta sindical deveria ter como objetivo final a construção de uma sociedade socialista. Nesse sentido, enfatizava o classismo, ou seja, a negação de qualquer interesse comum entre patrões e trabalhadores. Para os seguidores dos metalúrgicos de São Bernardo, o sindicato deveria servir para a luta reivindicatória, com um papel essencialmente reivindicativo e negociador. Aos poucos, essas duas tendências acabam por se aproximar e sua visão comum se expressará na criação da CUT.

“A principal greve de 1980, a dos metalúrgicos de São Bernardo, durou 45 dias e mostrou a nova prática do Bloco dos Autênticos” (GIANNOTTI, 2007, p. 238). O governo tentou acabar com ela através da repressão: a diretoria do sindicato foi cassada e presos os líderes do movimento. Lula, com mais de sessenta companheiros, foi levado à Polícia Federal.

Mas os líderes que haviam escapado da prisão se organizaram e criaram o Fundo de Greve. A greve se estendeu por todo o mês de abril e provocou um movimento de solidariedade nacional e internacional. No país inteiro, shows de solidariedade angariavam fundos para os grevistas. Nos bairros, nas várias associações, eram coletados recursos para sustentar o Fundo de Greve dos metalúrgicos do ABC.

O trabalho de Giannotti sobre as lutas dos trabalhadores no Brasil (2007) nos mostra que no dia 1º de Maio de 1980, a Ditadura monta um forte aparato para impedir a grande manifestação programada para o Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo. Estiveram presentes representantes de todos os setores que haviam realizado ou apoiado as greves de

1978 e 1979. Estavam ausentes os pelegos, evidentemente, e os sindicalistas liderados pelo PCB e MR-8, em franca rota de colisão com as greves e com suas lideranças.

Com essa greve, o fosso entre as duas tendências do movimento sindical tornou-se público. Havia os que apostavam nas greves como forma de forçar o recuo da Ditadura e os que recusavam esse caminho, defendendo a conciliação com a burguesia e com o governo militar.

As centenas de greves dos anos 1978, 1979 e 1980 mostraram para a classe trabalhadora a necessidade de união. Assim, a idéia de uma Central única dos Trabalhadores, que reunisse todos em uma mesma luta, torna-se o foco das lutas dos trabalhadores. Todos já haviam percebido, nas várias lutas isoladas, uma lição básica: “isolados, os patrões nos vencem sempre; unidos, seremos fortes e venceremos”.

No começo da década de 80, o momento estava maduro para a organização de uma central. Vários sindicalistas incentivavam a realização de um grande encontro: a Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT). Mas, não havia unidade entre os que queriam realizar essa conferência e as diferenças que consolidaram a separação foram várias. Podemos citar.

Um dos pólos de divisão era o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, cuja diretoria era formada por interventores de 1964, com uma prática de pelegos tradicionais, intimamente ligados à Ditadura. Seus novos aliados eram, desde 1979, os sindicalistas do PCB e do MR-8 e, depois de 1981, os do PCdoB.

Nesse sindicato, uma forte corrente oposicionista, a Oposição Sindical Metalúrgica (OSM), tinha aliados em praticamente todos os Estados do país. A OSM vence a eleição de 1978, mas sofre fraude. A Procuradoria do Trabalho anula a eleição, mas o Ministro do Trabalho passa por cima desta decisão e dá posse à diretoria ligada à Ditadura. A oposição Metalúrgica era uma frente de trabalhadores que existia, desde 1967 e que, dez anos mais tarde, lutava para conquistar o Sindicato de São Paulo das mãos dos pelegos.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era o outro pólo do Bloco dos Autênticos. Vinha de uma experiência totalmente diferente, com uma diretoria combativa, sem tradição pelega ou contato com a Ditadura. Sua capacidade organizativa manifestava-se através das grandes greves anuais, realizadas a partir de 1979, quando milhares de metalúrgicos, em grandes assembléias, eram filmados pelas televisões de vários países.

A criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em janeiro de 1980, foi um fator decisivo na consolidação desse bloco sindicalista e do afastamento daqueles que não concordavam com essa opção partidária.

O bloco dos sindicalistas combativos assumiam posições contrárias às aquelas assumidas pelo PCB no período anterior ao golpe militar de 64, fazendo uma crítica geral ao que se designava populismo. Para Rodrigues (2001, p. 134) “esse debate se acirrou com o surgimento do PT que de certa maneira, cristalizou a separação de campos opostos na política de esquerda, com suas óbvias relações e rebatimentos de mão dupla no meio sindical”.

O PT era visualizado pelos novos sindicalistas como o mais puro instrumento de reivindicação política dos trabalhadores. Já os militantes do PCB acreditavam que o seu partido era o verdadeiro e único representante dos trabalhadores. Isto gerou polêmica para ambos os lados.

No nosso Estado do Amazonas, o desafio dos trabalhadores pela defesa de seus interesses iniciou-se com os movimentos em torno das CIPA's (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes). As CIPA's assim como os sindicatos estavam atreladas ao poder patronal desde a ditadura de 64, quando o poder de negociação do proletariado foi fortemente cerceado.

A retomada da ação política dos trabalhadores amazonenses contou inicialmente com o apoio da Igreja.

Segundo Doimo (1995) as Pastorais Ecumênicas e Católicas são organizações independentes voltadas para a formação e desenvolvimento de mobilizações populares. No Brasil elas promovem cursos, seminários, retiros de espiritualidades e palestras sobre movimentos sociais, metodologia e análise de conjuntura.

Em Manaus, especificamente nos anos 1980, a Pastoral Operária assumiu uma posição libertária, pois, não era atrelada a nenhuma concepção de partido político. Mas os seus dirigentes, o padre Renato Barth e o padre Albano Ternnus (jesuítas recém-chegados a Manaus) contaram com o apoio de outros movimentos sociais e associações como a ADUA (Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas), a APPAM (Associação Profissional dos Professores do Amazonas) outros sindicatos e partidos políticos de esquerda, sobretudo o Partido dos Trabalhadores.

Com a tomada do sindicato das mãos dos pelegos houve mudanças, alteração de salários, melhorou as condições de trabalho, a condição da água, da alimentação, pois havia muita reclamação. Houve criação de benefícios sociais principalmente a dos direitos à saúde, ampliação de convênios que só existia com o SESI. O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos passou a representar melhor a categoria. Há, hoje, um outro quadro, porém, tudo foi uma questão amarrada em convenção coletiva, negociações. As melhorias que existiram e que até hoje permanecem são todas conquistas dessa época (anos 80). Ainda persistem

situações precárias, mas antes eram bem piores. É inegável a existência de problemas de saúde do trabalhador, mas como o Distrito estava se firmando tudo era bem reduzido. Atualmente a situação é bem diferente.

Nesse processo a Pastoral Operária realizou a formação política dos operários do então Distrito Industrial de Manaus. Fazia palestras envolvendo temáticas como sindicalismo, mais-valia, exploração, luta de classes e outros temas do capitalismo em geral.

Foi no seio da Pastoral Operária que surgiu a oposição sindical em 1982/1983. Em face dos fatos gerados pela ditadura militar (repressões, prisões, mortes e perseguições) muitos militantes cristãos ficavam cada vez mais apreensivos frente aos desafios da luta. Houve, então, a necessidade de um vínculo com a igreja progressista como estratégia para despistar o foco da política organizativa.

Apresentou-se então a Pastoral Operária como um organismo a serviço organizado da classe trabalhadora, mais especificamente, da classe operária. Esta pastoral evidentemente urbana, precisa responder aos desafios vindos dos grandes centros industriais. Ela foi um dos grandes instrumentos de lutas dos trabalhadores por seus direitos. Destacou-se no nascimento da CUT e atuou significativamente na resistência de esquerda, especialmente na concepção do partido dos Trabalhadores. .

É certo que a Pastoral Operária privilegiou certas categorias de trabalhadores, fundamentada em critérios de volume de trabalhadores e de poder de organização. Além disso, promoveu uma espiritualidade de trabalho, alimentada biblicamente nos grupos de base, espaço de reunião de vida operária.

A partir dos anos 1980, o desemprego crescente e estrutural desafia mais fortemente, a atuação da Pastoral Operária. A última década do século XX foi de perplexidade diante dos novos acontecimentos. Foram anos desafiadores, que apresentaram um quadro de precarização do trabalho.

A Pastoral Operária caracterizava-se pela formação de grupos de jovens que, assim como na Igreja, faziam reuniões para rezar. A reza nesse caso era pretexto para desviar a atenção dos supervisores das fábricas. Na verdade esses grupos se reuniam para conhecer os direitos trabalhistas e se organizar politicamente dentro da fábrica.

Os informativos veiculados no interior das fábricas para deixar os operários sintonizados entre si funcionavam a contento. O jornal “O Parafuso” era o veículo de divulgação das idéias da oposição sindical. Além desse canal de informação a Pastoral Operária também realizava retiros nos quais era trabalhada a questão da espiritualidade e da formação política.

A década de 1980, para o Brasil, foi longa. Podemos dizer que começou antecipadamente, em 1978, quando a onda de greves de maio deu início a uma nova era no país. Entre 1969 e 1975, qualquer simples menção à palavra greve deveria ser feita baixinho, entre os trabalhadores, para que não fossem descobertos pelos espiões do regime político infiltrados nos locais de trabalho.

Giannotti (2007, p. 227) nos lembra que “o maior volume de greves realizado na história do país ocorreu nos anos 80. O acúmulo de lutas, neste período, permitiria, inclusive, que a disputa eleitoral de 1989 se desse entre um filho da burguesia tradicional e um líder operário”.

Esses anos foram marcados por grandes mudanças no cenário mundial. Após a Segunda Guerra Mundial a União Soviética teve sua força política reduzida a zero. A partir daí, o mundo começou a viver sob o domínio único do império estadunidense. O socialismo sofreu derrotas mortais em quase todos os países onde havia sido implantado.

O Brasil caminhava na contramão da tendência mundial, pois enquanto que as forças produtivas mundiais apontavam para a diminuição das lutas dos trabalhadores e para uma profunda crise das chamadas esquerdas, aqui surgia um novo partido que concebia o socialismo de maneira diferente, o Partido dos Trabalhadores. Giannotti (2007, p. 228) acrescenta que “ao mesmo tempo, surge uma central sindical, a Central Única dos Trabalhadores (CUT)”. Esta não se influenciava por nenhuma das experiências européias anteriores e, conseqüentemente não pretendia filiar-se a nenhuma das grandes confederações sindicais mundiais existentes. Nos anos 80, o Brasil, passou a ser o campeão mundial dos dias parados. Diferente do ano de 1971 no qual não houve nenhuma greve.

Aqui no Brasil datam desde a Primeira República a luta por direitos do trabalho. Como em outras experiências históricas, os trabalhadores brasileiros do fim do século XIX não eram um todo homogêneo. Esses trabalhadores se diferenciavam muito, em cor, sexo, idade e etnia (se faziam presentes imigrantes de várias nacionalidades), e se autodefiniam como artistas, artesãos, operários, funcionários dentre outros.

Gomes (2002) em seu estudo intitulado “Cidadania e direitos do trabalho” nos informa que essa identidade se construiu em meio a uma imensa e conflituosa luta, que envolveu vários autores, em especial os próprios trabalhadores. Houve muitas disputas entre as lideranças dos trabalhadores durante esse processo, sobretudo no que diz respeito a seus instrumentos de organização, essenciais para a formulação da luta por reivindicações. Para Gomes (2002, p.17),

[...] falar de uma história dos direitos do trabalho no Brasil é falar também de uma história da forma de organização dos trabalhadores. E elas são basicamente duas, ambas se desenvolvendo ao longo da Primeira República: as organizações de matriz corporativa, clássica do mundo do trabalho, chamem-se ligas, clubes, centros, resistências, associações mutualistas ou sindicatos; e as organizações do espaço político, basicamente os partidos.

Depreendemos desta análise que havia lideranças de várias correntes como *socialistas, anarquistas e comunistas* que competiam entre si com propostas que atribuíam pesos e papéis diferenciados às associações de classe e aos partidos políticos.

Os socialistas e comunistas priorizavam a organização de partidos, mas valorizavam o voto dos trabalhadores levantando bandeiras de luta em favor da representação parlamenta e por uma legislação de proteção do trabalho. Já os anarquistas acreditavam nos sindicatos como instrumentos de “ação direta” na luta contra o patronato, propunham as greves, os boicotes e outros tipos de mobilização. O que se pode constatar é, que, embora essas lideranças tivessem suas divergências havia um denominador comum que as unia, que era a reivindicação da política trabalhista. Todas reivindicavam a criação de normas que regulassem o direito do trabalho, mesmo que essa luta resultasse do enfrentamento entre trabalhadores e patrões.

Gomes (2002, p. 32) nos lembra que entre 1931 e 1935 houve uma intensa atuação do movimento sindical, momento em que a luta pelo direito do trabalho foi encampada sob múltiplas frentes. Ou seja,

nos sindicatos, nos partidos, nas ruas, nas sessões legislativas, nas audiências das Juntas de Conciliação e Julgamento etc. Foi só depois de 1935 – depois da eclosão e do esmagamento da revolta comunista – que essa situação começou a se alterar, em função do avanço crescente da repressão. Daí até 1937, o Brasil não só viveu sob o signo de uma Constituição muito atacada e desrespeitada (inclusive no que se refere à autonomia sindical), como experimentou um clima de crescente radicalização e repressão política, que atingiu parlamentares, intelectuais e trabalhadores, entre outros.

Ao analisar o Estado Novo e a invenção do trabalhismo Gomes (2002, p. 33) pontua que “o primeiro aspecto a ressaltar para que se possa compreender o sentido da nova cultura política que o Estado Novo estava criando é o do vínculo que se constrói entre a idéia de cidadania¹⁶ e a existências de direitos sociais, particularmente direitos do trabalho”.

¹⁶ No Brasil, hoje, a experiência de luta pela construção da cidadania se expressa como reivindicação de direitos e liberdades básicos e de instrumentos de organização, representação e participação nas estruturas econômico-social e política da sociedade. Portanto ela é ampla, transpassada e mediada pelo trabalho.

É fundamental entender que o Estado Novo não interrompe apenas o exercício efetivo das políticas representativas que então vinham sendo experimentadas: novos partidos, novas Constituições (federal e estaduais), novos representantes (inclusive uma representação classista, eleita por delegados de sindicatos) etc. É nesse período que se articula e se difunde, de maneira incisiva e sistemática, um discurso que desqualifica os direitos políticos e todo tipo de práticas liberal-democráticas, tachando-os de ineficientes, custosos e corruptos.

O sindicalismo só cresceu a partir do segundo governo Vargas (1951-1954), tanto em número de sindicatos quanto de trabalhadores sindicalizados, entrando em declínio com a repressão desencadeada pelo golpe militar de 1964. Portanto, de 1951 a 1964 ocorreu um significativo crescimento do movimento sindical.

A década de 1950 foi marcada por numerosas e importantes agitações na área do trabalho organizado. Houve greves e outros tipos de manifestações que mobilizaram sindicatos fortes como os dos ferroviários, marítimos, metalúrgicos, bancários e gráficos, em algumas importantes cidades do país. Algumas se transformaram em emblemas para o movimento sindical, como foi o caso da “greve dos 300 mil”, em São Paulo, em 1953, sob o governo Vargas, seguida pela chamada “greve dos 400 mil”, também em São Paulo, em 1957, já no governo Juscelino Kubtschek.

Lideranças de esquerda foram cooptadas (inclusive comunistas amplamente conhecidos como tais), antigos sindicalistas assumiram cargos no Ministério do Trabalho (chamados pelegos), tornando-se mais identificados com a orientação governamental.

Essa importante renovação de lideranças que tomou os sindicatos “por dentro”, como se dizia, não produziu alterações no modelo de organização corporativa. Embora tais lideranças, na oposição, criticassem o modelo corporativista, quando chegavam à direção dos sindicatos não o combatiam mais com o mesmo rigor. Vários argumentos justificavam essa postura, dentre os quais, o papel estratégico do imposto sindical que mantinha a máquina e, se eliminado, diziam, poderia causar sua destruição.

Unidos em seus sindicatos, os operários, colocam-se de alguma maneira em pé de igualdade com cada operário. A função primeira dos sindicatos consistia em impedir que o operário se visse obrigado a aceitar um salário inferior ao mínimo indispensável para o seu sustento e de sua família. A partir de então começaram a surgir as primeiras expressões políticas do operariado por meio dos seus sindicatos.

Estas expressões eram factíveis na atuação dos sindicatos que materializava a força organizadora da classe operária na luta pela regulação e ampliação dos direitos trabalhistas, incluindo, também, a supressão do sistema de trabalho assalariado.

Especificamente na Inglaterra, Antunes (2003, p. 16) afirma que “em todos os ramos industriais, formaram-se os *‘trade unions’* com o objetivo de fortalecer o operário na luta contra a exploração capitalista”. O papel dos *‘trade unions’* na Inglaterra foi de grande importância porque, por meio delas, passaram a fixar os salários para toda a categoria, evitando com isso que o operário atuasse isoladamente na luta por melhores salários.

Durante o período getulista foram criadas leis trabalhistas que asseguravam aos operários direitos básicos como salário mínimo, férias remuneradas, jornada diária não superior a oito horas, proteção ao trabalho da mulher e do menor, estabilidade no emprego. Em 1943, essas leis foram reunidas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que representou o marco importante na legislação trabalhista.

Vargas procurava sustentar sua imagem por meio de um estilo populista de governo. Apregoava a conciliação nacional entre trabalhadores e empresários e colocava o governo como juiz supremo dos conflitos entre eles. De um lado, o populismo de Vargas reconhecia a necessidade e o desejo dos trabalhadores e, por isso, fazia concessões ao operariado. De outro lado, o governo utilizava essas concessões como meio de controlar os trabalhadores, impedindo mudanças mais profundas.

Por ocasião da Segunda Guerra Mundial os grupos brasileiros de associações passaram a denunciar o fascismo interno, acobertado pelo Estado Novo. À medida que as potências liberais foram derrotando militarmente as potências do Eixo, um clima favorável às idéias democráticas foi-se espalhando pelo mundo e, pouco a pouco, afetando as rígidas estruturas do Estado Novo.

Getúlio desenvolveu uma política de aproximação com os trabalhadores das cidades. Dizia que seu objetivo era a construção de uma verdadeira democracia social e econômica. Democracia em que o trabalhador tivesse, além de seus direitos políticos, o direito de desfrutar do progresso que ele mesmo criara com seu trabalho.

A grande expansão da sociedade brasileira segundo Carone (1981, p. 9) “foi castrada pelo Estado Novo (1937-1945), quando a ditadura procurou abafar todos os movimentos de tendência liberal e operária, pretendendo assim acabar com a conquista de liberdade e de organização de passado recente”.

Para este autor a abertura democrática após fevereiro de 1945 veio mostrar que ainda permaneciam vivas e latentes grande parte dos avanços e valores anteriores ao Estado Novo.

Parecia não haver mudanças, pois o ressurgimento de velhas lideranças e de partidos mostrava claramente que não houve hiato algum entre o passado e o presente, e que o Brasil pós-guerra, apresentava-se dentro das mesmas condições do passado.

Esta situação se traduz em reivindicações ideológicas e programáticas idealisticamente voltadas para uma análise superadora da luta de classes. Mesmo distanciados ideologicamente os militantes do PCB, PTB e do PSB apresentavam semelhanças básicas no comportamento analítico e político¹⁷.

Nos anos 1950, a sociedade brasileira expande-se politicamente, definindo-se precipuamente nos partidos de caráter conservador, trabalhista ou de classe média. As lutas e as definições políticas são mais radicais, a divisão política é mais acentuada. Os grupos reacionários e conservadores, representados por facções das oligarquias da classe média e por militares, forçam a situação a favor de um endurecimento político e a negação das liberdades pluralistas, um dos motivos da crise que leva Getúlio Vargas ao suicídio em agosto de 1954.

Entre 1945 e começo da década de 1950 o único partido de massa que surge com tendência operária é o PTB, que ainda é fruto do Estado Novo (1945): O PCB. O PSB e o Trotskismo são anteriores à ditadura de 1937. Também nesta fase proliferam pequenos agrupamentos efêmeros, sem condições de sobrevivência (União Democrática Socialista, Esquerda Democrática, 1º Partido Democrático Cristão etc.). Na década seguinte surgem outros pequenos partidos operários efêmeros, entretanto, alguns partidos de massa vêm se acrescentar aos existentes, como os formados pelas cisões do PTB (PTN), 2º Partido Democrata Cristão (1954).

É nesse momento que começam a ser adotadas formas organizativas e programáticas mais extremistas, resultado de crises nos modelos operários internacionais de tendência marxista e católica.

Este processo remete para as cisões do PCB com a Corrente Renovadora (1957) e com o PCdoB (Partido Comunista do Brasil), de João Amazonas (1961). São redefinidas as estratégias da Organização Revolucionária Marxista (POLOP), de 1961; da Ação Popular, de origem Católica; das Ligas Camponesas, nascidas em 1954, e que crescem na sua luta a favor da terra durante a década seguinte.

¹⁷ Não queremos afirmar que a semelhança persista futuramente e que exista a mesma motivação entre o PCB (partido extremista) o PTB (fundado para ser movimento pelego) e o PSB (partido reformista). Era preciso, pois, que os pequenos e efêmeros agrupamentos com formulações mais ou menos críticas fossem mais radicais e revolucionários.

Este momento foi rico em manifestações de autonomia nacional e encontra o seu ocaso momentâneo no golpe de 1964. As camadas conservadoras e reacionárias dirigentes e militares entreguistas unem-se aos interesses americanos e desfecham o golpe armado de 1º de abril, momento dramático e retrógrado no processo de desenvolvimento ideológico e social da sociedade brasileira.

No processo de redemocratização quando se chega ao movimento de arregimentação partidária das várias tendências e correntes de opinião política, esses sujeitos esquerdistas que integravam o movimento de resistência dos mais jovens em conjunto com os operários, jornalistas, comerciários e estudantes que ainda não militaram nos tradicionais partidos de esquerda ou que deles desejavam afastar-se por discordarem das suas posições políticas atuais e dos seus sectarismos e divisionismo faccioso, resolvem lançar a União Democrática Socialista. Embora esse movimento não se constituísse ainda em partido era visível a formação de um agrupamento de ação política independente no meio do movimento proletário brasileiro, sem objetivos eleitorais imediatos e próprios.

Para Rodrigues (1991), a reorganização do Movimento Sindical se dá por volta do final dos anos 70, momento em que se acelerava a abertura política e as novas lideranças sindicais, dentro e fora da estrutura oficial, começaram a se articular. O grande marco histórico desse momento foi o V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais, realizado no Rio de Janeiro em 1978. Neste evento um grupo de dirigentes dos sindicatos oficiais opôs-se a cúpula do CNTI¹⁸.

Esse grupo era composto por lideranças como Luís Inácio Lula da Silva, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, João Paulo Pires de Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, Osvaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, Hugo Pires da Federação dos Metalúrgicos de São Paulo dentre outros. Este grupo intitulava-se “sindicalistas autênticos”. No interior deste grupo estavam presentes tanto a nova geração de diretores de sindicatos (Lula, inclusive) que nesse momento eram classificados também como “independentes”, quanto a geração dos sindicalistas com vinculação partidárias, basicamente com o PCB. É justamente quando ocorre a fusão destas duas alas políticas é que se afinam a crítica aos dirigentes “pelegos”, na defesa de uma postura mais militante do sindicalismo. Este processo fez surgir um organismo de coordenação denominado intersindical, de existência efêmera. Rodrigues (1991, p. 16) acrescenta que

¹⁸ As divergências giravam em torno de questões regimentais, mas foram importantes porque possibilitaram a articulação de um bloco de sindicalistas de oposição aberta ao governo.

o dado novo, que viria alterar profundamente o quadro das lutas sindicais no país, foi a ‘esquerdização’ do comportamento da Igreja e sua franca oposição ao governo militar e também ao modelo econômico capitalista. Desse ponto de vista é importante ressaltar, como acrescenta Vera da Silva Telles, o surgimento a partir de 1974, da Pastoral Operária, sob inspiração da Teologia da Libertação, e seu esforço no sentido de aproximar os movimentos populares do movimento sindical.

Esta é uma etapa rica da história do movimento operário, pois o bairro passou a constituir-se no espaço de articulação política. Trabalhadores ligados aos grupos comunitários passaram a atuar nos sindicatos, geralmente nas oposições às diretorias consideradas excessivamente moderadas ou “pelegas”, fazendo soar entre os trabalhadores novos conceitos de reivindicações no campo da militância sindical. Os trabalhadores operários são nucleados em frentes temáticas como democracia de base, autonomia sindical, organização a partir do local de trabalho e dos bairros, comissão de fábrica, dentre outros.

Face às divergências das tendências que começaram a aflorar a partir de então, tornava-se necessário aglutinar as forças de esquerda no meio sindical dentro de uma entidade comum nascendo, desta forma, as chamadas oposições sindicais. Esta iniciativa de reuni-las partiu do I Congresso de Oposição Sindical Metalúrgico de São Paulo, realizado em abril de 1979.

Um Encontro Nacional das Oposições Sindicais (ENOS) foi convocado. Após este encontro, “ocorreu outro encontro em São Paulo, desta vez com a participação de sindicalistas de oposições sindicais de 10 Estados representando 41 categorias profissionais” (RODRIGUES, 1991, p. 24). Estes encontros contavam com a participação apenas dos militantes das oposições, ou seja, de ativistas sindicais que não faziam parte de diretorias. Apesar de nem sempre as oposições serem convergentes ocorreu a aproximação entre a maior parte dos ativistas das oposições com os sindicalistas autênticos. De acordo com Rodrigues (1991, p. 24) essa aproximação

se caracteriza no chamado Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), realizado entre os dias 13 e 14 de setembro de 1980, em Nova Iguaçu (RJ). A esse encontro estiveram presentes, além dos militantes de oposição de diferentes tendências, vários membros de diretoria sindicais consideradas combativas, grupos de trabalhadores combativos, comando de greves, comissões de empresas, etc., num total de cerca de quinhentos delegados de Estados.

O objetivo do ENTOES era de agregar “todas as forças não comprometidas com o governo e os patrões, assegurado a pluralidade de concepções que estejam de acordo com a transformação urgente do modelo sindical vigente, de modo a reunir todas as forças combativas na luta por um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático” (Documento do ENTOES, s/d. mimeo). A participação das diretorias combativas no ENTOES¹⁹, segundo Rodrigues (1991), fortaleceu as relações de ativistas das oposições com os grupos dos sindicalistas independentes liderados por Lula da Silva. Era consolidado, desta forma, o rompimento destes sindicalistas independentes com seus antigos companheiros da tendência Unidade Sindical, pois estes últimos viam o ENTOES como um fator de divisão no meio sindical. Desaparecia, assim, o primeiro bloco dos “autênticos” ou os “sindicalistas oposicionistas”, que se formara por ocasião do Congresso da CNTI em julho de 1978. A aproximação na ANAMPOS (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais), dos independentes que era a tendência de Lula e dos sindicalistas “autênticos” com os membros das oposições sindicais viria reforçar consideravelmente o bloco que daria origem à CUT. Seguramente, grande parte das características e da cultura cutista resulta dessa aliança efetuada, em ampla medida, sob a égide da Igreja.

A intensa movimentação das numerosas tendências que resultaram numa febre de reuniões de caráter regional e nacional²⁰, marcaram o ano de 1980.

É imprescindível lembrar o panorama internacional em que se encontrava o Brasil. Desde 1974, o capitalismo vivia uma forte redução da taxa de lucro. O cenário, agora, era de crise econômica, que forçou o capitalismo a encontrar novas soluções para garantir sua expansão e perpetuação. Os estudos de Giannotti (2007, p. 228) dão conta de

¹⁹ Segundo Rodrigues a Coordenação Nacional acabaria por ficar composta exclusivamente por dirigentes, ou dirigentes cassados do sindicalismo oficial: João Paulo Pires de Vasconcelos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade; Antonio Luciano Fuzer, presidente do Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro; Luís Inácio Lula da Silva, presidente cassado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema; Olívio Dutra, presidente cassado do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; Raimundo Ananias, presidente do Sindicato dos Securitários de Pernambuco, e Geraldo Pastana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. As lideranças, ou algumas das lideranças das oposições sindicais, pretendiam fazer do ENTOES a base de uma central sindical. Os dirigentes dos sindicatos oficiais “autênticos” não concordavam com essa idéia, valorizando uma CUT mais ampla. No final, prevaleceu o ponto de vista dos “autênticos”.

²⁰ Jamais se pode deixar de assinalar o grande número, aparentemente desnecessário, de congressos, conferências e reuniões de todos os tipos que ocorreram no começo dos anos 80. Em alguns casos considerando o grande número de participantes, o custo deve ter sido elevado. Vejamos alguns exemplos: em fevereiro de 1980 ocorre o chamado Primeiro Encontro de João Monlevade. Poucos meses depois, em julho de 1980, ocorre o II Encontro em Taboão da Serra. Em agosto de 1983, realiza-se o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, que decide sobre a criação da CUT e convoca para o ano seguinte o I Congresso da CUT. Aproximadamente cinco mil delegados estiveram presentes em cada um destes congressos.

uma nova teoria, denominada neoliberalismo, avançava. Entre 1930 e 1975, várias concessões haviam sido feitas, em muitos países, para atender às necessidades do sistema atingido pela Crise de 1929 e pela subsequente Grande Depressão, da década de 1930. Os países capitalistas precisavam recuperar suas economias. A pressão do movimento operário conquista, 'na marra', vários direitos.

Nos anos 80, as empresas, para garantir seus lucros, precisavam recuperar o terreno perdido com essas concessões. Precisavam retirar dos trabalhadores o máximo de conquistas possíveis. O Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State* deveria ser uma política de proteção para reduzir o choque entre capital e trabalho, ou seja, para neutralizar a classe trabalhadora e evitar revoluções socialistas.

A ditadura do general Pinochet no Chile aplicava experiências neoliberais importada dos discípulos da Escola de Chicago. Fenômeno parecido acontecia na Argentina, onde uma ditadura terrorista do mesmo naipe da do Chile, implantava as chamadas reformas estruturais.

Nesse sentido, as novas formas de gerenciamento e novas formas de produção substituíram a linha de montagem da primeira metade do século. Era a passagem do velho modelo de produção fordista, baseado na linha de montagem, para um novo método, o toyotismo japonês, modelo de produção conhecido como administração flexível e produção flexível. Novas expressões como reestruturação produtiva, reengenharia passaram a ser utilizadas por empresários, gestores e trabalhadores. Ao mesmo tempo, do ponto de vista tecnológico, a automação industrial invadia o mundo e entrava em cena a microeletrônica.

Em 1985, Mikail Gorbachev foi eleito presidente da URSS. Seu país perdeu o fôlego da Guerra Fria com os EUA. A derrubada do muro de Berlim, em 1989, representou o fim de uma era ou o fim do breve século XX, como o Hobsbawm o consagrou em seu livro *A era dos Extremos*.

A década de 1980 assistia ao enfraquecimento de todos os partidos comunistas do mundo. Giannotti (2007, p.230-231) nos diz que três eleições marcaram profundamente a década de 80:

A primeira, em 1978, em Roma, foi a do papa João Paulo II, um conservador e profundamente anticomunista, que combaterá a Teologia da Libertação, sobretudo na América latina. Em sua ação sistemática de destruir as idéias socialistas, aliou-se ao novo presidente dos EUA, eleito em 1980, Ronald Reagan. Este, como representante da direita radical, nos trará à lembrança o 'braço armado' secular da Idade Média. Ao longo do pontificado de João Paulo II, calaram todas as vozes de cardeais, bispos e padres comprometidos com a doutrina que incentivava a luta do povo por sua libertação de toda a dominação e agressão. Os mais perseguidos na América Latina, foram o frei brasileiro Leonardo Boff e padres

revolucionários do governo Sandinista, da Nicarágua, como Ernesto Cardenal.

A segunda eleição marcante da década foi a da primeira-ministra da Inglaterra, Margareth Thatcher, contemporânea do papa Wojtyła. Esta mulher foi fundamental para o neoliberalismo.

A terceira eleição veio logo após a vitória do neoliberalismo na Inglaterra. Nos EUA, é eleito, para presidência da República, o republicano Ronald Reagan, com a mesma mensagem de Thatcher. Seu plano econômico resumia-se na expressão 'austeridade econômica', isto é, no controle dos gastos públicos com uma forte redução das despesas sociais.

Como todos sabemos a Inglaterra e os Estados Unidos difundiram, através de seu poderio econômico, a ideologia neoliberal nos quatro cantos do mundo. As universidades dos EUA e as Organizações Não Governamentais (ONGs), nascidas como cogumelos nestes anos 80, tiveram um papel importantíssimo na difusão da ideologia neoliberal.

Para Giannotti (2007, p. 234) o Partido dos Trabalhadores, no início de sua trajetória, trazia uma forte marca classista, sua referência era a classe como centro de um projeto de transformação da sociedade. Um partido sem patrões e seu lema era trabalhador vota em trabalhador. O partido falava de socialismo, mas mantinha distância da social democracia européia e dos partidos comunistas. Propunha-se deixar a classe trabalhadora independente da tradicional política do país.

Na mesma época em que nascia o PT, os sindicatos, contrariando a legislação da década de 30, que proibia a criação de centrais sindicais, formavam a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que se tornaria nos anos seguintes referência mundial de combatividade.

Concordamos que o ano de 1978 foi decisivo para o sindicalismo brasileiro. As greves avançaram em direção às grandes fábricas montadoras de automóveis, coordenadas pela diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos. Começa uma nova efervescência e diversos sindicatos de todo o país se articulam, provocando profundas mudanças no quadro sindical brasileiro.

Foi neste cenário que se pensou a criação do PT, segundo Rodrigues (1991) as propostas para esta criação vinha de três facções: 1) do grupo de sindicalistas ligados às oposições sindicais e a Igreja Católica; 2) das facções mais radicais, de formação marxista; 3) dos sindicalistas liderados por Lula.

A formação do PT viria acentuar as divergências já existentes no interior do sindicalismo brasileiro. Os comunistas, além de serem favoráveis a uma central especificamente sindical, não poderiam ver com simpatia o surgimento de outro partido que

viesses disputar com os PC's o controle do movimento trabalhista. Dessa maneira, é possível distinguir quatro grandes tendências às vésperas da CONCLAT²¹.

Para concluirmos nossas análises referentes a esse riquíssimo período (anos 1980), explicitaremos definidamente essas quatro grandes tendências:

1. Unidade Sindical – da qual faziam parte sindicalistas que seguiam a orientação do PCB, do PCdoB e do MR8. Eram contra a criação do PT, insistiam na possibilidade de aliança com o PMDB e outros setores sociais objetivando garantir a transição democrática que consideravam fundamental. Esta tendência defendia que as mobilizações dos trabalhadores deveriam ser efetuadas com a prudência necessária, a fim de evitar um confronto com os militares, que pudesse retardar ou fazer retroceder a abertura democrática. Por isso, foi denominada de reformista porque não confrontavam com o sistema. A greve geral idealizada pelas correntes mais radicais era rejeitada pelos sindicalistas desta tendência que almejava somente pequenas reformas no país.

A Unidade Sindical proclamava a não intervenção governamental nos assuntos sindicais e trabalhistas. Se fosse aprovada a ampla liberdade de organização sindical abria-se a possibilidade da existência de mais de um sindicato da mesma categoria profissional numa mesma localidade. Isto rompia um dos princípios básicos da estrutura corporativa consignada no sindicato único. Na verdade se pretendia romper com o fim do direito de intervenção do Ministério do Trabalho nos assuntos internos dos sindicatos.

O sindicalismo, na concepção da Unidade Sindical era concebido basicamente como um instrumento de obtenção de melhoras para a classe trabalhadora, a serem obtidas não só por intermédio da ação dos sindicatos mas também através da aliança com outras forças políticas democráticas. A estratégia dos dirigentes da Unidade Sindical reproduzia a antiga política da frente democrática preconizada pelos comunistas. Consistia na “versão da revolução em duas etapas, em que a primeira, que antecederia a revolução socialista, supunha uma aliança com a burguesia nacional” (RODRIGUES, 1991, p. 28).

2. Bloco dos Sindicalistas Independentes também denominados autênticos: pertenciam a esse grupo sindicalistas que haviam entrado em conflito direto com o Ministério do Trabalho.

Os sindicalistas que integravam essa tendência foram colocados na marginalidade pelo Ministério do Trabalho, tiveram seus direitos destituídos e foram presos. Esse grupo não estava bem definido politicamente e ideologicamente. Seus membros poderiam ser

²¹ Referimo-nos a primeira grande Conferência Nacional da Classe Trabalhadora realizada em 1980.

considerados como sindicalistas que lutavam por mais espaço de negociação com as empresas e isto conflitava contra as normas que regulavam a atividade sindical, atingindo o controle que o Ministério do Trabalho exercia sobre os sindicatos. Vale lembrar que Lula e toda essa nova geração de sindicalistas tinham pouca ou nenhuma experiência de participação política.

3. As Oposições Sindicais: nesta tendência estavam reunidos militantes sindicais que faziam oposição às diretorias consideradas acomodadas ou “pelegas”. A concepção das oposições era relativamente heterogênea. Faziam-se presentes no interior desta tendência as facções “obreiristas” bastante radicais, primavam pelo confronto direto e pelo repúdio à atuação parlamentar. Uma parte expressiva destes integrantes estava ligada à Igreja Católica através das Pastorais Operárias.

Os militantes dessa tendência, ao priorizarem as organizações e ações de base, colocavam em segundo plano a luta por uma democracia representativa, rejeitando a aliança com outros setores sociais e políticos da burguesia liberal.

Os sindicalistas denominados autênticos e o próprio Lula optaram por valorizar o delegado sindical, tornando as comissões de fábricas subordinadas às diretorias dos respectivos sindicatos²².

Aqui em Manaus, no Sindicato dos Metalúrgicos as tendências ideológicas foram muito salutares, apesar de serem muito pesadas as divergências transformaram-se em lutas ferrenhas ultrapassando o plano político para o âmbito pessoal, isto era a característica desse momento histórico. Segundo uma de nossas entrevistadas

Lá no Sindicato nós tínhamos a Luzarina que era da CUT pela base. A CUT pela base contava com um total de 10 a 15 pessoas somente. O bonito era que nós trabalhávamos, as forças trabalhavam. Hoje você não vê isto. Lá no Sindicato dos Metalúrgicos ainda estão presentes o PT, PCdoB e o PSB.

O PSB não tem força interna e nem expressão no movimento sindical. O PCdoB já tem o seu perfil, porém, não são forças internas, são apenas um grupo de um partido que defende uma posição. Quanto a nós do PT tínhamos muitas ações: a CUT pela base, a tendência da convergência socialista, os *trotskistas*, comandados pelo Adilson e mais três companheiros.

Os *trotskistas* trabalhavam muito. Embora tenham sido algumas vezes por nós escamoteados, quando nós os deixávamos fora do movimento, mesmo assim, ao chegarmos às portas das fábricas às quatro horas da manhã, eles já se faziam presentes lá. Às vezes eles dormiam no Sindicato para chegarem às fábricas bem cedo. Isto era uma postura muito bonita.

Eles tinham essa determinação de participar. Ao serem escamoteados faziam suas mochilas e iam dormir no Sindicato. O Sindicato tinha que bancar seus lanches, às vezes eles dormiam mal, dormiam com fome, sem

²² Ver o artigo de Iram Jácome Rodrigues sobre as comissões de fábricas. In: O Sindicalismo brasileiro nos anos 80 / Armando Boito Jr. [et al.]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

tomar banho, iam para o seu lar às nove, dez horas, onze horas da noite do outro dia, mas faziam a política deles. A Luzarina, por exemplo, cansou de dormir lá porque ninguém ia buscá-la, não havia condução.

Isso cresceu muito, eles trabalhavam mesmo e, faziam nós trabalharmos mais ainda porque nós queríamos todo o espaço. Como eles não cediam espaço e, nas grandes assembleias levavam gente acabávamos fazendo esse debate interno pela participação mesmo da organização dos trabalhadores. Eles tinham gente muito afinada no discurso, no debate, na responsabilidade dentro da fábrica, esta era sua referência. Mais tarde foram se isolando, uns não agüentaram muita pressão, outros foram embora para outros Estados, começaram a passar no vestibular.

Poucos desses companheiros deixaram de cuidar de suas vidas. Apenas não agüentaram mais, pararam e foram cuidar da vida informal, constituíram família, poucos estão militando assim na área sindical. Não existe nenhum revanchismo comigo. Agora, como profissionais eles compreenderam o processo até porque eles tinham essa leitura da disputa, eles sobreviviam. O Adilson, por exemplo, vendia um jornalzinho lá no Sindicato, ele sobrevivia com aquele dinheiro para militar.

Nós sempre defendemos a articulação, a força combativa. Eles não eram pelegos, mas a linha de pensamento deles era diferente e isso refletia na participação deles no movimento. Existiam coisas em comum no discurso, porém, quando sentávamos para fazermos planos estratégicos com eles não davam certo, mas se nós sentássemos para fazermos um debate, um estudo, um seminário, sem avaliar e sem colocar as ações tudo fluía bem. Agora quando sentávamos para avaliar as ações nada combinava (S.C. entrevista/2007).

4. A Extrema Esquerda: era composta por vários grupos de ativistas sindicais ou os chamados militantes políticos, dos pequenos partidos de ideologia leninista como as tendências extremas, não organizadas partidariamente, porém, bem próximas de um sindicalismo revolucionário.

As pequenas organizações que integravam esse bloco tinham como meta a luta pelo sindicalismo através de uma prática radical destinada, predominantemente, a agudização do conflito social.

Para fazermos uma avaliação do papel da CUT aqui no Amazonas, nesses últimos anos, temos grandes dificuldades. Uma delas é a de resgatar a sua história. Uma tarefa difícil porque os dirigentes não compreendem ou as próprias pessoas não se dão conta da importância de guardar a história. A CUT sofreu muito por ter passado um bom tempo “perdida”. Para esta entidade se achar ela precisa contar com pessoas muito vivas que possam relatar um pouco a sua história.

É o que Hobsbawm em sua obra “*Era dos Extremos – o breve século XX (1914-1991)*” caracterizou como sendo uma *presentificação* que dissolve a memória histórica. Para ele “quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que viveu” (HOBSBAWM, 1995, p.

13). Na verdade, homens e mulheres sem consciência do passado não podem construir o futuro. Daí a importância deste estudo que nos possibilita lembrar e discutir, o nosso passado, resgatando a memória histórica, refletindo não apenas sobre o passado distante, mas o passado recente, da nossa região.

Temos uma década onde todos os trabalhadores e trabalhadoras entraram em cena, num processo de participação acirrada de todos nos movimentos, se empenhando para o fortalecimento da entidade, lutando pela concretização dos seus mais diversos anseios. As divergências se davam no plano dos encaminhamentos políticos e das concepções sindicais. Os grupos das categorias de oposição recebiam formações com o intuito de entenderem o que era o movimento para poder entrar na luta.

1.3. As greves do ABC paulista e sua influência no Amazonas.

Aqui no Pólo Industrial de Manaus os trabalhadores reagiram muito positivamente em relação às pressões no chão-de-fábrica diante das imposições dos novos padrões. Ao protagonizarem uma greve eles tiveram a consciência que deveriam permanecer nos seus postos de trabalho, cruzar os braços. Desse modo seriam sustentados pela própria empresa durante o momento de luta. Hoje a situação se apresenta com outra face, como lembra a fala desta ex-operária:

O sindicato faz a greve e impede os trabalhadores de participar. Isso está errado porque o papel da direção é fazer com que os trabalhadores fiquem dentro do movimento. Hoje o sindicato faz a greve, paga água, paga o lanche, paga a comida, dá o vale transporte, tem que negociar. Isso tudo está errado.

Antes os trabalhadores tinham a pressão, quando um cruzava os braços não tinha como acontecer a produção. Eles reagiam bem a este aspecto porque entendiam e sabiam. Tinha muita demissão mas rotatividade era constante no Distrito (S.C. entrevista 09/2007).

Os trabalhadores unidos em movimentos grevistas mobilizaram-se objetivando a luta organizada concernentes às reivindicações econômicas e sociais, como: duração semanal da jornada de trabalho, regulamentação do emprego das mulheres, trabalho noturno, férias anuais pagas, descanso semanal remunerado, salário, autonomia e liberdade sindical. Os movimentos grevistas e as mobilizações operárias, independentes das orientações políticas e ideológicas que fluíam no seu interior, clamavam pela ação do Estado no sentido de implementar as

regras mínimas para o funcionamento de um sistema de relações industriais no Brasil. Reivindicavam a promulgação de Leis trabalhistas e de dispositivos legais que garantissem o seu cumprimento pelos empresários.

As jornadas de trabalho sempre foram pontos centrais na defesa dos direitos trabalhista. No Amazonas, por exemplo, é pauta de reivindicações desde 1911. Os estudos de Pinheiro (2003) revelam que estas questões estiveram presentes desde a greve geral de 1919, quando os trabalhadores decidiram a entrada em greve pela regulamentação da jornada de oito horas (os padeiros, lixeiros, sapateiros, carroceiros, choferes e boleiros) além dos estivadores das principais firmas estrangeiras de Manaus. Na extensão de seus estudos intitulado “A Cidade Sobre os Ombros” ela acrescenta que “a luta pela implantação da jornada de oito horas continuou viva entre os estivadores manauaras e ressurgiu novamente nos primeiros dias de junho do ano de 1923” (PINHEIRO, 2003, p. 178).

As jornadas de trabalho continuavam se constituindo cada vez mais o ponto decisivo das paralizações/greves porque ainda se faziam presentes nas pautas de greve de janeiro de 1924 e agosto de 1925²³.

Ao lembrarmos exclusivamente dos metalúrgicos do ABC é importante salientar

a semana de 40 horas de trabalho com redução de salários faz parte do plano de lutas aprovado no I Congresso Nacional da CUT, realizado em 1984, em São Bernardo do Campo. A principal reivindicação da campanha salarial de 1985 na região do ABC paulista, bem como da Vaca Brava que eclode nesse ano, é a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais. Os trabalhadores (as) tentam, assim, fugir das demandas salariais que marcaram, até então, as lutas operárias sindicais, reintroduzindo o tema da redução da jornada de trabalho, questão que não era tematizada, desde 1935, pelo movimento sindical e operário brasileiro (BLASS, 1999, p. 41).

O movimento grevista de 1985 conhecido como Vaca Brava, segundo esta autora, revela que além de romper com a idéia de que a greve é sempre “de todo mundo” instala um debate em torno da ação sindical propositiva, mais tarde denominada modernização negociada. Nesse contexto a redução da jornada de trabalho aparece como uma das alternativas para manter o nível de emprego. Implicando, porém, a decisão de negociar ou não negociar com os representantes patronais e governamentais.

Nogueira (1999, p. 53) nos chama a atenção enfatizando que as greves entre 1978 e 1983 revelam a expansão do movimento de assalariados da classe media. Este autor apresenta o seguinte quadro:

²³ Para saber mais sobre as greves nesse período consultar: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade Sobre os Ombros – Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1989-1925), p. 178-186.

[...] médicos assalariados, antes profissionais autônomos, e funcionários do sistema de saúde pública promovem paralizações do trabalho; professores universitários, principalmente das universidades públicas, também paralizam o trabalho e avançam no seu processo de organização como demonstra a trajetória de formação da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior).

A partir de então avançam significativamente a multiplicação de associações de profissionais e de técnicos no País. Isto sinaliza a não estagnação do movimento operário.

O operariado amazonense, ao ser convocado para a greve, por meio dos vários instrumentos que se usava para este ato, reagia muito bem. A comunicação interna entre eles fluía de forma satisfatória, os panfletos eram lidos na medida necessária para entenderem as mensagens. Existia um controle muito rígido ao lerem para não serem reconhecidos. No interior da fábrica era mais cauteloso, o trabalhador jamais poderia ser visto com o boletim, muitos desses operários deixavam para lerem depois. Por outro lado, alguns trabalhadores realmente não recebiam porque tinham receios de represálias, mas, os mais conscientes recebiam e liam em casa ou num outro local.

Ao consultarmos uma das mulheres militantes desse período em que elas enfrentaram grandes desafios questionamos: os trabalhadores reagiam bem ao novo ou eram resistentes às mudanças?

Não. Eles reagiam muito lentamente. O nível de maturidade ainda era muito baixo, diferente dos grandes centros, isto é visível até hoje. Por exemplo, ao fazermos uma panfletagem no centro de Manaus poucas pessoas dão importância, a reação é bem inferior a de uma pessoa do grande ABC. Neste local as pessoas recebem, dão uma parada, lêem o que se trata e guardam. O nosso povo recebe, a maioria deles embolam e jogam no chão, causando um novo problema como a poluição. Você vê o pilhado de material jogado no chão. Então, eu acho que eles são muito lentos e até por conta do processo político que Manaus vivencia como a educação, a saúde, a classe média, dentre outros (S.C. entrevista 09/2007).

Em relação à política trabalhista, o trabalhador amazonense, nem sempre foi pensado como um ser humano principal no processo produtivo. Nos anos oitenta já eram veiculadas as famosas NR's. As NR's foram pensadas justamente para os trabalhadores começarem a se adequar mais ou menos ao perfil da empresa. Depois vieram as ISO-9000, 9002, 9005, 9008, etc. Hoje temos até ISO-14007.

Essas normas privilegiaram somente os dirigentes que eram os cipeiros, referências da fábrica, elas não contemplam os trabalhadores porque a mão-de-obra deles é muito barata. A tecnologia e a máquina existem, mas a produção mecanizada é que é mais barata do que se investir em tecnologia. E é mais barato para eles trabalharem a mão-de-obra, que não tem qualificação, do que trazerem um robô para cá. Em São Paulo eles já fizeram muito investimento sobre isso, mas aqui a gente ainda vê grande resistência. Aqui você vê máquinas que a menina trabalha operando num processo muito mecânico. Como consequência temos aquela famosa doença da 'lesma' (S.C. entrevista 09/2007).

O trabalhador acompanha de forma desatenta, as transformações tecnológicas, a robótica. Eles não demonstravam ou mesmo não se perceberam dos transtornos e dos grandes males à sua própria classe. Vejamos o que disse uma de nossas entrevistadas:

Em minha opinião não havia preocupação porque as máquinas são que nem os transportes aqui em Manaus. Os transportes coletivos vêm como se fossem para sulistas (altos) e nós somos baixinhos, grande parte do amazonense é baixo, aí para pedir o sinal substituíram a corda pelo botão. O robô para muitos trabalhadores apresentou essa dificuldade. A chamada automação teve que colocar funcionários com o nível da máquina para trabalharem e tentarem adequá-las para trabalharem em pé, devido às condições das máquinas. Houve empresa que passou a colocar só funcionários de uma determinada altura para operar manusear a máquina. E, com isso, também houve muita demissão porque onde 20 trabalhadores faziam uma atividade, o robô passou a substituí-los. Então uma grande demanda de trabalhadores foi demitida.

Atualmente, o trabalho mais pesado é o do homem. Ele tem que ser ágil para acompanhar a robótica e, isto acaba se refletindo em consequências graves para o trabalhador, muitos adoecem ao enfrentarem o processo automático (F.C. entrevista 09/2007).

Em Manaus, os jornais aparecem como meio de comunicação mais expressivo da década de 1980, por meio deles vimos o denunciar dos vários acontecimentos sindicais, por dentro e por fora das principais fábricas do Pólo Industrial de Manaus. A matéria abaixo traduz um pouco esse momento.

Cerca de 10 mil operários reunidos ontem à noite no campo da Escola 'Domingos Sávio' decidiu paralisar as atividades no Distrito industrial em resposta a contrapartida dos patrões considerada inaceitável, já que sequer se aproxima do piso salarial reivindicado, entre outros itens que não foram atendidos (C.f. Jornal A Crítica de 01 de agosto de 1985 cuja manchete foi Em greve o Distrito Industrial).

Esses primeiros registros históricos das greves do Pólo industrial de Manaus revelaram à sociedade manauara as precárias condições de trabalho, maus tratos e péssimos

salários pagos aos trabalhadores amazonenses na década de 1980. Esta paralisação durou cerca de seis dias e recebeu apoio solidário de segmentos importantes da sociedade. Nesta mesma edição registra-se: “Dia histórico – trabalhadores decidem por greve até a vitória”. Os operários expressavam suas tentativas de negociarem com a classe patronal melhorias salariais e a decisão de cruzarem os braços diante da negativa. Denunciava, inclusive, que os trabalhadores pediam CR\$ 1.141.815 e os patrões ofereciam CR\$ 580, mil. A matéria lembra que nunca uma Assembléia reunia tantos trabalhadores no Amazonas, como ocorreu no dia anterior com os metalúrgicos.

Na edição do dia 02 de agosto, nova manchete: “Greve continua – falhou acordo”. Totalizaram três páginas dedicadas ao movimento grevista. Este jornal informou que as negociações entre trabalhadores e patrões não avançaram, apesar de uma reunião realizada na Delegacia Regional do Trabalho e que os operários haviam decidido fortalecer o movimento. Vários fatos revelaram a pressão contra os trabalhadores com um grande contingente de policiais militares nas ruas do Pólo Industrial de Manaus, agressões por parte dos seguranças das fábricas e, em contrapartida a solidariedade da sociedade, traduzidas por atos de entidades e de políticos.

No dia 03 de agosto a manchete foi: “Greves atingem novas unidades. Param grandes fábricas e a ilegalidade é pedida”. Os trabalhadores das duas maiores fábricas do PIM, Gradiente e Sharp, que haviam aderido ao movimento, lideravam a greve. Neste dia o movimento ocupa duas páginas internas do jornal, com denúncias de violência da polícia e de dirigentes das empresas contra os operários.

Na edição do dia 04 de agosto (domingo) outra manchete de “A Crítica” – “Igreja apóia grevistas”. Esta manchete informou que o dinheiro arrecadado nas coletas feitas durante as missas seria destinado ao fundo de greve dos metalúrgicos para garantir a alimentação dos grevistas.

Nos momentos de embates eram comuns outras categorias se unirem para apoiarem o movimento e, de certa maneira, fortalecê-lo. Nesse sentido contou-se com o a presença de outras categorias profissionais, inclusive os jornalistas que fizeram cota para ajudar o movimento.

Reunião de greve foi a manchete do dia 05 de agosto de 1985. Esta manchete noticiava que uma nova reunião com o Tribunal Regional do Trabalho, podia promover um acordo entre metalúrgicos e industriais. No dia 06 deste mesmo mês e ano, a matéria grevistas e empresários voltam a negociar, informou que a reunião do TRT terminou sem acordo por intransigência dos patrões.

Finalmente, o fim da greve foi divulgado no dia 07: “Acordo foi fechado de madrugada. Grevistas voltam ao Trabalho”.

Enquanto isso, no dia 08 uma chamada na primeira página informou que os operários da empresa Mitsubishi paralisaram novamente as suas atividades por conta da demissão de três trabalhadores, embora existisse um acordo firmado para que não houvesse demissões. Apesar disso, pode-se considerar uma grande vitória política porque testou a organização dos trabalhadores do Amazonas e fez com que recuasse algumas ações comuns nas empresas como maus tratos aos trabalhadores, reveladas durante o movimento.

A mobilização em favor dos operários com a realização de coletas de recursos para o fundo de greve através das entidades representativas de outras categorias e da Igreja Católica mostrou que a sociedade amazonense não era totalmente indiferente ao que acontecia dentro das instalações das grandes empresas instaladas no Pólo industrial de Manaus.

Uma das principais marcas dos anos 80 no Pólo Industrial de Manaus foi a presença ostensiva de policiais militares nas fábricas, a intimação dos trabalhadores por parte do aparelho do Estado lembrava a repressão ocorrida três anos antes nas greves que atingiram as indústrias automobilísticas da região do ABC paulista. O Coronel Hélcio Mota, então comandante da PM, justificou o grande contingente de PM no Pólo Industrial de Manaus como sendo para garantir a integridade física dos trabalhadores que queriam trabalhar. As matérias de “*A Crítica*”, no entanto, mostraram que em alguns casos os policiais fizeram uma espécie de corredor polonês obrigando os trabalhadores a entrarem nas fábricas, desrespeitando o direito dos que queriam aderir ao movimento.

Segundo as denúncias jornalísticas de “*A Crítica*”, no primeiro dia de greve no Pólo Industrial de Manaus o mais sério incidente aconteceu na CCE. Uma operária desmaiou e outra foi agredida por um segurança da fábrica. A Polícia Militar cercou o pátio. Ocasionalmente atrito entre seguranças e jornalistas que cobriam o movimento.

No desenrolar desta pesquisa questionou-se em que medida as greves do ABC paulista tiveram influência no Amazonas? A resposta de todos os nossos sindicalistas, trabalhadores, de modo geral, foi unânime em relação à década de oitenta. Isto se justificou pela luta dos trabalhadores que continuam até hoje. De acordo com o relato de uma de nossas entrevistadas:

Um dia desses houve uma greve numa fábrica por falta de papel higiênico. A luta de classe não mudou, pelo contrário, hoje o sindicalismo enfraqueceu. As greves, mobilizações as pressões diminuíram muito. Os trabalhadores, as direções acabam até mais se resguardando por conta do

processo político que se vive hoje no século XXI. O movimento sindical reduziu mais antes por qualquer coisa os trabalhadores reuniam, o Sindicato era mais atuante. Nós, do Sindicato dos Metalúrgicos passamos por fases muito delicadas, uma delas foi o arrombamento dos portões na gestão do Ricardo Moraes, momento em que os trabalhadores deixaram sua referência.

A Imprensa quase não divulgava as grandes greves. Naquele tempo o Sindicato mandava gente para a porta de fábrica. Esses militantes eram preparados, passavam quinze, vinte dias treinando carro-som lá no ABC, faziam toda essa política. O ABC foi o berço de todo o país, referência nacional. Hoje os metalúrgicos representam em base de 80 mil ou 90 mil, um número comparável ao ano de 1989. Os trabalhadores estão mais ou menos nessa média. Em compensação, a organização da categoria, a gente vê fracassada. Para conseguirmos eleger um cipeiro atualmente é um tira-teima. Antes, nós fazíamos o cipeiro, ele era engajado, fazia as denúncias, reivindicava. Ele era o líder da greve e preparado para fazer isso (S.C. entrevista 09/2007).

Enquanto os enfrentamentos ocorriam no interior das várias indústrias do PIM, por dentro do movimento originava-se a solidariedade aos metalúrgicos, pois algumas entidades criaram um comitê de apoio ao movimento, que além de ajudar, na arrecadação de fundos acompanhava o desdobramento do movimento e as pressões contra os trabalhadores. Na edição do dia 08 de agosto de 1985, a “*A Crítica*” apresentou uma matéria de meia página expressando as tensões e ação do comitê, registrando o clima visto nas ruas do PIM, num dia cujas atividades iniciaram às quatro horas da madrugada. Saber se esses novos embates voltarão é muito difícil. A geração de hoje é outra e precisa de mais disposição o campo da ação, da formação e do enfrentamento não se fazem presentes com tanto entusiasmo se compararmos aos anos oitenta. Resta-nos saber: será que essa trajetória ainda tem volta?

Ouvimos a opinião de uma ex-militante acerca de como ela via a consciência política dos trabalhadores da década de 80

[...] eles eram mais participativos. O sindicato promovia seminários e todos comungavam, inclusive, contávamos sempre com uma média de 120 a 130 pessoas das fábricas estudando o que era o sindicato, para que servia, qual era função do cipeiro na empresa, as garantias da mulher grávida, o dever da fábrica, as convenções coletivas, isto era muito bonito. Eles militavam com bolso deles, o sindicato não tinha gastos com vale transportes, como tem hoje. Hoje para nós reunirmos 100 pessoas, temos que bancar o vale transporte. O bonito daquela época é que eles militavam com os seus próprios recursos, no sábado, no domingo. O Sindicato bancava apenas a alimentação. Hoje, se os operários vão ao Sindicato eles querem o vale transporte (S.C. entrevista 09/2007).

As chamadas para as mobilizações não são vistas como na década de 80, é preciso muito empenho do sindicato e uma compreensão do trabalhador que compõe o mercado de

trabalho. É necessário que haja compreensão do momento em que se vive, onde há concorrência constante por melhores condições de trabalho e renda dentro de um mercado vasto e rigoroso. As disputas continuam e são bem semelhantes às anteriores.

As divergências entre as várias tendências estabeleceu um divisor de águas entre os membros da primeira diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas.

Um de nossos sujeitos da pesquisa, também ex-militante na luta pela construção de classe no Amazonas ao interrogarmos ainda acerca da organização sindical e consciência política do operariado amazonense, nos deu a seguinte informação:

em oitenta foi bem melhor, existia comissão de fábrica, tinha formação no final de semana através da direção do Sindicato para as comissões de fábrica, para cada empresa, para conscientizar as pessoas de passarem as informações no interior da fábrica. Hoje a gente já não percebe isso, até mesmo porque são poucos os que existem daquela época, são outros jovens, que não adquiriram a formação dos anos 80 (F. C. entrevista/2007).

Na opinião de nossos entrevistados os anos oitenta foram da melhor qualidade porque surgiram, a partir desses anos, muitos avanços. Os trabalhadores tiveram muitas conquistas. Na CLT, as mulheres de 120 dias de licença maternidade, passaram a desfrutar de 180 dias de licença maternidade, surgiram creches para homens e mulheres, da construção civil, inclusive. No Sindicato quem tinha 60 funcionários, lá na Construção Civil quem tinha 20 funcionários, isso tudo foi em cima das lutas e conquistas.

Por outro lado, surgiu o SINTEAM que concretizou medidas como o piso dos professores, o salário-giz, uma luta muito antiga sobre a história do salário-giz. Hoje, esta categoria está muito descontente com o salário. Mas nessa década, os trabalhadores eram mais atentos porque ninguém podia fazer um acordo sem que eles não estivessem participando. Após os resultados das negociações o boletim tinha que estar nas mãos deles dizendo o que alcançaram, os recuos e avanços nas negociações.

A campanha salarial do Sindicato tinha plantão 24 horas. As equipes se faziam presentes nos turnos de trabalho que funcionavam à noite com o objetivo dar o plantão e para manter o pessoal informado. Naquele período a comunicação era muito ruim, tínhamos somente o telefone convencional. Por isso fazíamos muito o trabalho da formiguinha, além do mosquitinho, do panfleto e a nossa visita. A nossa visita era sempre primordial. Você saía, tinha o carro, a gasolina, mas o nosso trabalho era de visitar 20 pessoas durante o dia. Agora não, o sindicato não faz mais isso. Na nossa época nós saíamos uma hora e ficávamos no sol lá naquela Avenida da Compensa para fazermos às visitas, para fazermos o trabalho do mosquitinho que era de informar aos companheiros os resultados antes de entrarmos na fábrica.

Quando nós entrávamos na fábrica a ‘*radio peão*’ já estava 100% porque um número expressivo circulou no bairro. Os bairros da cidade eram bem menores e todos faziam (S.C. entrevista 09/2007).

Se fôssemos classificar os anos oitenta, em relação a sua importância como processo, poderíamos dizer que foi a década do sindicalismo combativo. O povo queria o melhor, havia mais unificação das oposições, dos movimentos. Tudo numa finalidade. Se era para melhorar, todos se uniam. Não tinha hora, era na madrugada, era nos finais de semana. Na madrugada porque todos tinham que dormir coletivamente, por exemplo, na época de greve, da campanha salarial, para cedo estarem todos juntos para fazerem um apanhado. Portanto, tomavam café juntos e saiam para porta da fábrica para panfletar, todos os períodos de campanha salarial.

E na luta das oposições sindicais tudo se repetia. A mesma medida era tomada em relação aos partidos políticos, que era o novo também “os Partidos Políticos” e os outros movimentos, centrais sindicais, como a CUT que é a central sindical discutida para os trabalhadores. Então todos se uniam em busca de uma finalidade.

Precisamente em 1984 a oposição sindical venceu as eleições. Recebeu um amplo apoio de setores da sociedade manauense incluindo setores da classe média como advogados e jornalista, assistentes sociais e intelectuais da Universidade Pública dentre os quais destacam-se: Hildeberto Dias, Marlene Pardo, Francisco Botinelly e Aloysio Nogueira. Nesse período surgiu aqui em Manaus a FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional).

Essa ONG contribuiu significativamente no processo sócio-educativo de assessoria política ao Sindicato. Ela adentrou o cenário político ocasionando embate entre os militantes da Pastoral Operária. As expressões de alguns dos nossos sujeitos desta pesquisa são unânimes ao afirmarem que as concepções dentro da representação sindical dos trabalhadores metalúrgicos de Manaus iniciaram com a presença da FASE, principalmente porque ela passou a atuar dando assessoria à cúpula do sindicato desde a tomada da diretoria “pelega”.

Na Central Única dos Trabalhadores a FASE era denominada articulação sindical e seus membros assumiam encaminhamentos políticos divergentes dos encaminhamentos dados pelas outras correntes como a Convergência Socialista, a Corrente Classista do PCdoB e, sobretudo, as concepções reformistas do PDT.

O patrulhamento político da FASE e a crítica acirrada aos encaminhamentos políticos adotados por militantes que não comungavam de suas idéias, com posições autoritárias na defesa do pensamento único deu margem para rupturas dentro do Sindicato.

Para Torres (2005, p. 251) “o novo sindicalismo adotado pela Central Única dos Trabalhadores firmou-se como uma proposta plural que se opunha às concepções sindicais que se desenvolveram no final do século XIX nos países centrais”. Essas concepções refletiam um modelo fascista italiano. No Brasil este modelo serviu de base para pensar a estrutura sindical estruturada pelo *getulismo*, que era basicamente copiada do modelo italiano.

A divergência de concepções, encaminhamentos e princípios foram causas de contendas entre os sindicalistas. A disputa de poder pelas tendências de pensamento na esfera sindical metalúrgico-eletroeletrônico do Amazonas deu relevo à opressão feminina no sindicato, uma vez que subsidiou o processo de exclusão das operárias que participaram do primeiro mandato da diretoria desse Sindicato. Na cabeça desses dirigentes, as mulheres tinham que se dedicar exclusivamente ao Sindicato.

A tomada do Sindicato dos Metalúrgicos pelas forças combativas aqui no Amazonas se dá em 1984. Ela era constituída por pessoas que já militavam politicamente no Partido dos Trabalhadores, nos grêmios estudantis, nos grupos de jovens ou oriundos da Pastoral Operária. Já se fazia presente em Manaus a FASE que atuava em diversas localidades do Brasil, desenvolvendo seu brilhante papel de formação socioeducativa aos movimentos sociais/populares. Ao se tratar dessa ONG, vinculada a organismos internacionais da Igreja que destinam recursos para a organização da luta política na América Latina, Doimo (1995, p.62) afirma que ela tinha no Brasil “uma extensa rede de abrangência territorial, atuando em pontos estratégicos de Norte a Sul, para alimentar o movimento popular”.

A FASE assumia posição diferenciada no encaminhamento político dado pela Pastoral Operária. Enquanto a Pastoral Operária não se envolvia com partido político e nem incentivava esta possibilidade no sindicato, a FASE vislumbrava a presença de partidos políticos no movimento sindical. Em contrapartida defendia a idéia de uma única corrente sindical, e, por isso, alguns de seus membros não aceitavam o apoio de outros partidos políticos de esquerda além da Articulação Sindical vinculada ao PT. A própria Convergência Socialista que era uma tendência dentro do PT não era bem-vinda, muito menos outras correntes como a Corrente Classista do PC do B e as concepções reformistas.

Os sindicalistas do bloco combativo defendiam um combate direto ao regime militar a partir do centro sindical e da organização e demandas dos trabalhadores. Ao contrário, os sindicalistas de partidos como PCB visavam evitar enfrentamentos diretos com o regime e garantir, com o apoio de amplos setores da sociedade, a continuidade do processo de transição para a democracia, mesmo que isso pudesse significar certa redução do ímpeto dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores.

Qualquer tipo de organização, não funciona isoladamente, mas é integrada ao país inteiro. Quem pensa que vai ganhar uma eleição sindical pelos seus olhos verdes, os belos olhos verdes não vai. Porém, ganhará se tiver uma vinculação com a política existente ou uma política criada em nível nacional. O movimento sindical no Amazonas não chegou a ser uma referência para o país, em algumas propostas sim. Quando se discute nos grandes Congressos das Centrais Sindicais e se disseminam no país inteiro, no estado.

A CUT teve um papel fundamental porque o Sindicato dos Metalúrgicos da época foi um segmento corporativo influenciando no Sindicato da Construção Civil, no Sindicato dos Hoteleiros, dos Rodoviários. Quando é Central Sindical, os Sindicatos Rurais, quando vão a Central Sindical, Central Única dos Trabalhadores ou noutra central o que acontece? É uma ideologia nacional que está sendo proposta para aquele sindicato fazer mudança.

Então houve influência muito grande da CUT, uma atuação muito firme da CUT. É claro que aqui em Manaus ela foi referência. Em São Bernardo, era referência o Sindicato dos Metalúrgicos. Este bancava os movimentos, bancava as oposições sindicais porque antes já haviam sido bancados também, foram ajudados por alguém. Então era justo que este órgão ajudasse outros movimentos.

Foi significativa a ajuda aos Sem Terra. Após o surgimento da CUT não era mais o Sindicato porque este era muito visado. O Sindicato saiu de cena e entrou a CUT apoiando os Sem Terra, apoiando as oposições sindicais, organizando os sindicatos rurais, ampliou-se teve mais facilidade de inserção do movimento. Foi uma escola.

Algumas coisas precisam ser entendidas. Determinados dirigentes não entenderam o seu papel na história, hoje e acabaram perdendo o rumo real de reivindicar. O operário não pode deixar nunca deixa de ser operário, ser confundido com essa modernidade. Com a abertura de mercado, unificação de mercado, ele perdeu o seu valor?

Não. A tecnologia, não, o contrário. Hoje, por exemplo, abrem cinco mil vagas no distrito porque não tem mão de obra aqui, não tem soldador aqui, no Rio de Janeiro não tem operário para a construção naval, para operar navio no Rio de Janeiro são dez anos para operar um comandante prático, tem 250 navios e não tem que opere. Falta mão-de-obra, tem que acompanhar a tecnologia, não pode parar de estudar, tem que estar na fita acompanhando a força da tecnologia. Antes nós criávamos a maioria das conjunturas, hoje são criadas pela tecnologia. Por que você não deve deixar de ser operário? Porque você não tem casa, o seu salário sempre vai ser limitado, isso na história da humanidade vai permanecer, então você tem que criar novas condições de disputas de mercado (R.M entrevista 05/2008).

Ademais, pelo menos até o final dos anos 80, o sindicalismo brasileiro, principalmente aquele setor oriundo do novo sindicalismo e abrigado no interior da Central Única dos Trabalhadores, desenvolveu uma atividade bastante conflitiva na relação com o patronato. Essa situação começou a se modificar nos anos 90²⁴.

Hoje, o tema central na pauta sindical, em muitas áreas, é a defesa do emprego, a participação nos resultados, a flexibilização da jornada de trabalho (banco de horas) e a discussão de mudanças na gestão e organização do trabalho. É essa a agenda de negociação que surge quando se estuda a relação capital / trabalho em vários setores sindicais ligados à Central Única dos Trabalhadores²⁵.

Dentro da CUT havia duas posições bastante distintas no que tange ao enfrentamento. De um lado, encontrava-se a esquerda contratualista, representada pela articulação sindical e tendências afins. De outro, a esquerda socialista, cujos principais pilares eram: a Alternativa Sindical Socialista, o setor sindical do PSTU, e a Corrente Sindical Classista, entre outros.

Não restam dúvidas que as características desses dois setores ajudaram a explicar as diferentes posições com relação aos temas em questão: seja a reestruturação industrial nas empresas privadas, seja a chamada reformas de Estado no âmbito político.

A região do ABC paulista foi o berço do chamado novo sindicalismo, pois durante os anos 80, nesta região seus atores conseguiram na relação capital / trabalho, estabelecer uma pauta bastante restrita de discussão, que abrangia, basicamente, questões como: disciplina; faltas; salários; promoções; e demissões. As alterações na organização do trabalho e da produção realizadas nesse período raramente foram discutidas, uma vez que o interesse demonstrado era pequeno, tanto da parte dos sindicatos quanto da empresa. De forma contrastante, a agenda nos anos 90 foi ampliada significativamente de modo a abranger: salários; mobilidade do pessoal; condições de trabalho; desverticalização; terceirização, manufatura celular; trabalho em grupo; kaizen; participação nos resultados; e, o mais importante, flexibilização da jornada de trabalho (banco de horas) (RODRIGUES e ARBIX, 1996, P. 79).

²⁴ Para uma análise das relações de trabalho no Brasil nos anos 90, ver Carvalho Neto (1999).

²⁵ Numa versão diferente da desenvolvida neste trabalho com relação ao novo sindicalismo na década de 90, ver Boito Jr. (1994, p.26). Analisando este período, o autor observa que “o movimento sindical cutista passou a viver uma crise de perspectiva. A situação exigia, de fato, que “o movimento sindical” repensasse sua linha de ação, e considerasse a necessidade de adotar uma tática defensiva. Dentro desse quadro, o sindicalismo de massa e de confronto declinou e as tendências neocorporativas prosperaram, até chegarem a um neocorporativismo de participação / negociação segmentada envolvendo compromisso com a política do desenvolvimento do estado. Esse desenlace não parecia ser o único possível, e se se impôs foi graças, também, a ação consciente da Corrente Articulação, majoritária na CUT, que vinha procurando transpor para o Brasil, algumas experiências do sindicalismo social-democrata europeu”.

Em certa medida, os acordos por empresas realizados naqueles últimos anos e que davam conta dos aspectos acima mencionados, significavam indicadores palpáveis das mudanças que estavam ocorrendo nas relações de trabalho nessa região.

Na medida em que se processava a transição para um modelo de desenvolvimento eram, também, repensadas as estratégias de enfrentamento e de organização do Movimento Sindical.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA OPERÁRIA NO AMAZONAS

2.1. O fazer classe na perspectiva do Novo Sindicalismo.

A destruição do passado, ou melhor, a destruição dos mecanismos que vinculam a nossa experiência pessoal a das gerações passadas é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. É o que Hobsbawm em sua obra *Era dos Extremos - o breve século XX (1914-1991)* caracterizou como sendo uma *presentificação* que dissolve a memória histórica. Para este historiador “quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem” (HOBSBAWM, 1995, p. 13). Compreende-se, assim, que homens e mulheres sem consciência do passado não podem construir o futuro e, conseqüentemente, nos causa preocupação em relação aos rumos da história. Provavelmente por isso seja importante realizarmos eventos onde possamos nos lembrar e discutir o nosso passado público, resgatando a memória histórica, refletindo não apenas sobre o passado distante, mas também sobre o passado recente, da nossa geração.

Trazer esta discussão acerca do fazer classe na perspectiva de um Novo Sindicalismo é colocar como principais protagonistas a presença de todos os trabalhadores que participaram na construção da consciência operária, quer seja como partícipes ou mesmo como coadjuvantes. Os trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus se aperceberam como sujeitos fundamentais no processo de fazer-se classe. Buscaram alternativa como sociedade civil organizada construindo uma identidade coletiva e de classe. Para isso foi fundamental a ação orgânica da Pastoral Operária que começou a fazer formação para os operários três anos após sua oficialização no Rio de Janeiro²⁶. “Apesar de a Pastoral Operária prescindir do veio das relações de gênero e das especificidades da questão da mulher, ela desempenhou um papel relevante como agente formador das lideranças masculinas e femininas do Distrito Industrial de Manaus” (TORRES, 2005, p. 185).

Em 1979, se reuniam estudantes, professores, operários e um padre com o objetivo de responder a realidade da classe operária para a transformação da sociedade, a partir dos

²⁶ A Pastoral Operária em Manaus foi iniciada com os trabalhos dos padres jesuítas Renato e Albano. Teve suas inspirações no Congresso de Leigos em 1979 no Rio de Janeiro.

trabalhadores. O clima vivido na ditadura era de medo, tensão e apreensão. Aumentavam as reclamações nas fábricas, os operários perceberam a presença da polícia federal acompanhando missas e fotografando caminhadas e passeatas. Deve-se reconhecer que a ala progressista da Igreja Católica se fez presente de forma concreta na construção do operariado amazonense. Aos domingos reuniam-se mais de cinquenta operários, principalmente da Springer, Phillips, CCE e Evadin, na Igreja de Aparecida onde a Pastoral Operária fazia a formação. Os operários levavam seus problemas e esperavam por soluções imediatas.

A resposta da Pastoral Operária aos problemas dos trabalhadores era a formação classista e ideológica, realizada através de retiros e mini-cursos, aliados a outras atividades como as caminhadas e manifestações de protestos. Em termos de divulgação e contato amplo com os trabalhadores, era publicado um boletim denominado *O Parafuso* e a celebração do 1º de Maio.

Nos primórdios dos anos oitenta, precisamente em 1983, os trabalhadores continuavam enfrentando situações de injustiças. Enquanto o projeto Zona Franca extraía lucros altos, os salários dos trabalhadores e o desemprego ostentavam níveis aviltantes expressos nas péssimas condições de vida em que viviam. A presença marcante da Pastoral Operária é intensa nos anos 1980/81 e 82. Os retiros de fé e política e os cursos de sindicalismo nos bairros, muitos deles junto com o PT, conduziam os operários para a militância partidária e no Sindicato. Formaram-se os grupos de fábrica e de bairros para discutir as questões de trabalho, o que resultou na formação da oposição sindical e na composição de uma chapa para disputar a eleição para a diretoria do sindicato.

Após esses anos inaugurais o trabalho da Pastoral Operária continuou de modo sistemático, embora sem muitos impactos junto aos trabalhadores, que acentuadamente foram sendo aviltados em seus direitos básicos, pelos sucessivos planos econômicos do governo.

Ficou historicamente comprovado que é difícil contestar e impedir a consciência de classe,

já que ela surge natural e logicamente da condição proletária, pelo menos na forma elementar de 'consciência sindical', isto é, o reconhecimento de que os trabalhadores como tais precisam organizar-se coletivamente contra os empregadores, a fim de defender e melhorar suas condições como operários assalariados (HOBBSAWM, 2000, p. 88).

Na extensão de sua análise Hobsbawm (2000) lembra que movimentos únicos da classe trabalhadora foram criados, como aconteceu na Índia, a partir de uma associação de castas e religiões mutuamente hostis e grupos de línguas incompreensíveis entre si. Mesmo na

Irlanda do Norte, proletários que temiam por suas vidas fora dos estaleiros ou fora dos portões das docas, por serem católicos ou protestantes, estavam - e talvez ainda estejam – preparados para agir em conjunto para fins de disputas industriais. O problema histórico e prático, consiste em descobrir sobre que circunstância tal unidade de classe pode surgir, vir a funcionar ou deixar de funcionar.

Uma das grandes saídas do trabalhador do Pólo Industrial de Manaus foi a criação das comissões de fábrica. Os operários entendiam que a comissão de fábrica não era o Sindicato, ela abarcava todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, e dirigia todas as lutas sociais e econômicas. A comissão deve e pode escolher o seu delegado sindical, garantir a representatividade de base dos sindicatos.

Numa tentativa de melhor adequação aos novos padrões sindicais foi preciso que os trabalhadores no seu local de trabalho começassem a se organizar. Neste enfrentamento direto com os patrões que se dava no cotidiano fabril só os operários podiam lutar. Foi exatamente nesse contexto que propuseram as comissões de fábrica. Os trabalhadores dentro das fábricas passaram a conversar sobre os seus problemas, condições de trabalho, demissões, alimentação e transportes, equipamentos de produção, dentre outros. Esta organização foi sendo feita gradativamente, conversando individualmente porque não era interessante ser demitido, mas continuar dentro da fábrica organizando os operários. Nas paradas de ônibus poucos conversavam. Este silêncio não contribuía em nada. Era importante começar a conversar porque era deste ato que surgiam as inquietações. Sentia-se, então, a necessidade de que todos os operários se empenhassem para a criação das comissões de fábrica o quanto antes.

Entre estes militantes não havia um modelo pronto e acabado, mas sempre buscou-se a construção coletiva. E, neste caso específico, as comissões de fábrica era uma organização a fazer. Na década de 80 já se conseguia visualizar algumas experiências concretas no então Distrito Industrial. Os trabalhadores estavam fazendo os seus caminhos, encontrando e discutindo seus problemas com dificuldades, mas com uma vontade imensa de apressar a organização dos trabalhadores. As comissões de fábrica foi também uma bandeira de luta da CUT, portanto, era preciso começar a participar da história contribuindo na construção das comissões de fábrica no interior das empresas.

A discussão atual sobre a atualidade dos conceitos de classe e luta de classes coloca em pauta dois eixos de análise: o que Mattos (1994) revela ser o primeiro deles no seu emprego por cientistas sociais em geral e historiadores em particular, e o segundo eixo diz respeito às razões pelas quais tais pesquisadores identificam na atualidade uma configuração social em que as classes sociais e suas lutas já não seriam auto-referências para os grupos

humanos. Trata-se de discutir a fragilidade dessas noções como conceito-chave para o entendimento do presente, ou mesmo do passado.

Essas teses sobre o recuo da classe na atualidade, intimamente ligada a idéia de perda da centralidade do trabalho, são tentativas de respostas analítica a uma série de transformações pelas quais vem passando a economia capitalista em escala internacional ao longo de três décadas, pelo menos. Pode-se localizar a origem das mudanças na busca do capital por reerguer-se de uma crise estrutural, iniciada nos anos 1970, marcada pelas taxas de lucro e crescimento econômico, mas também pelas contestações operárias ao padrão fordista de exploração do trabalho, ocorridos em vários países de desenvolvimento industrial avançado nos últimos anos da década de 1960 e primeiros anos da década de 1970²⁷.

. No caso específico do Pólo Industrial de Manaus, a organização da classe operária esteve associada a uma mística espiritual da igreja consubstanciada nas ações da Pastoral Operária. A mensagem veiculada pelo “O Parafuso”, veículo de comunicação da organização operária, traduzia bem essa mística, conforme podemos perceber:

Muitas vezes nos desgastamos, colocando toda a nossa energia para a luta, numa greve por exemplo. Depois, quando se vê a coisa de maneira ampla, se percebe que aquele foi apenas um passo, um momento, uma etapa de uma luta que continua. Ai uma questão se coloca: como viver a espiritualidade no meio de uma luta contínua? (P.O - O Parafuso, maio/1988).

É óbvio que muitas coisas que os operários militantes na Pastoral Operária faziam não traziam logo uma solução, mas faziam parte de um longo processo, o de fazer classe do operariado amazonense. A demora nas soluções dos problemas poderia ser lenta, mas, não desanimavam. Daí a importância da espiritualidade como fonte de perseverança e constância na luta. A vagareza nos resultados era compreensível sob o horizonte da esperança em dias melhores, pois era frente ao desânimo que a espiritualidade se colocava. Era em meio aos

²⁷ Nunca é demais lembrar que o avanço do neoliberalismo foi caracterizado pela retirada do Estado dos setores sociais e produtivos, embora seu papel no âmbito da arrecadação, controle da força de trabalho e agente regulador das taxas de câmbio, juros e do mercado financeiro, continue a ser estratégico para o capital, desmentindo a idéia de um Estado inoperante. Temos então a reforma da Previdência Social e derrubada das garantias legais dos direitos trabalhistas, exploração direta do trabalho pelo capital, sem a intervenção do estado com políticas sociais conquistadas pela luta dos trabalhadores nos últimos dois séculos.

Diante de tantas transformações, ocorreu, uma mudança na composição da classe trabalhadora, significando um crescimento considerável das exigências de qualificação do trabalhador e, em outro, um retorno às formas mais selvagens de exploração da mão-de-obra, como trabalho infantil, ou análogo a escravidão.

obstáculos que o espírito de luta se robustecia, encontrando na esperança o sentido da construção de um novo mundo sem iniquidades e injustiças sociais²⁸.

O interior das empresas era palco dos mais variados acontecimentos e, para exemplificar, vejamos o que acontecia dentro da Dismac S/A.

Para a ida ao banheiro, são cinco minutos, caso demore mais cinco minutos é anotado na ficha do indivíduo, o atraso. O pessoal do escritório não pode comunicar-se com ninguém da produção. Inaugurou-se um restaurante novo, mas devido ser mais distante que o antigo, houve problema de horário com pessoal que atrasou-se. Os trabalhadores fizeram uma reunião e foram reclamar o pouco tempo, e conseguiram quinze minutos para merendar. Mas acontecia que mesmo assim as pessoas que foram merendar (depois do expediente), tiveram uma surpresa: o chefe dos motoristas deu ordem para todos os ônibus saírem no horário determinado, deixando muitas pessoas que deveriam ir nas rotas porque foram merendar. Agora continua a luta pela merenda. (ARQUIVO P.O. JORNAL O PARAFUSO – 05/88).

Os trabalhadores, organizados nos grupos pastorais, colocavam como desafios a efetiva solidariedade com a massa dos trabalhadores pela justiça social. Havia necessidade de uma política de formação sólida aos militantes cristãos. Neste campo de ação o eixo do ensino social da igreja centrava-se no homem, pessoa solidária e seu trabalho.

A Igreja propõe e defende a propriedade e valor do trabalho sobre o capital. Para ela o trabalhador precisa ter uma remuneração que assegurasse a ele e à sua família uma vida condizente com a dignidade humana, este foi o grande sentido cristão do trabalho. Na perspectiva de uma sociedade participativa e embalada pelos anseios de redemocratização e livre expressão, a Pastoral Operária resgata o princípio de liberdade como direito de organização do trabalhador através do sindicato. O trabalhador operário tinha um universo bem amplo para atuar na construção do fazer classe (comissões de apoio, na arrecadação, discussões e esclarecimentos de pauta, mobilização da categoria, distribuição de boletins, entre outras). Já no final da década de oitenta ocasião em que o governo congelou a URP (Unidade de Referência de Preços) a atuação dos trabalhadores, representados pelo sindicato combativo foi significativa no sentido de conseguir vitórias.

Através do setor jurídico forçaram os patrões a pagarem os seus funcionários. O Governo Federal queria reduzir o déficit público, reduzindo o salário dos assalariados. Mas, seria esta a melhor forma de reduzir o déficit público? Essas medidas rebaixavam ainda mais os salários, e não seria reduzindo o salário dos trabalhadores que se reduziria o déficit público.

²⁸ Esta mística da esperança perpassou toda a campanha de eleição do presidente Lula, para o primeiro mandato de seu governo (ver filme “Lula, trajetória de um vencedor” da Global Vídeo).

Diante disso, o operariado sentiu a necessidade urgente de lutar, de ser possível vencer e ser bonito vencer.

Urge a necessidade da participação democrática como uma das exigências básicas da cidadania, no regime democrático. Lutar para que o povo participasse das decisões, portanto, agir em defesa da democracia. Era preciso ter cuidado com os falsos defensores infiltrados na participação popular, aqueles que defendiam só nos discursos, nos palanques e, que, depois negavam qualquer direito à participação.

Os direitos dos trabalhadores à participação nas decisões foram sempre negados, tudo foi conquistado no matiz da luta política sindical às duras penas. O povo sempre foi excluído da participação nas decisões. Quando se reclamou a participação deste povo, as autoridades defendiam sempre “o povo não quer saber dessas coisas, não tem cultura para entender esses assuntos” (ARQUIVO P. O – JORNAL O PARAFUSO, 1988, p. 4). Embora isso tenha mudado com o governo Lula, é constante até mesmo nos dias de hoje as caravanas aos órgãos públicos e a apresentação de propostas populares. A propósito disto, poderíamos indagar: o povo foi consultado a respeito do que é prioritário para a vida da cidade? Quais as obras que deveriam ser realizadas? O dinheiro da comunidade (Orçamento Municipal) está sendo gasto naquilo que o povo acha prioritário? Os aumentos das tarifas de transportes, dos impostos, das taxas, como são decididos em Manaus? E por quem?

Em se tratando dos trabalhadores do PIM da década de oitenta, muitas vezes, nem conseguiam ser recebidos pelas autoridades, foram impedidos pela polícia, pelos jatos de água. E, quando eram recebidos, as respostas eram sempre as mesmas: “não há dinheiro, não há verbas, não depende deles, o assunto está sendo estudado...” (ARQUIVO P. O – JORNAL O PARAFUSO, 1988, p. 4).

A importância que se dava ao Sindicato dos Metalúrgicos nos anos oitenta foi de extrema confiança e credibilidade, apesar de a Imprensa ter tentado, repetidas vezes, fazer o jogo do inverso, porque estava a serviço do poder. É preciso dizer que a imprensa se constituiu dos maiores obstáculos aos trabalhadores, era uma espécie de “inimiga” porque fez a destruição, ela destruiu muito. Contudo, o seu papel colaborou para o denunciamento, como ainda acontece. Atualmente a Imprensa faz muitas denúncias, mas continuam ainda muito vagas.

Uma depoente desta pesquisa afirma ter lido a manchete do jornal nos seguintes termos:

‘91 advogados são caçados’. O que indigna hoje os trabalhadores continua sendo o fato de a imprensa não traduzir para esta classe trabalhadora o motivo dos acontecimentos. Neste caso, ela tem que dizer que foram caçados e quem são, o que foram? Nos anos 1980 a imprensa divulgava a greve, depois ela passou a não mais divulgar. Nesse contexto os trabalhadores do então Distrito Industrial de Manaus redobram os boletins dentro do Sindicato. O papel da divulgação pela Imprensa repercutia de modo muito negativo. Vejam: ‘mais cem trabalhadores desempregados, Ricardo Moraes é demitido e articula demissões, faz greve louca para demitir mil, quinhentos pais de família. Sentiam meio receios, mas hoje o que tem ali foi tudo conquista dos anos 80, tanto é que hoje, por exemplo, o sindicato ele só consegue ter saldo positivo na negociação coletiva de trabalho na questão econômica porque acompanha a inflação. A convenção eu acho que está há uns oito anos na mesma tecla, por quê? porque não tem mobilização, não tem ação, não tem discussão, os trabalhadores, a luta de classe não mudou, permanece do mesmo processo que está’. Pode-se dizer que os trabalhadores tiveram seus momentos de vitórias nos anos oitenta. Eles tinham a arma na mão. Eram detentores da potência, da organização, tinham seus dirigentes como representantes legais. Hoje isso acabou (S.C entrevista 09/2007).

Como se vê, o trabalhador expressava o desejo de participar das decisões populares. Embora isto não fosse muito possível, porque o governo da cidade não era democrático.

Leôncio Martins Rodrigues em seus estudos intitulado “Partidos e Sindicatos – escritos de sociologia política” (1990, p. 35) afirma que,

a democracia política, ao se ampliar, possibilitou a organização da classe operária em partidos e sindicatos, quer dizer, permitiu sua expressão autônoma; as doutrinas liberais, por fim, ainda que inicialmente utilizadas pelos empregadores para obter a proibição das associações trabalhistas, criaram um quadro ideológico e valorativo que deslegitimava as formas de intervencionismo do governo visando ao controle dos sindicatos operários e legitimando os esforços dos trabalhadores para maximizar suas vantagens. (...) o credo liberal das classes proprietárias acabou por favorecer a livre associação dos trabalhadores, permitindo certo grau de conflito social.

É inegável que os princípios e práticas socialistas (intervencionismo estatal, leis sociais, limitações ao direito de propriedade, entre outras) no interior das economias fundadas na competição e na propriedade privada tenham facilitado para a consolidação do sindicalismo. Foi nessa moldura de concepção de liberalismo e marcados por elementos socializantes que as associações operárias encontraram fôlego mais propício para a sua expansão.

O sindicalismo surge, assim, com o capitalismo privado como todo mundo sabe. Mas este fato não preocupou as lideranças sindicais nas fases iniciais do seu desenvolvimento,

quando este procurava se firmar em confronto com a ordem burguesa, agitando bandeiras de transformações sociais que deveriam levar ao fim do capitalismo.

Rodrigues (1990) entende que a sobrevivência do sindicalismo enquanto instituição depende de sua habilidade de desenvolver ações em defesa de seus associados, ou dos trabalhadores em seu conjunto, quer dizer, de ações antipatronais, mas sem que isso, no limite conduza a destruição do adversário. Em outras palavras: os sindicatos, para garantir sua sobrevivência, devem ser antipatronais mas não anticapitalistas, o que significa dizer também que o limite do poder sindical é a sobrevivência da empresa e da economia de mercado.

Thompson (1987) em suas considerações sobre consciência de classe refere-se a uma cultura radical, de onde se pode depreender ser o radicalismo popular uma cultura intelectual. A consciência articulada do autodidata era, sobretudo, uma consciência política. “As vilas, e até as aldeias ressoavam com a energia dos autodidatas. (...) os diaristas, artesãos, lojistas, escreventes e mestres-escolas punham-se a aprender por conta própria, individualmente ou em grupo” (THOMPSON, 1987, p. 304).

Assim, os trabalhadores formaram um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o que se definia vagamente como classes industriais²⁹ e, de outro, a Câmara não reformada dos Comuns.

Foi a partir de 1930 em diante que os trabalhadores operários ingleses vieram a amadurecer uma consciência de classe mais clara, no sentido marxista tradicional. Assim, os trabalhadores estavam cientes de prosseguir por conta própria em lutas antigas e novas.

Sempre que afrouxava a pressão dos dominantes, saíam homens das pequenas oficinas ou aldeias de tecelão e sustentavam novas reivindicações. Fora-lhes dito que não tinham direitos, não sabiam que nasceram livres. A milícia montada investiu a cavalo em sua reunião, e o direito de reunião pública foi conquistado. Os panfletistas foram presos, e das prisões editaram panfletos. Os sindicalistas foram encarcerados e foram acompanhados ao cárcere por procissões com faixas e bandeiras sindicais (THOMPSON, 1987, P. 439).

A exemplo da Formação da Classe Operária Inglesa, em se tratando do fazer classe, também adquiriu uma ressonância singular na vida do amazonense: tudo, das suas escolas, das suas igrejas aos seus divertimentos, converteu-se num campo de batalha de classe. Essas

²⁹ Segundo Thompson (1987), compreende-se por classes industriais aquelas compostas por um milhão ou mais de analfabetos, ou de alfabetizados cujo grau de instrução ia pouco além da capacidade de soletrar umas poucas palavras ou de escrever seus nomes. Também eram compostas de indivíduos com realizações intelectuais consideráveis.

marcas subsistem, mas nem sempre são entendidas por quem vem de fora. Segundo Thompson (1987, p. 439)

se em nossa vida social pouco temos da tradição de *égalité*, a consciência de classe do trabalhador pouco tem de submissão. ‘Órfãos somos, e bastados da sociedade’, escreveu James Marrison em 1934. O tom não é de resignação, mas de orgulho.

Para Thompson esses anos às vezes mostram não um novo desafio revolucionário, mas um movimento de resistência, onde tanto os românticos como os artesãos radicais se opunham a enunciação do Homem Aquisitivo. No afã de se chegar a um ponto de junção entre as duas tradições, algo se perdeu. O quanto foi, não podemos saber com certeza, pois nos incluímos entre os perdedores.

Tratando exclusivamente da década a que se propõe esta pesquisa, a imagem que o Sindicato dos Metalúrgicos passava em Manaus, no momento de greve, era mesmo de confiança e credibilidade. Isto porque a maioria dos operários atendia ao chamado. Uma pequena parcela não conseguiu compreender o processo de luta, muitos chegaram a ser demitidos por questões de greve. Sentiam-se revoltados ao serem demitidos, o que revelou a sua não inserção e compreensão no processo.

Talvez eles não tivessem participado das formações, mas na hora do chamado atenderam, cumpriram, participaram. Não sabiam muito bem o processo, por isso sentiram-se magoados, ofendidos. Mas grande parte deles compreendeu o processo, inclusive, hoje pessoas que tinham má consciência disso e, talvez, não chegaram a passar por determinada situação ou que passaram, hoje são bem saudosistas. É o que constatamos nesta fala:

aquilo é que era época. A gente lutava, brigava, íamos juntos. Há bem poucos dias eu conversei com uma moça, hoje ela é advogada. Esta moça trabalhou numa empresa onde só havia adolescentes, elas fizeram a greve acompanhado pelo sindicato. Hoje ela diz: ‘será que a minha filha hoje com vinte anos teria essa consciência?’ (F.C entrevista, 09/2007).

Os trabalhadores não devem ser vistos como miníades de eternidades perdidas. Como bem menciona Thompson (1987, p. 40), em relação à classe operária inglesa. “Eles também nutriam, por cinquenta anos e com incomparável energia, a *Árvore da Liberdade*. Podemos agradecer-lhe por esses anos de cultura heróica.”

É incontestável a importância que tiveram os trabalhadores operários na construção da consciência de classe do operariado amazonense. Para formular um significado do *fazer classe* nos anos oitenta, é necessário entender como se dava a relação do operariado

amazonense. Neste caso específico, algo muito comum se fazia presente: quase todos os operários eram filhos de agricultores, pessoal do campo, sem nenhuma experiência operária, pessoas que vieram para o Pólo Industrial de Manaus atraídos pela tão propalada Zona Franca. O grande atrativo se constituía no sonho de trabalhar numa empresa multinacional. Nos dizeres de um dos nossos depoentes,

trabalhar numa empresa multinacional era um negócio esplendoroso. Nós não sabíamos o que era um chão de fábrica, o que era uma reportagem, nós não sabíamos absolutamente nada. Eu entrei no Distrito Industrial em março de 1979. Nesse ano me depararei com uma realidade totalmente diferente da que eu cresci, que eu vivi, igual a maioria dos meus companheiros da época. Não havia uma identidade operária naquela época. Havia uma identidade autônoma no nosso próprio “torrão”, o nosso país produziu muito bem aqui, fazendo com que nós nos transformássemos numa mão-de-obra barata para as empresas internacionais. Então, ser operário naquela época era uma aventura, uma vontade. Imaginava-se ser operário numa perspectiva de que seria uma grande coisa na vida do ser humano. Na verdade não era tão brilhante assim (E. M entrevista 04/2008).

Este cenário explica o sentido primordial que teve a igreja na formação da classe operária amazonense. O dado étnico de constituição histórico-cultural das populações tradicionais que vieram para o Distrito Industrial, deve ser lembrado nesta análise, como algo que implicava paciência e tato no trato das questões de formação. Aqueles operários desconheciam o ritmo da cidade, da cultura ocidental e da expressão classista. Os partidos de esquerda, também tiveram primordial importância neste processo, mas sua participação não foi determinante para a construção da consciência de classe.

A Igreja Católica sim, esta foi determinante através da Pastoral Operária. Ela construiu um movimento forte, principalmente constituído por mulheres, apesar de não ter priorizado a formação de quadros femininos como constata Torres (2005, p. 228):

essa tendência da mulher tarefeira e coadjuvante do trabalho masculino fez-se notar na ação social da Pastoral Operária no Distrito Industrial de Manaus, que priorizou a formação de quadros do sexo masculino para dirigir o sindicalismo industrial no Amazonas.

Esse processo contou também com a ação de intelectuais da Universidade Federal do Amazonas. Nunca é demais lembrar que naquela época esta militância era capitaneada por professores como: Marlene Pardo, Ribamar Bessa, Selda Vale, Ricardo Bessa, entre outros. Estes intelectuais estiveram à frente de um movimento que ajudou substancialmente o operariado amazonense. Nesta época já estava fundado o Partido dos Trabalhadores, que estava em construção desde as greves gerais do ABC lideradas por Luís Inácio da Silva, hoje

atual presidente Luís Inácio Lula da Silva. Contudo, especificamente no Amazonas, a presença da Igreja foi significativa, não só pela sua cara operária, mas pela expressão que ela traduzia como movimento operário combativo. O que mais tarde passou a ganhar mais relevo social com a contribuição da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) que a ela estava interligada. Um dos depoentes desta pesquisa afirma que,

Os trabalhadores na década de 80, os mais avançados, tinham um desafio muito grande que era: romper com um sindicalismo que havia naquele momento, que era uma organização tutelada, ainda, pelo governo Vargas que é a CLT e, também, a forma de sindicalismo dirigida por sindicalistas que impediam a participação da classe trabalhadora. Então aquele período foi um momento histórico para a classe trabalhadora não só amazonense, mas, a classe trabalhadora brasileira. Havia um processo de conscientização da necessidade de transformar o sindicalismo no Brasil e, esses ventos chegaram também no estado do Amazonas (H.A entrevista 09/2007).

A formação da classe operária movimentou toda a sociedade civil amazonense, tais como: os professores do ensino fundamental e médio, através da APPAM, os intelectuais e sua entidade (ADUA) e os estudantes através de seu Diretório Universitário – DU. Tivemos a construção do PT (Partido dos Trabalhadores) em 1980 e depois a CUT em 1983. Por dentro das fábricas se instalavam as organizações de grupos, de núcleos dentro do local de trabalho, onde se discutia os problemas internos da fábrica, a organização dos operários enquanto trabalhadores e enquanto classe social. Este foi o cenário de luta dos trabalhadores do Distrito Industrial nos fins dos anos 1970 e primeira metade dos anos 1980.

O operariado amazonense soube se articular no interior das empresas do Pólo Industrial de Manaus com exímia competência e responsabilidade. Sua presença foi marcante nas maiores fábricas como: SHARP, PHILLIPS, PHILCO, GRADIENTE. Nestas indústrias eles se organizavam em grupos, o que sucessivamente se propagavam em outras fábricas.

Era proibido falar de luta operária, mas falávamos do Evangelho, da forma como nós deveríamos nos integrar. Então, basicamente, estas foram as pautas claras. Havia uma relação muito grande entre o chão-da-fábrica. Nós tínhamos um número muito forte que se reunia, periodicamente, todos os fins de semana, sábado à noite, com muita determinação para construir um movimento operário forte (E.M entrevista 04/2008).

Nesse processo, a tarefa consistia em tomar o sindicato e derrubar o regime militar que estava em inflexão com a crise econômica daquela época. Mas, não era só isto, ali existia a dupla tarefa, não só de tomar o sindicato das mãos da *pelegada* como se convencionou chamar os dirigentes ligados às empresas e ao patronato, mas também era necessário

responder a um desafio político gigante que era a mudança do regime político no país. Esse regime duro, feroz e responsável por vários assassinatos, várias perseguições de ativistas de movimentos sindicais. Então, essa era a grande perspectiva que conduziu essa vanguarda a se envolver no processo da tomada do poder e da organização do sindicato aqui em Manaus, principalmente no Distrito Industrial.

A vontade de se fazer presente nas reuniões de greve era espontânea e nunca imposta. A participação do operariado amazonense se dá pela necessidade de responder a alguns problemas que existiam. Os trabalhadores naquele tempo eram tratados com muito autoritarismo, tudo reflexo do regime que se vivia. As condições de trabalho eram precárias e as condições de vida dos trabalhadores eram aviltantes. Então a participação no processo se revela como forma de acreditar que se poderia mudar aquele tipo de tratamento que existia, esse foi o primeiro momento sindical. O momento de se perceber como trabalhador e enquanto classe, cuja tarefa assentava-se na mudança daquele cenário, que era desfavorável aos trabalhadores, em que os patrões sempre levavam as principais vantagens. Um dos nossos sujeitos da pesquisa enfatiza que,

no Amazonas não tínhamos tradição de luta, nem de organização do operariado. Somos um operariado muito novo aqui. Mas, este operariado aprendeu muito rápido e respondeu a altura à luta e, essa era a necessidade imediata: a resposta a esse tipo de agressão que existia do empresariado, do patronato. Foi o descaso, o desrespeito que nos levaram a participação no primeiro momento pelas questões sociais imediatas (H. A entrevista 09/2007).

Lukács (1923) em suas contribuições acerca da *História e Consciência de Classe* chama a atenção para o entendimento de que, a cada classe no capitalismo, há uma consciência equivalente. Essa consciência não consiste no entendimento pessoal ou psicológico dos interesses individuais dos membros da classe, tampouco a soma ou a média desses entendimentos sem sentido histórico: a história permite que uma consciência seja interpretada racionalmente e adjudicada à classe.

O mesmo quadro de transformações estruturais e de declínio das organizações e formas de ação tradicionais do operariado indicaria principalmente o esgotamento da proposta de transformação social centrada nos trabalhadores como atores principais. “As novas tecnologias abriram a possibilidade de uma redução do tempo e trabalho e a construção de uma sociabilidade plena de significados fora do ambiente do trabalho” (MATTOS, 1994, p. 4).

Os protagonistas de uma mudança deste tipo, no entanto, não seriam os trabalhadores, mas, conforme Gorz (1987), seriam a não classe dos não trabalhadores. Para este autor o marxismo está em crise porque há uma crise do movimento operário. Rompeu-se, ao longo dos últimos vinte anos, o fio entre desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das contradições capitalistas.

Esta crise do movimento operário sindical sinalizada pelo pensador, desencadeou o seguinte questionamento a um ex-dirigente: como você vê hoje o sindicato da categoria? Ele ainda está a serviço do operariado? O discurso deste ex-militante foi o seguinte:

Prometi que nunca mais iria falar sobre isso. Mas, como se trata de uma tese de mestrado, confesso a você que isso me causa... Eu relato a você que o Sindicato atuava tanto num processo de articulação com a sociedade civil, como na construção de uma identidade, a principal bandeira naquela época. Fomos colocando ali cada pingão de sol, cada pingão de lágrima, cada momento de alegria, celebrávamos cada momento. Hoje eu percebo que tudo aquilo foi destruído. Lembro que o Sindicato nunca se atrelou a nenhuma corrente, a nenhum partido político, sempre houve uma relação de autonomia. Atualmente o Sindicato é um instrumento de arrecadação financeira. Do ponto de vista da luta operária está muito distante daquela época. Existem muitos materiais da nossa história, mas, talvez hoje os dirigentes atuais neguem a nossa passagem por lá, mas existem muitos registros. O Ricardo Morais foi um dos mais importantes elementos dessa época, jamais vi outro elemento igual (E. M entrevista 04/2008).

Na verdade, o desenvolvimento do capitalismo produziu uma classe operária que, em sua maior parte, não é capaz de se tornar dona dos meios de produção e cujos interesses diretamente conscientes não estão de acordo com uma racionalidade socialista. É esse o ponto em que estamos. O capitalismo propiciou o nascimento de uma classe operária (mais amplamente: um assalariado) cujos interesses, capacidades e qualificações ficaram ao encargo das próprias forças produtivas.

Lembrar a história de Santos Dias é recordar um período de lutas e resistência do povo brasileiro. Foi assassinado pela Polícia Militar em 1979 quando, junto de seus companheiros de fábrica, lutavam por democracia e melhores condições de vida. Foi um operário cristão que se tornou uma referência e continua vivo em todos aqueles que, na força de sua memória, querem construir uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Segundo Dias (2004, p. 285) a partir de 1980, o movimento operário não só da capital, mas também no país, começaria um movimento de descenso, “a partir dos 41 dias de paralisação dos metalúrgicos de São Bernardo, sem que quaisquer das suas reivindicações fossem atendidas”. Houve intervenção no Sindicato, as lideranças metalúrgicas foram presas e

enquadradas na Lei de Segurança Nacional. No país todo, em 1980, ocorreram cinquenta greves, envolvendo cerca de 670 mil trabalhadores de várias categorias. Segundo esta autora,

O 1º de Maio de 1980 reuniu milhares de pessoas no estádio de Vila Euclides, depois que um forte aparato militar cercou a Catedral, onde se reuniam os trabalhadores. De novo: tropa de choque, cães bombas. Dessa vez, helicópteros sobrevoavam a multidão que extravasava as portas da Igreja. Esse contingente só foi retirado diante da massa de gente de São Paulo, mobilizada pelas comunidades e movimentos, inclusive com presença expressiva daqueles da região Sul, que abraçaram o círculo da tropa de choque em torno da catedral. Os soldados viram-se pressionados por uma massa de pessoas querendo sair do prédio e por outras milhares chegando, para levar solidariedade aos grevistas. De repente, a multidão irrompeu rumo ao estádio, numa passeata que tomou o centro de São Bernardo (DIAS, 2004, p. 285).

Os estudos de Dias (2004) confirmam que os metalúrgicos do ABC foram protagonistas de lutas e conquistas históricas. A criação das comissões de fábrica, a articulação da Central Única dos Trabalhadores, a comissão de uma frente de um partido trabalhista, de uma frente de oposição, foram exemplos cabais destas conquistas, em meio a repressão do Estado autoritário.

Alves (1989, p. 285) sintetiza bem o cenário político contrário a luta dos trabalhadores quando afirma que, “a ditadura usou e aprofundou os mecanismos já existentes da estrutura sindical, agregados à repressão política, para frear a organização dos trabalhadores”. Também investiu na direção que eram suas aliadas. A estrutura burocrática dos metalúrgicos cresceu para oferecer à categoria serviços de assistência médica, jurídica e cultural. Isso era motivo para a diretoria pelega continuar no poder.

Sem dúvida, o jornal se constituiu no veículo mais forte no sentido de traduzir os sabores e dissabores da classe trabalhadora no Amazonas. Nesse sentido, o jornal “O Parafuso” se caracterizou pelo denunciamento do trabalhador, sempre foi a palavra dos oprimidos, a palavra que liberta. Portanto, seus leitores tinham a missão de levar as notícias de sua fábrica, do seu bairro, enfim, do seu trabalho para publicar nesse jornal que era de todos os trabalhadores.

Padre Renato, um dos principais idealizadores do jornal desde 1979, no Congresso de Leigos, quando foi criada a Pastoral Operária, teve um papel fundamental na perspectiva do fazer classe do operariado amazonense. A saída do primeiro número deste jornal que veiculou em abril de 1980, foi um sucesso. Foi distribuído nos ônibus. Os operários liam com atenção porque lá estavam os problemas que enfrentavam nas fábricas. E os patrões também

liam e ficavam furiosos querendo saber quem fazia o jornal e quais os operários que freqüentavam a Pastoral Operária.

A Pastoral Operária desenvolveu o seu trabalho de maneira imprescindível na organização da primeira chapa de oposição sindical metalúrgica – PUXIRUM – que conquistou o Sindicato para a categoria e abriu espaço para a organização de outras categorias como: vidreiros, madeireiros, químicos, comerciários, dentre outras. O operariado representado no jornal “O Parafuso” denunciava a exploração nas fábricas, orientava sobre as leis trabalhistas e a necessidade do trabalhador ser sindicalizado.

O trabalhador do Pólo Industrial de Manaus era mais atuante no campo da militância. Tinham o jornal “O Parafuso” como uma ferramenta primordial e extremamente necessária para sua representação. Lembra-se que

era feito pelos próprios operários nos fins de semana, no antigo porão da P.O, lá na Joaquim Nabuco. Enquanto muitos se divertiam, operários levavam o seu lanche para ser repartido e anotavam, datilografavam, desenhavam, mimeografavam e grameavam *O Parafuso* (ARQUIVO P.O – JORNAL O PARAFUSO, 1987, p. 3).

O Padre Renato foi o grande companheiro incentivador deste trabalho, os grupos de fábrica e de bairro também ajudavam, trazendo as notícias e distribuindo o jornal. Nesses anos oitenta, o desemprego já afetava milhões de trabalhadores, sem contar os que viviam de subemprego, biscaite e outras atividades. Essa grave situação não ocorria somente nas fábricas ou nas grandes indústrias. Isto instiga o trabalhador a uma grande reação, cujas respostas patronais foram as demissões extremamente arbitrárias e injustas.

O trabalhador operário amazonense adquiriu a consciência de classe a partir do momento em que ocorreu sua maturidade no campo da militância qualificada e profissionalizada. Em vários momentos de sua história este trabalhador ocupou função dentro do seu grupo de trabalho. Eles fizeram parte da coordenação que tinha como principal tarefa a instalação das equipes no QG da campanha, em momento de greve, bem como pelas orientações necessárias ao seu funcionamento, isto é, pela definição das tarefas que deveriam ser executadas por cada equipe e do tempo exigido para a sua conclusão.

Esta coordenação era subordinada à comissão de negociação, a quem devia manter informada sobre o comportamento das grandes massas em todas as fábricas atingidas e, de quem deveriam receber novos encaminhamentos para, depois, transmitir ao conjunto dos trabalhadores (categoria). Além dos trabalhos essenciais também foram atuantes em diversas

equipes: mecanografia, observação, datilografia, auxiliar de levantamento de dados, som, locutores, imprensa, alimentação, hospedagem, panfletagem e transporte.

Inicialmente, essas atividades contavam com bem pouco apoio da sociedade civil. Somente a partir da tomada do Sindicato dos Metalúrgicos pelas forças combativas foi que se abriu a possibilidade de avançar em outros ramos da sociedade: na organização da população pobre, dos estudantes e de outros sindicatos. O leque de abrangência era grande, mas o grupo de apoiadores era pouco. O fundo de ajuda advinha da contribuição de intelectuais, profissionais liberais, das patronais, CNBB, enfim, da própria Igreja que deu sua contribuição significativa nessas lutas na cidade de Manaus. Quanto ao Sindicato da Categoria Metalúrgica, segundo um dos nossos entrevistados

foi um referencial da região Norte que teve um papel muito importante no movimento social no contexto estadual, lembro dos anos oitenta quando havia as ocupações de terra, o Sindicato sempre se fez presente nesse processo nunca se afastou, contribuiu bastante e seus dirigentes estiveram dentro desse processo, conscientizando a questão da organização, mostrando que não era só chegar lá e ocupar a terra mas saber trabalhar organizadamente (D.M.G entrevista 10/2007).

Como bem lembra Blass (1999), os movimentos sociais trouxeram as marcas da excepcionalidade, pois as manifestações operárias e/ ou sindicais ganharam visibilidade pública, ao romperem os intramuros das empresas e ao extravasarem os locais de trabalho. Nesse processo, os sindicatos, transformaram-se em referência política para os trabalhadores e trabalhadoras e seus representantes passaram a ser reconhecidos como interlocutores políticos válidos pelo patronato e Estado.

Enfim, tivemos uma década dedicada ao trabalhador. Pode-se afirmar que a sua trajetória no campo da luta de classe ficou registrada e documentada para as gerações futuras. No campo da ação, sem dúvida, são referências pois deixaram o marco de uma época, a década de oitenta do século XX.

2.2. A tomada do Sindicato dos trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas pelas forças combativas.

A tomada do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas pelas forças combativas representou um momento histórico para a classe trabalhadora amazonense. Tomar uma entidade detentora de um poder enorme, mas, que não servia em quase nada à classe trabalhadora. Quando essa nova diretoria assume, percebeu-se o compromisso da

reestruturação do movimento operário no Amazonas. Foi um salto de qualidade muito grande dado naquele momento. Era o ponta-pé inicial para um novo tipo de sindicalismo, o sindicalismo mais atuante, combativo, participativo e sem atrelamento ao patrão, mais independente. O significado foi sentido por cada trabalhador porque acreditava-se na representação de fato do seu sindicato, traduzido em motivos de orgulho e de alegria para cada companheiro que participou dessa luta naquela perspectiva de mudança.

A partir da segunda metade da década de oitenta o Brasil viveu um momento marcado por uma profunda crise econômica, social e política, avançando para um período de definição dos rumos da transição política conservadora.

A Nova República, com uma estratégia de transição lenta, gradual e segura, vai se confundindo com o Regime Militar por sua política econômica contínua e seu projeto político conservador. Os compromissos de mudança e aspirações populares oriundas das campanhas das diretas já, foram sendo abandonadas pelo governo Sarney de forma acelerada, enquanto se tornava cada vez mais sólido um regime civil-militar-conservador. O instrumento de divulgação da luta operária no Amazonas dava conta de que,

o Plano Bresser efetua diariamente um verdadeiro roubo aos bolsos dos trabalhadores, um roubo legal perante a Lei dos homens insensatos. E para completar, a cada dia se torna mais claro que a Constituição favorecerá como de costume aos patrões (ARQUIVO P.O – JORNAL O PARAFUSO, 1987, p. 9).

Em meio a esse processo pelo qual passava a sociedade, no campo do operariado começaram a aparecer blocos sindicais, expressando pontos de vista diferentes e importantes a serem analisados.

O sindicalismo atravessou um processo de concentração política entre CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) e CUT. Na CGT a luta interna entre o neo-peleguismo ou (novo peleguismo) e o sindicalismo reformista. Por outro lado, na CUT tivemos a luta interna entre o sindicalismo vanguardista e o novo sindicalismo.

No Amazonas sempre houve a luta ideológica, em nenhuma luta que se travou deixou de acontecer o obstáculo ideológico da disputa do patrão, do governo, da mídia em tentar denegrir a imagem daquele movimento.

O processo de conscientização era massivo, contundente, no sentido de trazer os trabalhadores para o classismo. E o que significava o classismo para aqueles trabalhadores? Um dos nossos depoentes desenhou o seguinte quadro:

Nós somos os trabalhadores, produzimos a riqueza desse país e do lado de lá estão os patrões e nessa disputa muitos trabalhadores ficam confusos qual é a trincheira que eles têm que ficar, então não foi fácil fazer essa disputa ideológica do convencimento do companheiro de que a luta era justa e necessária para se adquirir essa consciência. Os trabalhadores só tinham uma forma de conhecer quem era o seu inimigo na hora do enfrentamento, era nesse momento que se via quem estava do seu lado e quem estava contra você. Esta foi a única maneira de mostrar no momento de paralisação quem era realmente seu companheiro, o camarada que ficava lado-a-lado pensando e querendo as mesmas conquistas. Dessa maneira o sindicato ia construindo a sua credibilidade (H.A entrevista 09/2007)

Havia um processo de conscientização em todos os ângulos, na questão social, na questão política, na questão econômica. No movimento há o desencadeamento de todos esses ramos da vida social, então, era o momento de aprendizado muito grande para cada trabalhador que deveria participação do movimento grevista. Após cada greve aumentava mais o número de filiações.

No final do século passado, nos países centrais do capitalismo, ganhou corpo o sindicalismo colaboracionista, com uma luta reivindicatória por melhores salários e condições de vida, sem questionar a raiz do capitalismo fundada na exploração do trabalho assalariado. O sindicato colaboracionista propunha na prática uma política de conciliação de classe e impediu a organização independente da classe trabalhadora.

Esta proposta, no Brasil, foi representada pela CGT que teve como ponto central de sua pauta sindical a defesa de sua estrutura sindical corporativista e atrelada. A legalidade política que uma considerável maioria das lideranças da CGT tentaram construir perante a classe trabalhadora, se resume na defesa das políticas de Estado e projetos da classe dominante no meio dos trabalhadores. A esta atuação política por parte da CGT chamava-se de neo-peleguismo, conhecido também como novo peleguismo³⁰.

Essa prática do neo-peleguismo foi sendo assumida de forma crescente por Luís Antônio Medeiros, que foi eleito para o poderoso sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e que tentou conquistar maior espaço político no interior desta proposta sindical. Esta prática sindical centrava-se na defesa de um sindicalismo de resultados e que só se preocupava com a luta econômica e não queria saber de política nos sindicatos, que defendiam um capitalismo moderno, a conversão da dívida e a privatização das estatais.

³⁰ Este projeto tendia a dar mais poder a CGT no movimento sindical apoiado pela AFL – CIO (uma central sindical dos Estados Unidos que financia uma entidade de formação sindical no Brasil) e o ICT, presidido pelo secretário de relações internacionais da CGT, Rogério Magri.

Esta proposta sindical marcada por um profundo anticomunismo tentou expulsar da CGT imediatamente o PCdoB e o PCB, que defendem um sindicalismo reformista. “A força do neo-peleguismo, está no apoio que ele recebe do projeto liberal conservador de um setor da classe dominante” (ARQUIVO P.O – JORNAL O PARAFUSO, 1987, p. 9).

O espaço na imprensa para divulgar e procurar passar essas propostas, a tentativa de desmobilizar a luta dos trabalhadores com o discurso de negociação direta para as 40 horas, estabilidade e reforma agrária. Esta insistência era parte da estratégia que deveria envolver concessões importantes dos empresários na tentativa de barrar o avanço da CUT e firmar o neo-peleguismo no interior da classe trabalhadora.

A CUT, entretanto, comprometida com a classe trabalhadora procurou manter sua bandeira de luta intitulada “CUT: avançar o sindicalismo classista e de massas”. Esta entidade, depois de um período de crescimento nacional acelerado, que a transformou numa importante referência política de massa, oposição política ao governo e principal direção das lutas sindicais dos trabalhadores, começa a viver agora um intenso debate interno sob o ponto de vista das práticas sindicais. Este é o contexto histórico da militância do operariado que caminhava para a definição de dois blocos sindicais: os sindicalistas vanguardistas e os sindicalistas do novo sindicalismo.

Os vanguardistas não acreditavam nas massas, para eles quem deveria organizar e fazer a luta era um pequeno grupo de intelectuais e as massas apenas acompanhariam o processo. Este tipo de sindicalismo se caracteriza pelo desprezo às lutas imediatas e concretas da classe trabalhadora. Isto porque as conquistas se dão no interior do sistema capitalista e são identificadas por eles como reformistas, por esta razão devem ser combatidas.

Essa proposta não conseguiu captar os desejos da classe trabalhadora e acaba mobilizando apenas uma pequena parcela de ativistas fechados cegamente em suas posições.

Os adeptos do sindicalismo vanguardista confundiam o sindicato com o partido. Mantinham seus programas políticos e ideológico ao nível da condição básica da filiação, porque sua força sempre esteve centrada na união ideológica de seus membros. O sindicato filia seus membros independente de posições políticas e de idéias, porque sua força está no seu caráter de massa, na união do conjunto de trabalhadores.

O sindicato vanguardista era incapaz de mobilizar amplas massas, não representava a força do sindicalismo. Na verdade seus resultados foram muito parecidos aos do sindicalismo colaboracionista, nunca conseguiram articular as lutas reivindicatórias e imediatas dos trabalhadores. É o que podemos perceber na matéria abaixo:

Um dos resultados do sindicalismo vanguardista foi que por sua posição cegamente fechada contribuiu de forma decisiva para o fortalecimento do neo-peleguismo em São Paulo, dividindo-se com outra chapa deu vitória para Luís Antônio no Sindicato dos Metalúrgicos (ARQUIVO P.O – JORNAL O PARAFUSO, 1987, p. 10).

O novo sindicalismo representava a luta política de massa, autônoma e classista, dependendo apenas de uma democracia interna (ou seja, respeito às diferentes linhas existentes dentro da CUT). O sindicalismo classista partia do princípio de que um sindicato é um instrumento de luta por melhores salários e melhores condições de trabalho que se desenvolve dentro do sistema capitalista.

Uma de suas definições como linha de frente foi de um lado a ousadia para atrair e mobilizar amplas massas de trabalhadores e, por outro, dar a organização dos assalariados o caráter de uma organização representativa de toda a classe trabalhadora em oposição a classe burguesa. O sindicalismo classista que a CUT incorporou negava o sindicalismo vanguardista que era incapaz de atingir amplas massas.

Em termos gerais, o Novo Sindicalismo foi um elemento importante na luta pelo fim do Regime Militar, e nesse momento conjuntural do país o sindicalismo classista foi importante como força social na luta pelos interesses dos trabalhadores na Constituinte de 1987.

O sindicato no Amazonas teve legitimidade inquestionável, por isso, paralisava tudo quando deflagrava uma greve. Os trabalhadores sempre souberam responder com ousadia e tenacidade a todos os chamados necessários para a consolidação de seu Sindicato. Vejamos um discurso que exemplifica bem esta situação:

nós fizemos uma greve numa fábrica que tinha trinta anos no Brasil e nunca tinha acontecido uma paralisação, que foi a Bosh. Conseguimos fazer uma paralisação nessa fábrica, desmascarar os patrões. Existia uma grande ilusão na nossa cidade que a Bosh era uma das empresas que melhor pagava-se o trabalhador e nós conseguimos desmascarar que isso não era verdadeiro. Eles pagavam o salário diferente de algumas fábricas, mas, havia um comportamento rígido muito grande em cima dos trabalhadores, isso para mim foi um marco significativo, não sei para os outros companheiros, mas para mim revelou que, por exemplo, aqui no meio da selva amazônica como eles nos olham, nós construímos o enfrentamento com uma empresa alemã, extremamente dura. Os companheiros nossos do Sul não conseguiram nunca travar uma luta contra eles e vitoriosa como nós conseguimos. Então é um marco importante que eu observei. O outro foi na Sharp. Lá em frente, existia uma fábrica de nome BSR. Naquela fábrica só tinha garotas e fizeram uma paralisação. O patrão cortou água delas, colocou-as para fora da fábrica e deixou-as sem alimentação. E, lá na nossa fábrica, a nossa comissão do comando de greve, recolheu alimentação para enviar para

aquelas companheiras paradas. Então a gente fazia o seguinte, por exemplo, pegávamos o saco plástico na linha de montagem. Um sujeito não comia o arroz, outro não comia o feijão, o outro não comia a carne toda, para a gente juntar aquela alimentação e levar para as companheiras que estavam paradas lá na outra fábrica, que não tinham uma organização igual a nossa, e não havia nenhum dirigente para enfrentar o patrão (H. A entrevista 09/2007).

Isto revela não só a consciência dos trabalhadores na questão da solidariedade entre os seus pares, mas também a enorme coragem daquelas mulheres que não se acovardaram diante da retaliação empresarial. Esta é apenas um dos exemplos desta luta dentre as inúmeras praticadas pelo operariado amazonense. E, não foi algo discutido e planejado, mas, espontâneo do companheirismo, da necessidade, de levar as “meninas trabalhadoras” a resistirem até a última hora.

Os estudos de Perrot (1988) desvelam que as relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo de palavras. Para ela o termo poder, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina. No plural, ele se estilhaça em fragmentos múltiplos, equivalente a *influência* difusa e periférica, onde as mulheres têm sua grande parcela, conforme pontua a autora:

Se elas não têm o poder, as mulheres, têm, diz-se, poderes. No Ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. Reinam no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos (PERROT, 1988, 167).

Para esta autora as representações do poder das mulheres são numerosas e antigas, mas muitas vezes recorrentes. Elas modulam a aula inaugural do Gênesis, que apresenta a potência sedutora da eterna Eva.

A mulher, origem do mal e da infelicidade, potência noturna, força das sombras, rainha da noite, oposta ao homem diurno da ordem e da razão lúcida. É uma idéia comum, e encontram-se ressonâncias suas entre homens de meios políticos muito diversos. A transformação do mundo virá pelas mulheres, realizando o velho mito de mulher redentora (PERROT, 1988, p. 169).

No que diz respeito aos cargos de direção sindical, a mulher militante amazonense sentiu sempre dificuldade de se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes.

a maior reivindicação das operárias era para que elas fossem ouvidas nas reuniões da diretoria do sindicato, já que elas eram destratadas nessas reuniões. Quando alguma delas falava, os homens abafavam a sua voz com chocatas e vaias (TORRES, 2005, p. 237).

As pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção), suportam a exploração (ou buscam manter o poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmo como uma classe, vindo pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real.

Quando se afirma que classe e consciência de classe são sempre o último estágio de um processo real, naturalmente não se pensa que isso seja tomado no sentido literal e mecânico. Uma vez que uma consciência de classe madura tenha se desenvolvido, os jovens podem ser *socializados* em um sentido classista, e as instituições de classe prolongam as condições para a sua formação.

A questão é, que segundo Thompson (2001, p. 275)

não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural), entrou em relação e em oposição sobre uma forma classista ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes.

Uma ferramenta de grande importância para os trabalhadores era o que representava o seu Sindicato porque viam nele a maneira imediata do trabalhador participar de política, de quebrar aquele mito de que trabalhador é para trabalhar e não tem de se meter em política. Naquela época o Sindicato dava essa condição ao trabalhador de iniciar na vida política.

Tinha formação para a classe trabalhadora porque os sindicatos investiam nas suas direções, nos dirigente de movimentos.

Foi nessa escola que nasceram os grandes dirigentes desse país. Hoje, está aí, o presidente Luís Inácio Lula da Silva que nasceu no seio do operariado brasileiro. Em Manaus, temos secretários nos postos de governo que nasceram de dentro do movimento operário do Estado do Amazonas. Constata-se que o Sindicato é uma escola, uma escola de guerra para a classe trabalhadora, onde os seus membros aprendem tudo o que se pode imaginar (arte, filosofia, economia, história). Seus membros precisam adquirir todo esse conhecimento porque eles estão se transformando em dirigente de sua classe. E o Sindicato dava essa

oportunidade para a formação e qualificação contínua para, assim, adquirir mais conhecimentos. Esta foi a importância do Sindicato para os movimentos sociais e para o movimento político de modo geral.

No processo de tomada do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Amazonas pelas forças combativas, constatou-se que a maioria dos trabalhadores que compunha a classe combativa não era sindicalizada. Fez-se necessário estudar todo o processo político e eletivo para aprender a montar uma estrutura sindical e vencer. Começou-se, então, a trabalhar a estrutura educacional. Nesse processo de construção todos deviam participar de reuniões periódicas aos sábados à noite no porão da Arquidiocese onde funcionava a Pastoral Operária. As vigílias com um grupo maior eram feitas na Igreja de Aparecida onde tudo começou.

Cada trabalhador ficava encarregado de estudar um texto e apresentar na reunião seguinte, foi um aprendizado intenso porque não só quem estudava como as pessoas que também participavam acabavam adquirindo esse conhecimento, este foi o primeiro passo da retomada. O segundo passo foi a definição, a participação para a luta, os operários tinham a consciência de que era difícil.

Os operários tinham em suas mentes a compreensão do quanto era necessário receber uma capacitação, eles precisavam se preparar e se definir melhor para o debate. As mudanças deveriam passar pelo aparato institucional das próprias fábricas. Em termos de recursos tecnológicos, as máquinas eram obsoletas, oriundas de outras partes do mundo, não existia Controle de Qualidade (CQ), refrigeração, era algo primitivo. As próprias indústrias recebiam sobras para o processo produtivo, então, a vontade era de mudar aquele cenário.

As denúncias eram constantes e, em troca, os trabalhadores recebiam o apoio da sociedade civil (inclusive de Igrejas Evangélicas para potencializar o movimento). E o operariado amazonense reconhece a solidariedade da sociedade civil (professores de ensino fundamental e médio, professores da Universidade, movimento estudantil, partidos da esquerda socialista dentre outros segmentos). Então, se travou um processo político que acabou tendo a sua culminância com a vitória na eleição da chapa Puxirum que inseriu o Sindicato na militância de base.

É interessante o depoimento de um dos nossos sujeitos da pesquisa que, ao ser indagado sobre o que representou a década de oitenta para ele, como trabalhador, nos respondeu o seguinte:

nós nos preparamos para tudo isso, nos preparamos para ganhar uma eleição, tínhamos nos preparado para enfrentar o dia-a-dia. Outra etapa foi o

confronto mais direto criando expectativas para o operariado. A primeira barreira que nós enfrentamos foi a divisão da categoria. Foi uma batalha muito grande e que a partir daí começamos a dar seqüência ao nosso projeto, começando então a trabalhar mais a categoria, já em 1985. A greve de 1985 (Sharp) foi uma greve que preparou para as demais greves, foi um sucesso absoluto (E.M entrevista 04/2008).

A importância que se dava ao Sindicato dos Metalúrgicos nos anos oitenta foi de extrema confiança e credibilidade. A década de oitenta foi de muita movimentação (retomada democrática, processo efervescente da sociedade, corrida da inflação desenfreada, disparo de gatilho todos os dias), enfim, a economia vulnerabilizada era muito propícia para qualquer movimento.

Os encaminhamentos para a luta operária se davam em vários momentos por meio dos grupos que se formavam no interior das fábricas. Na Phillips, por exemplo, se fazia presente o JUBAM (Juventude em Busca de Algo Melhor), na Sharp estava a JOC (Juventude Operária Católica), e assim sucessivamente em outras empresas que contou com um universo de 300 pessoas participantes. Estas pessoas ao serem descobertas pela direção da empresa tentaram se defender, das 300 foram reduzidas a 18, as demais foram todas demitidas ao serem achados pelo próprio Sindicato.

As cartas da direção do Sindicato para a Polícia Federal investigar os operários que estavam se organizando eram constantes. E, a ala que representava a mudança, o rompimento com a velha estrutura somava em 18 operários apenas.

Durante o processo de tomada do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas pelas forças combativas o interior das fábricas vivenciou momentos de tensão, apreensão e conflitos. Cada fase representou uma história que teve como principal protagonista o trabalhador operário do Pólo Industrial de Manaus. A primeira empresa a parar foi a Honda, em seguida a maioria das empresas parou também.

Um fato importante ocorreu na CCE da Amazônia, conforme mostra a fala de um dos ex-dirigentes entrevistados:

era uma fábrica que não tinha uma grande inserção no antigo Distrito Industrial de Manaus. Na hora do café um grupo de mulheres subiu sobre a mesa do refeitório e deram gritos e saíram parando toda a produção. O caso da Gentek, por exemplo, uma empresa onde trabalhavam na sua maioria meninas na faixa etária de dezesseis e dezessete anos, foi uma greve de adolescentes. A Honda uma empresa praticamente só de homens se constituiu numa empresa de destaque pela sua importância nas greves. Em 1986 uma menina de 15 anos (Maria Lopes) liderou uma greve na empresa Semp Toshiba (E. M entrevista 04/2008).

A atitude desta jovem operária confirma o que Torres (2005, p. 262) pontua sobre as mulheres quando afirma “a paixão ou o amor político pela causa operária levou muitas mulheres ao aniquilamento de suas vidas no campo afetivo e profissional”. Muitas dessas mulheres, ainda em idade precoce, assumiram grandes lideranças no movimento operário, renunciando um estilo de vida da mulher esposa, dona de casa, mãe ou a de uma estudante universitária. No campo da organização das greves elas enfrentaram os mais extremos desafios e encontraram alternativas para suas ações vitoriosas, descortinando novos horizontes.

É importante destacar que a greve no processo de transição democrática, ou seja, durante a retomada do Sindicato dos Metalúrgicos no Amazonas representou momentos de tamanha determinação para o operariado. Em 1985 ainda era prematuro afirmar a existência de uma identidade operária, pois, a maioria não sabia as reais conseqüências de uma greve, mas achavam positivo fazê-la por um acúmulo de experiências. Os instrumentos dentro da fábrica não eram favoráveis à construção de uma greve. Um dos principais entraves era a relação muito próxima com a chefia. Neste clima de tensão e apreensão do operariado perante os seus chefes imediatos tudo era mais complicado. Eles comandavam a repressão na empresa, enfim, era uma tomada de decisão muito forte e difícil. Então, isso se atribui ao estilo caboclo do operariado amazonense, raiz indígena, inquietação, de não se domar a qualquer tipo de estilo, característica ainda visível e permanente nos nossos dias. Segundo Torres (2005, p. 136), “o caboco não fica à mercê da ‘providência divina’ para suprir suas necessidades que, quando não está inserido no mercado de trabalho, forja os seus próprios meios de subsistência”.

O grande desafio colocado a este trabalho consistiu em entender como a luta dos operários constituiu-se num mecanismo de aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar pela construção de sua identidade social, enquanto classe operária / trabalhadora.

2.3 A articulação da luta operária com as entidades da sociedade civil do Amazonas.

O operariado amazonense deve muito a Sociedade Civil organizada porque esta montou de forma solidária uma infra-estrutura capaz de dar suporte completo no dia da eleição do sindicato (rádio amador, para acompanhar todos os passos das urnas, pessoas suficientes, carros e seguranças). Contribuiu com a logística para a retomada do Sindicato em 1983. Este foi, pois, um processo muito rico, uma compreensão de sociedade civil e de seu

papel, o que nos dias de hoje não presenciamos acontecimentos semelhantes no campo da militância operária. Os tempos são outros, aquele era um tempo de afirmação identitária e de construção de uma concepção de classe.

Os trabalhadores do Distrito Industrial de Manaus puderam contar com o apoio de representantes da sociedade civil organizada como a Pastoral Operária, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a FASE, Associação de Moradores, OAB, APPAM, ADUA, Sindicato da Construção Civil e pessoas civis.

Existia aqui o movimento dos professores. Naquela a época a APPAM era o único movimento classista, claro que em outro nível, de nível superior, ou de nível de uma formação intelectual maior, e esse pessoal contribuiu muito conosco, além da igreja. A Igreja Católica foi a base principal, depois dessa base construída surge a APPAM para nos apoiar. Várias outras pessoas da Universidade como DCE, UESA, Ordens dos Advogados que nos deram apoio. Alguns, pessoas muito simpáticas que colaboravam conosco nessa chegada, como o Dr. Hidelberto Dias que é um advogado muito conceituado. O Dr. Hidelberto Dias tinha um salário que ele doava para nós, que ele ganhava da APPAM, esse salário era como se fosse hoje da grandeza de cinco mil reais. Todos os meses a gente ia buscar esse salário, ele dava o cheque da APPAM. O cheque que era para ele, só fazia endossar para a gente. Houve muita solidariedade de muita gente. Para se ter uma idéia até o PMDB na época nos apoiou, aí tinha o PT, que estava surgindo, também, e nos ajudou muito, mas o PMDB contava com uma ala que queria o Movimento Sindical, que lutava pela democracia, pela organização do país (R.M entrevista 05/2008).

O Sindicato, embora apresentasse algumas divergências entre os seus membros, representava de fato os trabalhadores, por isso ganhou o prestígio da sociedade civil organizada.

As pessoas que dirigiam os sindicatos eram filiadas a partidos de esquerda principalmente o PT. Mas outros operários integrantes do PCdoB passaram a compor chapas, composições para dirigir o sindicato.

Cada chapa apresentava suas propostas de reivindicação. A estratégia era de convencer os trabalhadores chamando a atenção para os problemas que mais os afetavam. Mas o trabalhador ficava atento ao que poderia melhorar no processo produtivo de trabalho, alimentação, transporte, salários e benefícios sociais que eram pontos cruciais na ocasião das greves. Conforme expressa um dos nossos entrevistados,

lembro que nos anos oitenta os operários faziam greves por causa de copo descartável, os empresários não tinham o preparo para lidar com as questões das reivindicações dos trabalhadores. E aí eu vejo a questão de classe. O

trabalhador tem que entender que ele sempre vai ser trabalhador e o patrão será sempre patrão. O dinheiro para o patrão sempre vai ser o lucro. Quanto ao trabalhador ele trabalha mas quer resultados tanto para ele como para a sua comunidade (D.M.G entrevista 10/2007).

Esta maneira saudosista de rever o passado hoje se faz necessária como bem define Capelato (1996) não pelo fato de querermos nos refugiar nele, mas para melhor nos situarmos frente aos desafios do momento. Capelato (1996) nos revela que a história política já se impôs entre nós, como bem mostra a análise das professoras Maria de Lourdes e Marcia Mansor³¹. Sua intenção com esta reflexão consiste em esperar que isso continue, porém, ela acha que é preciso, sempre, ir mais longe; e ir mais longe, em história, significa ir mais fundo, atingir as profundidades da história no seu tempo curto/rápido e de longa duração.

Resgatar o papel da Igreja Católica junto aos trabalhadores nos anos oitenta, incontestavelmente, significa dizer que sem sua atuação o movimento sindical seria sufocado pelos militares, os trabalhadores calariam a boca. O trabalhador operário soube registrar cada ensinamento do padre Renato que foi um dos maiores líderes da Pastoral Operária no Amazonas.

O trabalhador do Pólo Industrial de Manaus dos anos 80 demorou a compreender o processo de significação do “*fazer classe*”. Primeiro porque nos seus primórdios não havia tanta militância. Ninguém nem sabia o papel do verdadeiro militante. Iniciava-se a formação dos operários e havia até uma dúvida entre alguns intelectuais quanto ao seu verdadeiro papel e do papel dos operários. Para um dos nossos depoentes

em 1980 havia um movimento chamado Pastoral Operária. O operário não tinha classe, não se considerava operário, operário para ele era uma ofensa. Trabalhador eles ainda aceitavam. Nós começamos a nos organizar na Igreja como movimento, movimento da Pastoral Operária e, tinha um grupo de dirigentes intelectuais que nos ajudaram, mas por pouco tempo. Logo, aconteceu um segundo momento em que nós reunimos e decidimos que os intelectuais eram para nos assessorar e não para dirigir. E aí começou um novo momento para trocar os intelectuais da direção pelos operários. Foi quando eu e outros companheiros (Cleide Mota, Aldemir, Jackson – que era da convergência socialista) começamos a nos movimentar e discutir a saída dos intelectuais da direção. Um dia éramos 300 operários e aí eles aceitaram que essa mudança fosse feita. Lá estavam Marlene Pardo,

³¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim - refere-se ao texto intitulado “História Política” apresentado na mesa-redonda: “Perspectivas metodológicas da produção de pós-graduação em História Política” do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em julho de 1995 em Recife. Publicado na Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 17. 1996, onde ela teve a oportunidade para comentar a análise das professoras Dra. Maria de Lourdes M. Janotti e Dra. Marcia Mansor D’Alessio da produção de dissertações e teses de História no Brasil entre 1985 e 1994 atesta que, também entre nós, a história política se impôs.

Ribamar Bessa Púlbio Caio que é promotor, Ricardo Bessa, Cirino (ex-secretário da SEMED), que formavam o grupo de apoio. Então eu assumi junto com um grupo de operários a direção do movimento sindical. Depois da Pastoral Operária nós construímos a oposição sindical metalúrgica. E perdemos, deixamos de nos inscrever na primeira eleição (final de 80), só em 84 foi que nós concorremos à eleição e ganhamos (R.M entrevista 05/2008).

A escolha da eleição para o Sindicato aconteceu em vários momentos da História. Uma das mais marcantes da oposição sindical foi quando a direção do Sindicato pelego chamou uma assembléia para reduzir o salário, que se impunha pela crise econômica no governo Figueiredo, as empresas sentiram o impacto e tinham que reduzir salário. Um dos depoentes desta pesquisa relembra este fato e revela a sua consciência frente aos direitos trabalhistas arduamente conquistados. Ouçamos:

e eu descobri na CLT que é proibido reduzir salário, podia ter uma redução de quadro, mas não podia reduzir salário. Reduzir o quadro era impossível porque havia venda, a produção deles estava normal. Então eles não podiam reduzir quadro, nem salários. Estavam apenas se aproveitando desse momento conjuntural da economia para reduzir o salário dos trabalhadores. Então, nós fomos ao Sindicato. Antes da Assembléia começar, eu, a Cleide e outros companheiros nos manifestamos dizendo que a Assembléia estava errada, afirmando que aquilo tinha acontecido de outra forma e não daquele jeito. Era equivocada a posição do Sindicato, o Sindicato estava traindo os interesses dos trabalhadores (R.M entrevista 05/2008).

Diante deste ato o presidente do Sindicato chamou a Polícia Militar, esta invadiu o Sindicato e o cercou. Muita gente ficou lá mesmo, outros conseguiram sair mesmo quando a polícia invadiu. Eram uns 50 policiais que entraram no Sindicato. Os trabalhadores ficaram sob a mira das armas para votar. Mas o desejo de querer que ninguém saísse e ficasse para votar permanecia forte. A proposta de reduzir perdeu por 450 a 200.

Conseqüentemente, todas as fábricas ficaram sabendo que havia um movimento se organizando. No início surgiram comentários por parte de outras pessoas acerca dos grupos que se organizavam nos porões, depois não passou a existir mais gente comentando que “existem pessoas aí”. Com isso surgiu um movimento de chefia, encabeçado por Simão Pessoa que era composto por trabalhadores que exerciam cargos de supervisores, engenheiros e chefes que queriam integrar-se ao sindicato, eram chamados de burgueses. Houve brigas na diretoria e nas assembléias por causa disso. Esse grupo passou a apoiar este movimento. Assim, a adesão ao movimento por parte de alguns gerentes de fábrica passou a existir de forma gradativa. Na Sanyo um gerente ou dois, na Philco outro gerente, que estavam na

Assembléia. E quando se formou a chapa Puxirum os operários eram apenas 18, genuinamente operários, o grupo de oposição cedeu vagas para o grupo dos gerentes entrarem na chapa e ficou com 14 e, eles, da chapa adversária ficaram com 10. Lembrando que a composição da chapa deveria ser de 24 operários. A oposição cedeu vaga para o grupo de gerentes porque eram lideranças festivas que conduziam grêmios e que tinha a sua representatividade nas fábricas, tanto é que havia eleição no interior da fábrica para a presidência do grêmio. Desse modo, a oposição ganhou a eleição. Então, assim começou o primeiro movimento, o trabalho de forma mais atuante, combativo e pontual no sentido de tomar o Sindicato da direção pelega.

A presença do Sindicato no interior das fábricas do Pólo Industrial de Manaus não soava como algum tipo de intimidação. Quando o Sindicato adentrava a linha de produção, por exemplo, ele já vinha fazendo o fecho. Os trabalhadores, ao adentrarem as fábricas contavam com um grupo organizando as mobilizações. A expressão única era *estamos em greve*, afirma a nossa entrevistada:

o Adilson era o grande pensador, por exemplo, da Gradiente. Ele não deixava a produção parar sozinha, quando ele via as coisas ameaçadas, ele parava sozinho. Os trabalhadores não ficavam receiosos, apreensivos porque tinham estabilidade. O Sindicato conseguia fazer a estabilidade para não demitirem por conta do processo da greve. As greves aconteciam com muita responsabilidade, os trabalhadores encaminhavam a pauta para a empresa, tinha uma impressão na DRT negociada, o processo de construção legal, o jurídico (S.C. entrevista 09/2007).

As greves eram julgadas várias vezes, mas o Sindicato nunca perdia por causa do processo jurídico que seguia. Recebia todo o assessoramento dos dirigentes do ABC que contribuía nesse processo, além dos advogados que também ajudavam no campo jurídico. Eles ficavam nos bastidores para dizer o tamanho do prejuízo que uma greve poderia causar.

A relação estabelecida entre patrão, chefe de divisão, supervisor, reserva e montadores durante a greve era delicada. Os chefes imediatos lidavam cotidianamente com o trabalhador, a reserva, por exemplo, tinha uma vantagem salarial de trinta, quarenta reais a mais que o montador, mas ela estava obedecendo rigorosamente os critérios fabris. Nesta relação a classe patronal acompanhava o momento grevista, o bonito era quando eles saíam de seus gabinetes e iam ver a produção parada de braços cruzados, sem praticar a agressividade. Eles a praticavam de outra forma, usando a polícia, não reagiam em momento algum, quem reagia era a polícia em seu nome.

Neste cenário o trabalhador do Distrito Industrial de Manaus percebeu tantas ações fora dos eixos, foi vítima de um sistema baseado no lucro e na super-exploração. Então, “O Parafuso” procurou manter como linha de frente o serviço da denúncia das injustiças: o salário cada vez mais arrojado, os preços subindo a jato sem controle de ninguém, as humilhações dos trabalhadores e trabalhadoras, as demissões em massa, as espertezas diabólicas dos patrões, o peleguismo dos companheiros e sindicalistas ao lado dos empresários contra os interesses dos trabalhadores e muito mais. Era mesmo um instrumento de luta do trabalhador.

A categoria metalúrgica de Manaus atravessou um período de super-exploração e isto era denunciado pelo Secretário de Imprensa à classe patronal. As fábricas vinham forçando os trabalhadores a fazerem horas extras visando aumentar o estoque, usando para isso a famosa ameaça. “ou faz a hora extra ou pega a conta”. O sindicato se empenhava de todas as formas possíveis para sustar o alto índice de horas extras, mas mesmo assim, os patrões ainda conseguiam burlar a vigilância sindical.

Após a campanha salarial de 1987, esses mesmos patrões usavam de todos os expedientes para colocar os trabalhadores para fora do seu Sindicato, promovendo amplas campanhas pelo não desconto na contribuição assistencial. Para minimizar e resolver o problema, o Sindicato entra em campanha de sindicalização em massa.

O Comitê de apoio à Greve dos Metalúrgicos, reunia entidades como o CIMI, APPAM, ADUA, Sindicato dos Assistentes Sociais, CUT, UESA, APPAM, ANPUH (Associação Nacional dos Professores das Universidades de História) e jornalistas, com o objetivo de fazer as avaliações de greve, considerando as conquistas e falhas da organização dos trabalhadores e a atuação do Comitê no processo de luta encampado. Este Comitê também discutia as organizações dos movimentos sociais do Amazonas, quando podiam participar quaisquer entidades comprometidas com as lutas populares, mesmo que não tivessem participado do Comitê de Apoio.

Para o patrão sempre foi um terror uma greve. No nosso Estado eles não acreditavam que pudesse haver grandes manifestações como, realmente houve no Pólo Industrial. A reação do patronato era recheada de ataques policiais, cavalarias, prisões, tiroteios, agressões físicas, infiltração no movimento operário de polícia disfarçada de trabalhador para poder prender as lideranças, as direções do movimento. Enfim, sempre foi violenta, dura e feroz. Eles recebiam todo o aparato do governo que por sua vez disponibilizava o seu policiamento, a sua justiça. Então foi preciso o operariado fazer um

movimento contra todo o resto do poder estatal. Nessa luta, alguns trabalhadores acabaram se chocando, se fragilizando e sentindo-se abandonados.

Não era fácil viver numa cidade onde o juiz, a polícia, o governo, o dono da fábrica, os meios de comunicação que estampavam suas manchetes, todos eram contra você. É óbvio que o dono da fábrica não ficava do seu lado, porque você fazia uma greve contra ele. Você chega à sua casa, o seu irmão, a sua mãe, o seu pai, viam aquilo tudo como novo, não eram acostumados. Julgavam isso como um perigo, porque você está enfrentando os poderosos. Então são momentos de muitas tensões, muitos companheiros, saiam com seqüelas emocionais dessas lutas, por exemplo, eu tenho um grande dirigente nosso que deixou o movimento sindical e foi tão perseguido que ele abandonou o movimento sindical, ele não resistia aquela perseguição de polícia seguindo ele, de polícia secreta toda hora e ele abandonou por causa da repressão que foi desencadeada sobre ele. Então, há seqüelas, muitos problemas que levaram alguns companheiros a se desmotivar, abandonar a luta num determinado momento. Foi uma pressão psicológica muito grande. Havia um trabalho político em cima disso que era inibir o operário no sentido de não se envolver numa luta de desafios. Em alguns casos essa luta foi vitoriosa por parte dos patrões, mas foram poucos que resistiram (H. A entrevista 09/2007).

O papel da Imprensa, embora importante em momentos cruciais da greve. Ela não cobria satisfatoriamente os fatos do lado dos trabalhadores. Sobre sua atuação comenta um dos nossos depoentes:

cheguei várias vezes a ser entrevistado. Mas muitas dessas coberturas saiam poucas. Porque eram situações que você tinha que enfrentar o governo, o Estado, o patrão. Então o filtro da Imprensa era poderoso, saiam coisas bem reduzidas do que você dizia, do que você falava, muitas vezes até distorcidas e você não tinha como corrigir aquilo que não tinha abertura, não tinha democracia para você fazer uma correção de uma matéria mentirosa, de uma matéria teleguiada para o que eles queriam colocar (H. A entrevista 09/2007).

A mulher operária foi o sujeito central nas greves. Apesar das decepções e derrotas enfrentadas por algumas dessas aguerridas mulheres, as que lutaram venceram e continuam militando em movimentos sociais, partidos políticos, enfim. Fora deste cenário elas atuam no trabalho informal e formal, cientes de que fizeram parte de um significativo processo de conscientização de classe.

A mulher foi também uma das maiores ocupantes dos postos na linha de montagem. Por esta razão ela se destacou no campo da militância sindical e passou a exercer funções importantes na direção sindical. O depoimento do ex-operário justifica este quadro:

ela teve uma influência muito grande, primeiro pela própria organização das mulheres. Segundo porque aproximadamente 60% da categoria metalúrgica era mulher e só quarenta por cento era de homem, as pesquisas já mostraram isso. As mulheres foram bastantes guerreiras (Emília, Socorro Carioca, a Papoula que é a Socorro Papoula, a Luzarina) além de outras que foram aguerridas e continuam lutando até hoje para melhorar a situação da classe dos homens e das mulheres, conscientizando na questão de gênero (D.M.G entrevista 10/2007).

As mulheres que participaram da direção, têm muito a dizer, muitas mágoas, da falta de compreensão dos homens que eram dirigentes junto com elas, não havia um entendimento da luta de classe envolvendo as questões de gênero.

Para muitas foi desilusão, mas são capazes de repetir tudo de novo. As mulheres colaboraram em todos os sentidos. Quem participava ativamente dos movimentos, partidos políticos, nessa situação de movimentos sociais, movimento popular, composição sindical, sindicato, não acompanhou o crescimento dos filhos, perdeu o anseio da família, o convívio com a família, não conseguiu acompanhar os filhos a crescer. Houve a destruição de família, separações, mas que fez parte, não deveria ser assim, mas infelizmente ninguém pode, nem todos têm o mesmo pensamento, os casais não tinham a mesma compreensão, os filhos também. Apesar de tudo os resultados são conferidos com muita nostalgia (F. C entrevista 09/2009).

Estudos como de Iraildes Caldas Torres (2005) revelam que muitas dessas mulheres tinham a luta pela causa operária como sua principal paixão e amor, que as levou ao aniquilamento de suas vidas no seu campo afetivo e profissional. “A opção incondicional pela luta operária e pela utopia das transformações sociais assumiu uma forma avassaladora, que suplantou qualquer perspectiva futura de relação profissional” (TORRES, 2005, p. 262). Desse modo, a mulher amazônida adentra o movimento social, destacando-se na política e respondendo, de fato, às expectativas de sua classe. É óbvio que esta determinação foi dura, muitas vezes até cruel, mas, poucas lamentam pelo que fizeram ou deixaram de fazer. Acredita-se que a vida do ser humano é produto de suas próprias opções, neste caso, não somente as mulheres operárias militantes do PIM, mas todos os trabalhadores deste pólo reconhecem orgulhosamente que suas marca e militância pela causa operária representa hoje um resultado significativo para a classe trabalhadora, embora, para isso, boa parte deles tenha renunciado percorrer outros caminhos e ter feito outras opções.

CAPÍTULO III

A EXPRESSÃO POLÍTICO-CLASSISTA DO OPERARIADO AMAZONENSE

3.1- As vicissitudes da primeira greve no PIM

Os trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico de Manaus, tiveram como data base o dia 1º de agosto. A partir deste dia, começava a vigorar, por um ano, o novo Contrato Coletivo de Trabalho para a categoria. O Contrato Coletivo de Trabalho determinava praticamente todos os assuntos que diziam respeito às reivindicações de trabalho, como por exemplo: de quanto seria o reajuste salarial; se teria aumento real de salário; qual seria o piso salarial da categoria (o menor salário permitido); quanto receberiam pelas horas-extras; quantas vezes teriam reajuste salarial durante o ano; a qualidade do transporte, da alimentação e da assistência médica; a duração da jornada de trabalho, entre outras questões.

Esse Contrato Coletivo de Trabalho era feito através de uma negociação entre o sindicato da categoria e o sindicato patronal. Para obter êxito nas negociações o sindicato da categoria precisava ter forças, assim, conseguiria um acordo melhor. Se fosse fraco o acordo acabava satisfazendo os anseios dos patrões. Nesse caso o operariado amazonense sofreria as conseqüências. Um sindicato forte não é constituído apenas de uma diretoria, mas de toda a categoria participando e lutando de forma organizada. Desse modo, os patrões até cediam e entendiam porque sabiam que sem os trabalhadores não haveria produção e lucro.

Manaus até então nunca havia registrado uma verdadeira campanha salarial, com a participação da maioria dos trabalhadores, talvez por isso o salário do trabalhador metalúrgico no Amazonas fosse o mais baixo entre os metalúrgicos do país. O piso salarial desta categoria foi insignificante, sem mencionar todo o tipo de injustiça e exploração dentro da fábrica. Mas o trabalhador tomou a ciência de que precisava mostrar a grande força através da união. Os sistemas de mudança já eram visíveis em algumas empresas do Pólo Industrial de Manaus conforme atestam as fontes jornalísticas da Pastoral Operária ao se reportar as greves de agosto de 1985.

Já temos o exemplo dos companheiros da Sanyo que fizeram quatro dias de greve e conseguiram algumas vitórias;
Já temos na Alfema Norte a primeira comissão de fábrica do Amazonas, eleita pelos trabalhadores e com estabilidade no emprego para seus membros;

Está aumentando a participação de novos companheiros nas reuniões e Assembléias do Sindicato (ARQUIVO P.O - JORNAL A CRÍTICA, 08/1985).

Isto demonstra que a luta do operariado estava crescendo e, por outro lado, a vontade de fazer uma campanha salarial mais verdadeira no sentido de lutar por melhores salários, mais empregos e melhores condições de trabalho aumentou. O trabalhador adquiriu um nível de conscientização de que a ele nada seria concedido espontaneamente, mas, tudo teria que conquistar.

Nesse processo de consciência de classe, as mulheres operárias dentro da organização sindical cresceram muito. Elas tomavam conta das mobilizações.

Contávamos com a presença da Luzarina, eu, a Flávia, a Rosilene, a Bel, a Antônia Cândida, a Antônia Priante, a Emília e, muitas outras mulheres. Mas, depois com o processo interno de disputa nós mulheres acabamos nos enfraquecendo. Jamais comentei isso com alguém, vou comentar agora com você: é que nós precisávamos estar mais presente, saber escolher. A gente acaba não fazendo isso porque você vai adotando uma linha de pensamento e acaba que faz aquela disputa toda de desastre mesmo que você rompe, briga, fica três, quatro dias de mal, você fica de picuinhas, de conchavo, de chavões, então isso existia muito no Sindicato. Mas fazia parte de todo um processo político e participativo. As mulheres largaram tudo, (família, marido, seus afazeres domésticos, tudo), e foram cuidar desse processo, que era um processo louco, que exigia um estudo mais profundo para entender o que se estava fazendo. Esse processo era recheado de leituras constantes, debates e a turma do ABC chegavam e tinham o debate com as mulheres, naquele tempo a CUT já tinha o debate sobre cota, sobre a participação das mulheres (S.C. entrevista 09/2007).

Na luta pelos seus ideais os trabalhadores deveriam promover uma campanha massiva, com a participação do maior número possível de trabalhadores; organizada, a começar por dentro das fábricas e consciente, ou seja, o trabalhador tinha que saber aonde chegar e quais as formas de luta que deveria usar em cada momento. Havia um objetivo em se promover uma campanha salarial mais participativa, melhor compreendida, mais organizada e forte.

Os anos de luta desencadearam preocupações ao operariado amazonense no que se refere a conhecer a realidade de sua própria categoria. O seu Sindicato representava todos os trabalhadores nas indústrias metalúrgicas, mecânicas e material elétrico.

Os dados coletados na Pastoral Operária (2008) para a realização desta pesquisa apontam que o Sindicato dos Metalúrgicos, em março de 1985, conta com 25.000 operários

trabalhando em 170 empresas. Diante deste quadro a preocupação do operariado amazonense oscilava em querer saber:

Onde trabalhamos:
 Quantos trabalhavam nas fábricas maiores?
 Quantos trabalham nas fábricas médias?
 Quantos trabalham nas fábricas pequenas?
 Quem somos:
 A nossa categoria tem mais homens ou mulheres?
 Quanto nos pagam:
 Qual é o salário que a maioria recebe?
 Demissão que sofremos:
 Quanto tempo trabalhamos numa mesma empresa? (ARQUIVO P.O - A CRÍTICA 08/1985).

Os meios de comunicação denunciavam “um grupo de economistas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) de São Paulo, estaria chegando a Manaus para realizar seminários de embasamento de todas as reivindicações da campanha salarial do Sindicato dos Metalúrgicos” (ARQUIVO P.O - A CRÍTICA, 06/1985).

Esta informação foi concedida pelo então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes, na tarde do dia 17 de junho de 1985, após uma rápida análise sobre a Assembléia realizada anteriormente, quando foi deflagrada a campanha de 1985. Naquela ocasião o Sindicato informou que a partir daquela semana, seriam realizadas assembléias relâmpagos nas portas das fábricas, para mobilizar os trabalhadores e esclarecer alguns pontos da proposta de pauta. Entre as principais reivindicações dos trabalhadores³² costumavam:

30% acima do INPC para quem ganhava até três salários mínimos e 20% acima do INPC para quem ganhava mais de três salários mínimos.
 Reajuste salarial trimestral de 100% do INPC para todas as faixas salariais.
 Piso salarial de Cr\$ 1.141, 815 – salário mínimo calculado pelo DIEESE para o mês de maio de 1985 (ARQUIVO P.O - A CRÍTICA, 06/1985).

Os metalúrgicos também queriam que o fim das horas-extras só fosse permitido mediante acordo com o Sindicato e paga na base de 200% nos dias úteis e 300% à noite, domingos e feriados.

Estabilidade no emprego de um ano para todos os trabalhadores, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários; comissão de fábrica eleita, livremente por trabalhadores e com a estabilidade de dois anos para os seus membros;

³² Esses trabalhadores eram das indústrias metalúrgicas, mecânicas e material elétrico de Manaus.

melhoria da alimentação e do transporte com a fiscalização do Sindicato; a democratização da CIPA, com eleição livre e a fiscalização do Sindicato. O jornal A Crítica (1985) destaca a opinião do presidente do Sindicato: “está sendo feito também pelo DIEESE, o levantamento da situação de todas as empresas de Manaus, para que depois não haja desculpas dos patrões, alegando que a empresa está no vermelho” (R.M - ARQUIVO P.O - A CRÍTICA, 06/1985).

O presidente do Sindicato apostava numa campanha salarial mais divulgada na história do Sindicato, inclusive em nível de comunidade, uma vez que havia pontos na pauta de reivindicações que não eram de interesse só da categoria, mas de toda a comunidade. Para ilustrar, este mesmo presidente salientou a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução do salário, ser, um interesse de toda a sociedade.

O Distrito Industrial de Manaus passou a compor indústrias de alta rotatividade, uma vez que crescia em número de empresas e diminuía o número de emprego. Esta contradição era reconhecida inclusive pela própria SUFRAMA, que registrou um aumento “de 80 novas empresas nos últimos três anos e a redução de 5.160 empregos. Isto apenas nos setores metalúrgicos e eletroeletrônicos”³³.

Esta realidade passou a ser motivo de preocupação da classe trabalhadora que passou a perceber a automação e o aperfeiçoamento das linhas de produção como grandes responsáveis pela extinção de vagas no então Distrito Industrial, além das horas-extras criadas nas empresas, pois cada grupo de oito operários trabalhando uma hora a mais por dia elimina uma vaga.

Um dado interessante é o que nos mostra o jornal A Crítica de 19/06/1985. “A empresa Moto Honda em 1982 possui 2.503 operários; entre 1982 e 1985 demitiu 1.715 operários”.

Em vez de aumentar o número de empregos, diminuía. Esta oscilação de operários desempregados fez surgir um fato novo na cidade de Manaus, a tentativa de invasão de terras.

As sociedades passaram a se organizar para prevenir seus conflitos e solucionar, por meio de pactos de ação e comportamento, os problemas que surgiam da própria natureza da vida. Seu ideário comum passou a ser a busca e consecução de modos de coexistência harmônica, sem prejuízo do fortalecimento de instituições jurídicas, como os tribunais em que os agravos podem ser dirimidos com a distribuição da justiça.

Essas observações iniciais tinham em vista a evolução do desemprego em massa que proliferava no então Distrito Industrial de Manaus no momento em que trabalhadores e

³³ Dados da SUFRAMA – Jornal A Crítica de 06/1985.

empregadores sentavam à mesa de negociação e discussões em torno da pauta de reivindicações que os operários entregavam aos patrões.

Foi um processo lento, gradual, porém, decisivo a entrada em greve por parte dos operários amazonenses. O dia 31 de julho de 1985 foi uma quarta-feira que sacudiu Manaus, o Distrito Industrial de Manaus amanheceu infestado de bandeirolas, faixas e bandeiras gigantescas, em que o sindicato conclamava os trabalhadores a se fazerem presentes na Assembléia Geral que aconteceria naquele mesmo dia às 18:00h, onde juntos decidiriam se a categoria aceitaria ou não a contra-proposta dos patrões.

Nessa ambiência, segundo Thompson (2001, p. 275), reforça-se a idéia de que “o proletariado pode tornar-se consciente de si mesmo somente desenvolvendo a consciência de classe, ao passo que a burguesia, contra quem luta, já é consciente de si”. Pois, se o proletariado é verdadeiramente privado da consciência de si mesmo como proletariado, então não pode se definir assim. Atribuir o termo “classe” a um grupo privado de consciência de classe, ou de cultura de classe, e que não age nessa direção é uma afirmação destituída de significado. Para Thompson (2001, p. 277),

a classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas no interior do conjunto de suas ‘relações sociais’. De tal sorte, que, afinal, nenhum modelo pode dar-nos aquilo que deveria ser a ‘verdadeira’ formação de classe em um certo ‘estágio’ do processo. Enfim, as classes se definem de acordo com o modo como tal formação acontece efetivamente.

Nesse processo, percebeu-se a compreensão da classe empresarial e a sua disposição em enfrentar a greve. Entendiam a necessidade das conquistas sociais dos trabalhadores, dentro daquilo que o então presidente José Sarney falava: a concessão de salário não pode ser feito de uma só vez porque afetar a economia do país.

Quanto ao presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Ricardo Moraes, este acreditava que no caso de ser votada a greve na Assembléia que estava prestes a acontecer, as primeiras fábricas a parar seriam as chamadas “grandes fábricas”: Moto Honda, Evadin, Gradiente, Sharp, Caloi, Semp Toshiba e CCE. As outras parariam aos poucos, em solidariedade e pela própria situação de penúria do trabalhador. A necessidade salarial era tão grande que ninguém iria suportar mais um *não* dos patrões.

Voltar para a fábrica era uma possibilidade, porém, dependia do que o Sindicato estava exigindo, caso houvesse o bom senso nas negociações por parte da patronal tudo seria possível.

O não concedido aos operários pelos patrões provocou um duelo travado no portão de saída da fábrica CCE, entre a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e a direção da empresa. De um lado, o presidente do Sindicato, Ricardo Moraes, escancarava a voz para ser ouvido pela multidão de trabalhadores que deixavam a empresa em direção aos ônibus. De outro lado, a CCE atacava de “Barão Vermelho”, “Paralamas” e “Kid Abelha”, tentando abafar o ato relâmpago dos metalúrgicos.

O presidente do Sindicato suportou por quase trinta minutos a provocação dos alto-falantes da empresa, mas em dado momento não agüentou e passou a agredir a diretoria da empresa de forma mais popular. “Esses alto-falantes deveriam estar dentro do quarto da mãe do diretor da CCE” (ARQUIVO P.O - A CRÍTICA, 07/1985).

Nesse tom, a multidão sentia-se mais inflamada, a ponto de impedir a passagem de carros particulares. A direção da empresa autorizou a saída dos ônibus que transportavam os trabalhadores, enfim, a parafernália foi geral e muitos operários voltaram a pé para suas residências.

A guerrilha entre a segurança da CCE e as kombis do Sindicato dos Metalúrgicos se constituiu numa rotina no Distrito Industrial. Sempre que os metalúrgicos tentavam dar os informes à frente da fábrica, foram colocados para correr com ameaças de violência.

Os diretores da empresa repudiavam as acusações do Sindicato, afirmavam que tudo o que eles queriam era desobstruir o portão de entrada para que os ônibus pudessem passar. Nesse clima de embate e resistência, os trabalhadores ganhavam espaço na mídia.

Ontem o rock pauleira da CCE chegava a provocar dor de cabeça em quem ficasse próximo a uma das várias bocas de alto-falantes espalhados por entre as árvores. Próximo ao portão, num fusca com apenas dois alto falantes, o diretor do Sindicato, Elso Melo, tentava chamar a atenção dos operários na saída, para os informes que o presidente do Sindicato dava um pouco mais acima, utilizando com muito esforço o som da kombi (ARQUIVO P.O. A CRÍTICA, 07/1985).

Assim, nesse estilo “chacrinha”, o presidente do Sindicato perguntava aos trabalhadores: “no caso de o Sindicato convocar uma greve, vocês entram na fábrica ou não?” A resposta era *não* bem suave entre os trabalhadores. Nessa medida tentava-se o amadurecimento do movimento em relação ao poder de decisão de cada um. O trabalhador

precisava construir uma resposta que unisse a todos. Nesse sentido lutaram para fortalecer e ganhar a disputa nos momentos cruciais da decisão.

A voz do chefe imediato soava num tom de repressão dentro da fábrica. “Se alguém se recusar a trabalhar será demitido sumariamente” era a afirmação constante dos supervisores de produção. Ademais, “a pressão em favor da disciplina e da ordem partiram das fábricas, por um lado, e das escolas dominicais por outro, estendendo-se a todos os demais aspectos da vida: o lazer, as relações pessoais, a conversão e a conduta” (THOMPSON, 1987, p. 292).

“Patrões disseram não, assembléia quarta às dezoito horas no Sindicato dos Metalúrgicos”. Esta frase mostrada pelo Jornal do Comercio em 31/07/1985 já denunciava a insatisfação da classe trabalhadora. A greve no Distrito Industrial de Manaus parecia ser inevitável, uma vez que empresários e trabalhadores não conseguiam chegar a um acordo satisfatório. Os empresários fizeram algumas concessões, mas não cederam nas questões essenciais. O Sindicato se via preocupado na tentativa de evitar a greve, mas parecia que era inevitável.

Enquanto os empresários discutiam em sua Assembléia Geral, dirigentes sindicais dos metalúrgicos movimentavam-se nas ruas do então Distrito Industrial de Manaus convocando os operários para a grande Assembléia que, geralmente, acontecia as 18:00 horas para estudar as propostas dos patrões.

A saída dos operários de suas fábricas contava com a presença do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Material Elétrico e Eletrônico de Manaus, que recebia vários bilhetes da CCE, denunciando ameaças aos que aderissem à greve. O teor do bilhete informava o que acontecia nas reuniões com os diretores, gerentes e supervisores, cujo objetivo era convencer os operários a não aderirem à greve prevista para o dia 01 de agosto de 1985, caso as propostas patronais fossem rejeitadas na reunião da categoria.

Além das revelações do que acontecia nas reuniões, os bilhetes denunciavam ainda a pressão feita pelos supervisores aos operários para que estes não faltassem ao trabalho no dia seguinte. Do contrário seriam demitidos por justa causa.

Embora a estabilidade no emprego fosse um dos grandes anseios da categoria metalúrgica, os patrões, em nenhum momento das negociações, manifestaram-se favorável a ela, o que deixou no ar a possibilidade de haver muitas demissões, mas que no geral não amedrontou o operário que continuava acreditando na força conseguida com a greve.

A suspensão da greve iniciada no dia primeiro de agosto foi aprovada pela maioria dos operários em Assembléia realizada na antiga Bola da SUFRAMA³⁴ onde os operários, temendo a declaração de ilegalidade para o movimento paredista pelo Tribunal Regional do Trabalho, votaram na proposta retirada da última reunião entre os sindicatos.

Para os que votaram pela suspensão da greve, “o mais importante conseguido com o movimento não foi o aumento de salários ou os reajustes, mas fundamentalmente a unificação dos metalúrgicos, que durante aquelas primeiras décadas da Zona Franca mantiveram-se em caráter individualmente” (ARQUIVO P. O - A NOTICIA, 08/1985). Principalmente com relação a organização dos trabalhadores que neste estágio consolidavam-se fortes e conscientes de que a luta que, aparentemente não trouxera muitas vantagens, levou os metalúrgicos amazonenses a acreditarem na sua força.

A participação do operariado amazonense nas greves por eles protagonizadas foi de intensa luta e determinação. Ao conversarmos com um dos informantes desta pesquisa, ex-dirigente sindical, obtivemos o seguinte depoimento:

eu participei de uma maneira diferente. Foi assim: eu trabalhava na Sonora na época da primeira greve do Distrito Industrial em 1985, minha fábrica não tinha Sindicato, não havia organização sindical. Éramos subordinados (sindicalmente) à Federação Amazonense de Trabalhadores dirigida por um pelego, bandido, traidor que era o Ricardo Miranda, certo? Na época da CGT. Eram os antigos sindicalistas, os pelegos, a serviço do patrão. Participei dessa primeira greve, quando ainda era funcionário da Sonora. Esta não fazia parte da categoria metalúrgica, nem do pólo eletro-eletrônico. Foi uma greve muito mais difícil do que a que o Ricardo Moraes enfrentou, porque ele era o presidente do Sindicato. E eu dirigia uma greve que não era contra o patrão, era contra a direção do Sindicato. Então foi um momento muito difícil, foi quando eu conheci os companheiros da direção e alguns companheiros de outras fábricas que dirigiam as greves em outros locais, conheci também os companheiros da CUT (H. A entrevista 09/2007).

Este cenário revela novos atores sociais. Estes que enfrentaram os patrões, o próprio Sindicato, que muitas vezes, foi contra a paralisação. A partir desse momento coloca-se um novo desafio para a classe trabalhadora que têm além do patrão perseguindo, também o Sindicato. Apesar disso, os confrontos grevistas foram poderosos. O operariado amazonense, no momento certo, derrotou tanto a patronal como o governo e o Sindicato Pelego. A greve de 1985 marcou a entrada para a história do movimento operário no Amazonas de muitos companheiros que participaram do movimento. Alguns nem sabiam o que era viver aquele momento e tiveram que aprender na “marra”. Após essas experiências preliminares, o

³⁴ A antiga Bola da SUFRAMA era o palco de concentração dos trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus. Hoje este local denomina-se Centro Cultural dos Povos da Amazônia.

operariado amazonense deu início a uma organização mais acertada tendo sua culminância na criação das Comissões de Fábrica, os grupos dentro da fábrica. É bom frisar que a patronal jamais via com bons olhos a atuação de alguns militantes sindicais. Um dos ex-operários ouvidos revelou que,

eu tentei organizar, na época, uma associação para tirar o Sindicato das mãos do Ricardo Miranda, do traidor. Não conclui porque a patronal me demitiu, não deu para tocar o projeto da construção dessa entidade. Aí, eu entrei no Distrito, fui ser metalúrgico, na época. Entrei na Yamaha e aí comecei a ser base da categoria metalúrgica (H.A entrevista 09/2007).

Nos anos oitenta, precisamente em 1985, registrou-se a maior greve no Distrito Industrial de Manaus. A Bola da Suframa pôde contar com a participação de trinta mil trabalhadores. Então o número de trabalhadores marchando nas ruas do Distrito Industrial era enorme. Foi uma das greves de maior repercussão que já houve no nosso Estado, na nossa cidade, foi um momento histórico. Foi uma greve geral da categoria. O movimento foi tão forte que conseguiu abarcar várias outras categorias não participantes da categoria metalúrgica.

Os estudos de Antunes (1997) chamam a atenção para uma disputa teórica onde se tenta construir a idéia de que a classe operária acabou, a classe trabalhadora não existe mais, adeus ao trabalho. Uma forma de pensamento que tenta construir a saída de cena do operariado. Em relação ao Amazonas pode ser até procedente se pensarmos a partir de perspectiva das grandes fábricas como existem no Sul do país. No nosso Estado há um índice de maquiagem muito grande, são as empresas montadoras. Alguns historiadores não consideram esse tipo de trabalhador como classe, como qualificado, então há confusão em torno desse conceito. Mas há uma classe operária nesse Estado que teve uma tarefa histórica, cujo perfil é parte de todo um processo que se tentou fazer em torno da consciência de classe nesse Estado. A origem indígena do operariado amazonense, sem tradição da luta de classe, às vezes, levou algumas pessoas negarem a responsabilidade que o PIM tem. Existia, sim, no então Distrito Industrial os trabalhadores que naquele momento estavam sem referência. Mas quando se trata da década de 80 pode-se dizer que o índice de conscientização do trabalhador enquanto classe social era bastante forte. Esta constatação, o conceito de consciência de classe aqui existente brota da própria realidade, do campo da experiência vivida. Observemos este relato:

na década de 80 não existia uma tradição de classe operária. Nós não podemos nos comparar com o metalúrgico lá da Inglaterra, que o tataravô

dele era do Partido Trabalhista, o tataravô, o bisavô, o pai dele e, ele próprio pagava o Partido, pagava o Sindicato, entendeu? Nós não temos isso, nós não temos essa tradição, isso começa a nascer na década de 80, começa a ter essa construção, essa formação naquele processo ali da tomada do Sindicato. Temos uma missão de transformar aquele conglomerado de gente para fazê-los entender que são uma classe social e que estão dentro de um contexto social onde eles são sujeitos de uma história. Agora tem historiador tradicional que nega, simplesmente porque olha para trás e não vê essa tradição dos nossos antepassados como operários (H.A entrevista 09/2007).

No Estado do Amazonas, especificamente no PIM, os trabalhadores souberam lutar com todas as suas forças e energias para a construção de uma classe consciente e solidária. Passaram por momentos cruéis durante a militância, mas, mesmo assim mantiveram firmes em seus propósitos, buscando alternativas para a sua categoria.

Foi nesse tom de rigidez do patrão e da ousadia operária que os trabalhadores resistiram a todos os momentos de luta, tensão e apreensão na linha de produção, o confronto operário no PIM nos anos oitenta do século passado.

3.2 Recuos, avanços e vitórias nas greves dos trabalhadores do Parque Industrial de Manaus.

A greve dos metalúrgicos de Manaus contou com a participação de advogados de Sindicatos de São Bernardo e de Niterói / Volta Redonda.

Os advogados que vieram para a negociação com os patrões, Maurício Soares, de São Bernardo e Carlos Augusto Coimbra, de Niterói e Volta Redonda, consideraram o desfecho do movimento satisfatório para todos.

Carlos Augusto Coimbra dos Sindicatos de Niterói e Volta Redonda falou aos grevistas em Assembléia na Bola da SUFRAMA que os metalúrgicos de sua terra prestavam a maior solidariedade aos grevistas de Manaus. Na opinião deste advogado “a atitude tomada em Manaus se identifica muito com a realizada, há um ano atrás em Volta Redonda, quando os operários entraram em greve por justos salários”. Elogiou a capacidade de liderança de Ricardo Moraes, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Manaus, e pediu para que todos refletissem sobre a suspensão da greve após ouvirem os itens negociados com os patrões. Finalizando, Coimbra afirmou em palanque que “a grande vitória foi negociar a greve” (ARQUIVO P. O - A CRÍTICA, 08/1985).

No dia 06 de agosto de 1985, os metalúrgicos do PIM aceitaram o acordo. Passaram a ganhar um piso salarial escalonado, sendo dividido em quatro faixas:

“Empresas com até 20 funcionários - Cr\$ 580.000; empresas entre 21 a 200 funcionários – Cr\$ 620.000; empresas entre 201 a 500 funcionários – Cr\$ 660.000; empresas acima de 501 funcionários – Cr\$ 700.000” (ARQUIVO P. O - A NOTÍCIA, 08/1985).

Na negociação entre patrões e representantes sindicais, os metalúrgicos perderam itens de grande relevância para a categoria. Ricardo Moraes, presidente do Sindicato, informou que os itens de estabilidade no emprego e redução na jornada de trabalho de 48 para 40 horas, os empresários não aceitaram nem discutir o assunto. Thompson em uma de suas análises intitulada “artesãos e outros” enfatiza que,

os trabalhadores sindicalizados ainda que mais afortunados, não eram menos radicais – diversos líderes da classe operária, procediam deste estrato, [...] Eles conseguiram manter seu status somente graças a militância sindical; o seu meio de vida lhes permitiu instruir-se sobre os vícios da competição e as virtudes da ação coletiva. Puderam testemunhar a decadência (por algum acidente ou pelo hábito de beber) de vizinhos e companheiros menos afortunados, todos os que decaíam a esse nível eram os que mais necessitavam de reflexão política, mas também os que tinham menos tempo para isso (THOMPSON, 1987, p. 107).

No caso dos trabalhadores do PIM o mais representativo foi a sua militância na esfera sindical, o que manteve o seu status durante a década de oitenta. Jamais testemunhariam o seu fracasso, mas a vontade de vencer as reivindicações de sua época no mundo do trabalho. A mesma coisa não pode ser atribuída ao operariado amazonense. Porém, do ponto de vista da formação de classe, este sempre buscou inspiração nos grandes movimentos. Assim, conseguiu-se o amadurecimento no campo da ação coletiva e militância sindical numa relação de reciprocidade. Thompson (1987, p. 111) ainda lembra que

houve um tempo em que uma viúva com seis filhos de idade variando entre 5 e 15 anos, podia ser considerada afortunada, numa cidade industrial, e em que um mendigo cego era um ‘aristocrata’ na fraternidade dos vadios, com os quais as pessoas de boa visão e sadias desejavam viajar, para dividirem os seus lucros. Um homem cego pode conseguir um guia em qualquer lugar, pois todo mundo sabe que ele sempre recebe alguma coisa.

No caso específico do PIM, era muito comum a aproximação dos operários com os seus chefes imediatos, também nessa perspectiva de tirar algumas vantagens. As jovens “moças” da Linha de Montagens acabavam cedendo aos desejos de seus patrões, cujo objetivo era galgar uma melhor posição na fábrica, adquirindo assim o seu status privilegiado.

A luta por melhores salários e condições de trabalho desencadeou novos desafios para o operariado amazonense. Embora muitos possam insistir na inexistência de uma classe

operária no Amazonas nos primórdios dos anos oitenta, entende-se que a questão da classe não deve ser confundida com os intelectuais que acham que é uma questão marxista, uma questão classista. Não é uma questão marxista, não é uma questão meramente ideológica. Pelo contrário, só se dá a formação com o exercício da questão de classe, quando se tem foco. Neste caso específico o operariado amazonense além de receber a formação, teve, também, o exercício de sua militância o que o constituiu numa pessoa de classe. Vejamos:

quando você se forma advogado, você tem formação de Direito. Logo é advogado, mas não pode advogar. Só advoga quando passa no concurso da Ordem, só então poderá praticar, aí você é advogado. E o operário, quando é que ele se torna operário? À medida que ele reconhece os seus direitos, os seus deveres como operário, ele pode não ter a formação ideológica de operário, de classe, mas ele passa a exercer, ele passa a ter consciência, não pela formação profunda ideológica, mesmo porque isso nunca aconteceu no Brasil em lugar nenhum. É um exercício a prática, eu devo fazer greve, eu devo fazer movimento, eu devo votar para ter uma alimentação melhor. Hoje tem empresa que disponibiliza o selve-service, mas isso, isso já foi uma conquista. Na Phillips, por exemplo, tinha 13 restaurantes, o bandeirão que era para a peãozada, o selve-service para um nível intermediário de chefia, e tinha o ala cart que você podia pedir caipirinha, uísque, cerveja durante o almoço e o peão comia baião-de-dois, o jaraqui frito que é até bom, mas não pode ser todo dia (R.M entrevista 05/2008).

Então são essas as conquistas. A mudança da estrutura (hierarquia) da empresa que era a separação da alimentação. Na Moto Honda, hoje, o operário entra na fila junto com o dono da empresa. Na MASA, Nokia tem 3 tipos de alimentação. Isso não foi dádiva da direção da empresa, foi luta. A CCE chegou a servir galinha podre antes de o Sindicato ser uma direção combativa, a Philco chegou a servir galinha dura. Como é que serve galinha afermentada? Não dá para explicar. Por que melhorou hoje? Foi porque os empresários passaram a ser bonzinho. Não! os operários criaram a consciência de que precisavam ter uma alimentação decente, não foram os empresários que se tornaram conscientes, foram os operários que exigiram. Nesse sentido os trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus receberam toda uma influência e foram inspirados numa historiografia thompsoniana inglesa, considerada uma referência para a construção de sua classe.

A reorganização do movimento dos trabalhadores e do sindicalismo se deu, no Brasil, concomitantemente com a luta pela redemocratização do final dos anos de 1970 até meados da década de 1980. Esse fato ajuda a explicar por que, enquanto nos países centrais estava em curso uma crise sem precedentes do mundo do trabalho e da instituição sindical, aqui estivesse ocorrendo um crescimento da ação trabalhista. Vale dizer, o país assistiu a uma

movimentação sem precedentes na esfera das relações capital/trabalho, no período que vai de 1978 a 1989. a sociedade foi tomada de surpresa.

De repente, os trabalhadores, que raramente eram mencionados nos jornais da chamada grande imprensa e que quando se faziam presentes apareciam apenas nos cadernos de economia, bem como o noticiário do rádio e televisão e, com as greves, naquele período, conseguiram se colocar – de um momento para outro – no centro das atenções política do país inteiro.

Os operários, no primeiro momento de greve, depositavam suas credibilidades na pessoa do dirigente. Este representava a sua principal arma, dirigente era dirigente, apesar de não ser o responsável por tudo. Ele era o “capa preta” que comandava a tropa, era o comandante da batalha. Mas o conjunto dependendo da organização que tinha poderia ter sucesso ou não. Sobre esta demasiada referência depositada no dirigente maior do sindicato, Ricardo Moraes, relata o seguinte:

passsei três dias e três noites sem dormir porque as pessoas achavam que eu não podia estar longe, tinha que estar perto. E não era só eu, os outros dirigentes também. É importante entendermos que os operários tinham essa referência. Isso só se rompeu quando foi criada lideranças nas suas empresas, que houve um diferencial. Aí essa liderança foi dividida com os operários que já estavam organizados dentro da fábrica, foi só em 1986 que isso aconteceu. A greve passou a ser dentro da fábrica, antes era fora, a partir de 1986 a greve passou a ser dirigida dentro das fábricas pelas lideranças de dentro da fábrica e aí a qualidade das greves passa a ser maior (R.M entrevista 05/2008).

O Sindicato dos Trabalhadores ganhou destaque como movimento social atuante na década de oitenta no contexto estadual. Nacional e internacional. As ocupações de terras, por exemplo, constantes naqueles anos, sempre contaram com o apoio do sindicato. Seus dirigentes estiveram dentro desse processo, chamando a atenção para a conscientização, para a questão da organização, mostrando que não era só chegar lá e ocupar a terra, mas saber trabalhar organizadamente.

Em se tratando de formação de uma classe operária no Amazonas (década de 1980) alguns operários, embora concordem que seja prematuro falar, outros afirmam já existir. Vejamos o exemplo:

a primeira greve que nós tivemos no Amazonas foi a de 1985, anterior a essa foi a da APPAM. Uma greve que trouxe um resultado para outros sindicatos, a consciência da luta de classe partiu daí. A partir daí houve

outra em 1985 que foi a dos metalúrgicos. Se não fosse a dos professores que trouxe resultados concretos não havia tanta consciência.

Em 69 e nos anos 70 eu estudava em colégio de padre que era o Domingos Sávio em Belém, e o padre perguntava para mim: ‘quantas empresas de carro o Brasil tinha?’ Nessa época na aula de História eu não sabia, ele dizia: ‘o Brasil não tem nenhuma empresa, todas as empresas de carro são multinacionais ou transnacionais’. Essa explicação nos deixou falar sobre horas-extras, que só trazia resultados para a empresa, nunca para o trabalhador e, quando eu fui participar já nos anos oitenta da primeira assembléia dentro do sindicato, a primeira coisa que o dirigente falou que quem fazia muita hora-extra estava contribuindo para a empresa e não para a classe trabalhadora, porque estava desempregando mais um. Então aflorou uma nova consciência (D.M.G entrevista 10/2007).

É verdade que hoje percebemos uma manifestação muito pontual em relação à luta de classe, e isto nos induz a pensar num novo tipo de trabalhador, com uma nova postura. Certamente nos anos oitenta o seu perfil fosse de um trabalhador mais aberto às discussões, mais politizado, militante e de enfrentamento. É bem verdade que cada época tem seu momento. Nos anos 80 não foi diferente, os trabalhadores passaram por uma ditadura militar, se eles não enfrentassem esse momento, jamais conseguiriam vitórias. Graças a esses enfrentamentos anteriores os trabalhadores conseguiram essas conquistas. Foi um cenário combativo potencializado pelas diretas já por ocasião da democratização do nosso país. Então a partir daí foi uma disputa incansável em 1985, 86, 87, 88, 90 se estendendo até 2000 com Fernando Henrique Cardoso. Em 2002 já com a vitória de Lula a democratização foi maior. Embora possa ainda existir alguns Estados no Brasil que precisam melhorar este cenário.

O Jornal do Commercio, edição de 07/08/1985, trouxe em sua manchete o seguinte: “acordo suspende a greve nas fábricas do Distrito”. Algumas das pautas de negociação foram acatadas pelos patrões. Ao ser feito o comunicado das negociações, os trabalhadores optaram pela não continuação do movimento. Por outro lado, poderia ser decidida uma nova paralisação, caso houvesse tentativas de demissões. Mesmo assim, as denúncias já se faziam presentes, pois havia fábricas que estavam com as suas listas de demissões, como foi o caso da Moto Honda, Philco e Sharp.

Quanto aos recuos, avanços e vitórias nas greves dos trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus, é bom lembrar o depoimento de uma de um dos nossos sujeitos desta pesquisa.

Eu acho que uma das greves que foi bonita dentro do sindicato foi a da Phillips, foi uma greve que não teve recuos. Por quê? Porque eles não queriam negociar. Foi uma greve de resistência, todo mundo dentro da fábrica, naquele perfil de fazer a conquista mesmo. E qual foi o motivo da greve da Phillips? Foi justamente por conta do copo descartável, papel

higiênico que não podia ser reciclado, porque eles davam aquele ‘poeira da poeira’. Era por conta também do aumento salarial, da diferença de salários entre mulheres e homens e, teve a grande resistência. O mais bonito era que a Phillips não fica no Distrito, fica na Torquato, mesmo assim, os trabalhadores ajudaram. Teve muita campanha, de doações. Conseguimos arrecadar toneladas de doações lá no Sindicato. Era um negócio muito salutar (toneladas de arroz, feijão). Então, fazíamos a cesta básica e entregávamos para os trabalhadores que estavam em todos esses dias de greve. Assim, o Sindicato saiu vitorioso, venceu, ganhou tudo. Conseqüentemente, houve muitas demissões, mas, foi um processo de conquista. As demissões hoje representam o tanto de trabalhadores presentes no centro de Manaus que passaram pelo antigo Distrito. Embora hoje estejam atuando num outro tipo de negócio, eles foram militantes e ajudaram a construir e a fazer a sua história. Se você questionar: você fez greve na tua vida? Fiz, aonde? Foi demitido? Fui. E, aí o que que tu achaste? É claro que ele deve falar eu fui demitido por causa da greve, o Sindicato não me ajudou. Mas dentro do contexto macro ele foi o colaborador do processo de organização dos trabalhadores pelas conquistas que hoje têm, ele nem se dá conta disso. Hoje, por exemplo, o sindicato tem uma grande conquista que é o décimo quarto salário. Tem empresas, por exemplo, que nem a Moto Honda, que chega a pagar 3.000,00 para o trabalhador, foi uma conquista dos trabalhadores, foi uma conquista na década do Elso Melo, que lutou, que brigou contra isso, hoje que estão pagando na gestão do Waldemir Santana (S.C entrevista 09/2007).

Pode-se dizer que foram mínimas as opiniões favoráveis dos trabalhadores para a continuação da greve. O movimento entraria no estágio de ser julgado e, “pela Lei Trabalhista Brasileira poderia ser considerado ilegal e o piso salarial dos trabalhadores ser legalmente fixado em 419 mil cruzeiros, para todas as faixas, podendo ainda o reajuste trimestral ser anulado” (ARQUIVO P. O - A CRÍTICA 08/85).

Para o advogado Maurício Soares³⁵, o movimento foi de grande importância porque conseguiu paralisar o então Distrito Industrial, para ele foi uma vitória a paralisação e as reivindicações conquistadas pelos metalúrgicos, embora em sua análise, considerasse que os trabalhadores amazonenses dessa categoria, mesmo tendo o sindicato mais combativo do Norte do país, ainda não tinha força e organização necessárias para levar a greve, por mais alguns dias, o que poderia acarretar uma derrota para os trabalhadores, que, naquele primeiro momento, poderia ser considerado uma desmoralização, além de um retrocesso de conquistas sociais.

O medo de decisão na justiça fazia com que durante os discursos, os líderes sindicais esboçassem a intenção de aceitar a proposta patronal de quatro faixas salariais. No entanto, era preciso saber levar isso aos operários de forma a convencê-los.

³⁵ O advogado Maurício Santos também assessorou os mais de cinquenta dias de greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo-SP.

O advogado Maurício, a essa altura, estava conseguindo conscientizar os operários que a hora era de decisão, de não deixar a greve ir para a justiça, porque após o julgamento só poderiam tomar duas atitudes: baixar a cabeça e voltar ao trabalho ou continuar a greve contra a justiça.

Em São Bernardo, isso já havia acontecido e os operários saíram perdendo. Embora os operários amazonenses fossem ousados e corajosos, era um risco temer. Assim registra-se na história do movimento operário uma vitória política, porque houve um grande avanço no bloco político, embora no bloco econômico não tenha sido satisfatório, mas foi bem melhor do que o piso que seria estabelecido em dissídio coletivo.

Os meios de comunicação local divulgavam, através do Comando da Polícia Militar do Estado do Amazonas, 5ª Seção, o percentual de paralisações nas indústrias do Distrito Industrial, até o último dia 05 de agosto de 1985.

Dia 01 de agosto de 1985:

CCE – 10%; Douglas – 82%; Evadin – 35%; Frata – 35%; Neo Life – total; Moto Rádio 20%; Phillips – 50%; Springer -30% após almoço; Semp Toshiba – paralisação total; Caloi – paralisação total; Moto Honda – 60%; KDG – 16 pessoas pararam.

Dia 02 de agosto de 1985:

Bosh – 50% dentro da fábrica; Cedasa – 90% fora da fábrica; CCE – 10% fora da fábrica; Evadin – 54% fora da fábrica; Gradiente – 40% fora da fábrica; Philco – 30% fora da fábrica; Moto Rádio – paralisação total; Sharp – 42% fora da fábrica; Springer – 35% fora da fábrica; Telefunken – normal; Sony – todos foram dispensados; Sanyo – normal; Semp – 60%; Phillips – 40%; Douglas – paralisação total; VTA – 8%; Ericsson – normal; Frata – todos dispensados; Neo Life – paralisação total; Gentek – 60%; Coelma – paralisação total; Climazon – normal; Mutidata – 50%; Toko – 50%; Caloi – paralisação total; Moto Honda – paralisação total; Digiponto – normal.

Dia 04 de agosto de 1985:

Bosh – normal; Sedasa – 55%; CCE – 8%, (250 em greve 100 faltaram); Evadin – 48%; Gradiente – 35%; Philco – 20%; Moto Radio – 25%; Sharp – 24%; Springer – 17%; Telefunken – 2,5%; Sony – normal; Sanyo – 8%, Semp Toshiba – 68%; Phillips – 40%; Douglas – 82%; VTA – 8,4%; Ericsson – normal; Frata – 30%, Neo Life – 90%; Gentek – 50%; Coelma – normal; Mutidata – 25%; Toko, Caloi – paralisação total; Moto Honda – 45%; Digiponto – 45%; BSR – normal (Arquivo P.O. Jornal Diário do Amazonas – 07/08/1985).

Após o retorno ao trabalho, os trabalhadores amazonenses sempre temeram as demissões. Todos foram unânimes em achar que os trabalhadores, mesmo retornando, iriam de cabeça erguida, só temendo pela retaliação por parte dos empresários, uma vez que eram esperados para os próximos dias, demissões. Principalmente dos líderes nas diversas unidades

fabris. As greves do PIM revelaram para a classe trabalhadora momentos de recuos, avanços e vitórias. Um dos nossos entrevistados fez um balanço deste ato nos seguintes termos:

em 86 nós fizemos uma greve no Distrito e que houve uma consequência de mais de 4.000 trabalhadores demitidos. Eu não era um dirigente formado como eu sou hoje. Logo, não pude contribuir muito. Os companheiros que dirigiam o movimento acabavam não democratizando as discussões para que a gente evitasse aquela catástrofe, mas aquele momento para nós foi uma resposta dos patrões ao ano anterior de 85 onde eles levaram uma derrota. Eu trabalhava na Yamaha e eu peguei justa causa nesse dia, eu e mais quase duzentos companheiros pegamos justa causa. Ainda chegamos a ser preso por causa dessa paralisação, além de ser demitido, ainda entrava no camburão da polícia para ir para a delegacia. Essa foi uma derrota que nós enfrentamos. Mas, derrota sempre é derrota ela causa refluxo no movimento, inibe o militante, joga para baixo a perspectiva do novo enfrentamento, enfim, causa grandes seqüelas no companheiro que participa do movimento que ele chega a ser derrotado pelo patrão, e depois leva anos para você recuperar auto-estima, a garra dos companheiros, não é fácil (H.A entrevista 09/2007).

Ao analisar a greve dos trabalhadores metalúrgicos e de material eletroeletrônico do PIM, o então candidato à Prefeitura de Manaus, Aloysio Nogueira, ressaltou o avanço político dado pela classe operária de Manaus e condenou a posição dos políticos em negar apoiar grevistas e os partidos que se aproveitaram da greve, demagogicamente, para tentar conquistar a simpatia dos trabalhadores. Ele se referia às declarações do candidato do PMDB à Prefeitura, Manoel Ribeiro, que se posicionou contra a greve. Para ele, a oposição de Manoel Ribeiro

não surpreendia ninguém, pois o candidato do PMDB, por haver sido presidente da Associação das Empresas Exportadoras da Zona Franca de Manaus e, por isso, representava os interesses dos patrões, não poderia, então, estar ao lado dos operários (ARQUIVO P. O - A CRÍTICA 08/85).

Enfim, o TRE homologou a Convenção Coletiva. Com esta homologação, mais de vinte mil operários parados voltaram a trabalhar.

O Acordo Coletivo de Trabalho, segundo dados coletados na Pastoral Operária em Manaus, estabeleceu quatro faixas salariais para pequenas, médias e grandes empresas: nas empresas com até vinte operários, o salário era de Cr\$ 580 mil; até 200 operários, Cr\$ 620 mil; até quinhentos trabalhadores Cr\$ 660 mil e mais de quinhentos operários, Cr\$ 700 mil. As últimas propostas dos trabalhadores estabeleciam as seguintes faixas: 630, 690, 750 e 800 mil cruzeiros, depois de ter recuado do piso de Cr\$ 1.141 mil e de mais de dois blocos de faixas diferentes. Dentre outras coisas ficou acertado que as horas extras teriam acréscimo de

10% sobre os 40% pagos na época (totalizando 50%) nos dias úteis e 100% nos sábados, domingos e feriados. Não haveria redução da jornada semanal de trabalho e nem a estabilidade. Os dias parados seriam pagos parceladamente em dois meses.

No final da década de 1970, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo se notabilizou na esfera pública ao defender a liberdade e autonomia sindical; a organização dos empregados nos locais de trabalho; o fim do Controle do Ministério do Trabalho sobre os Sindicatos; o direito de greve; a negociação direta entre patrões e empregados sem a ingerência do Estado, entre outros aspectos. “O conjunto dessa passagem resultou, paulatinamente, na construção de uma nova forma de atuação no campo das relações trabalhistas que, posteriormente ficou conhecido como “novo sindicalismo” (RODRIGUES, 2003, p. 301).

Foi nesse clima de recuo, avanços e vitórias nas greves dos trabalhadores do PIM, precisamente em 1985, que o movimento operário se firmou como expressão ético-classista dos trabalhadores. A Igreja na pessoa de José Maria (Secretário da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB/Norte I) afirmou que “a luta deveria continuar e contar também com a ajuda de outras entidades que ainda não haviam se pronunciado”.

O Monsenhor Pinto, que se encontrava, na época na Arquidiocese de Manaus informou que o assunto foi ventilado durante a reunião com o arcebispo de Manaus, Clóvis Frainer, que deixou em aberto para que cada Igreja que quisesse fazer a sua doação, poderia fazê-la.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos essa doação dava mais fôlego ao movimento grevista e deixaria a todos com certa margem de tranquilidade.

Na relação patrão versus empregado as denúncias de maus tratos eram constantes no Sindicato da categoria.

Ah, porque a menina queria trocar o absorvente, ela não pode, foi demitida. Penso que essas cenas, até hoje devem acontecer, claro que com menos frequência e pouco divulgada. Mas eu acredito, porque recentemente já houve uma greve por papel higiênico então eu acho que a pressão continua por conta do processo produtivo (S.C entrevista 09/2007).

Se, por um lado, o operariado enfrentou momentos delicados de enfrentamento com seus patrões, por outro lado, tiveram espaço para o lazer durante a sua militância. Neste caso destaca-se a festa que se revela como um ato positivo. Neste ato todos se encontravam para comemorar, ninguém ficava de fora. Evidente que após a comemoração o cidadão, lamentavelmente, passava dois, três meses, e era demitido. Na relação patrão/chefe de

produção, supervisor/reserva e montador o operário sempre foi a grande vítima. Nesta situação é oportuno registrar o seguinte relato:

eu lembro lá na fábrica onde nós trabalhamos. Trabalhei na Sharp de 88 até 92. Nesta empresa havia um supervisor que era muito duro. Um colega chegou comigo e disse ‘amigo a companheira Sandra está passando mal e o supervisor não deixa ela ir ao ambulatório’. Ao me aproximar da linha, ela desmaiou, eu queria que ele tomasse providências, ele não tomava. Então eu carreguei-a na marra e sai correndo lá da Comptron até o Serviço Médico carregando-a. O problema dela era hemorragia e estava sangrando. Aquele supervisor sugiu tanto a menina que ela estava nervosa, vendo o sangue derramar, acabou que desmaiou. Então, para mim a atitude desse rapaz foi uma violência muito grande contra uma companheira, sem tapa, sem nada. Aquela atitude desumana quase acabava em agressão física entre mim e ele, eu tentei agredi-lo, dar umas porradas nele. Mas o pessoal se meteu, eu fiquei tão indignado com aquilo, aquele comportamento *bestial* dele. A companheira passou quinze dias de licença se recuperando. Foi um absurdo (H. A entrevista 09/2007).

Esta é uma das atitudes desumanas pelas quais passaram os trabalhadores, muitas outras atrocidades foram cometidas sobretudo contra as mulheres. Afora isto, os trabalhadores foram protagonistas de inúmeros festejos e vitórias e, obviamente, com muita repressão por conta do próprio momento.

A visão que se tem do Sindicato dos Trabalhadores hoje não é mais aquela de que esteve sempre a serviço do operariado amazonense. É óbvio que ele não está de qualquer jeito. Mas as forças políticas enfraqueceram, evidentemente, em função do processo de reestruturação produtiva ainda presente nos dias atuais. O movimento sindical, hoje, passa por um momento delicado em que impõe-se um novo modo de fazer política, diferente daquele estilo dos anos oitenta.

3.3- Espaços de luta e sociabilidade operária

O interior das fábricas representou o palco para o crescente número de grupos de operários organizados. Para isso foi incansável a atuação dos grupos dirigentes, um trabalho muito longo. Esses trabalhadores saíam nos finais de semana ou à noite de todos os dias. Cada dirigente do Sindicato tinha que visitar um operário na sua casa. Sua tarefa além de participar das reuniões, era, também, de levar informações para o Sindicato. Aqueles que eram simpáticos ao Sindicato passavam a fazer parte da categoria e se organizar junto com os operários dentro do Sindicato. Este novo membro passava a ser dirigente na fábrica dele com um grupo de dez a vinte pessoas em cada empresa.

Em 1986 quando aconteceu a greve estavam 100% das grandes fábricas organizadas. Elegeu-se 20 fábricas (Moto Honda, Gradiente, Phillips, Evadin, CCE, Yamaha, Sharp) e, assim sucessivamente as grandes empresas da época. Este momento qualificou verdadeiramente os operários como responsáveis pelo movimento e não apenas os dirigentes. Embora a força da representação dos dirigentes fosse muito forte, essa distribuição de função, essa socialização da liderança foi fundamental para o surgimento de novos líderes.

Na época estava surgindo a lambada que era uma tendência musical de ginga e embalo na dança. Este estilo com muito molejo foi inserido na festa por ocasião da greve. A festa ajudou a tirar a monotonia da greve, aquela cara dura da greve. A introdução da festa na greve se constituiu numa questão positiva, porque o operário sentia-se no seu espaço e externava sua subjetividade.

A greve é minha, o espaço é meu, eu sou o dono da greve, esse espaço é meu. Eu sou o dono da greve, eu danço, eu canto, eu namoro. Na época o pessoal namorava muito na sombra, no pátio da empresa. Assumiram esse espaço como deles. O que eles não faziam durante o dia no almoço, no café da manhã, passaram a fazer. A liberdade de expressão só se faz quando tem certeza da sua liberdade. Para exemplificar, o pessoal diz assim: - tem mulher que se separa porque o seu marido não dança, não leva para festa, então lá na fábrica também era privado esse direito, de repente ela dizia eu tenho esse direito eu vou aqui dançar, vou brincar, vou abraçar, vou beijar, é minha a greve, eu estou em greve, e pronto. Não era uma coisa que divertia, que destoava da greve, não, ao contrário, fortalecia porque era uma coisa dele, era um exercício de liberdade da greve, era um espaço construído na consciência dos operários em formação (R. M entrevista 05/2008).

O depoimento deste ex-dirigente sindical revela a importância atribuída à festa pelos operários amazonenses. Para eles as greves eram, mais do que descanso ou diversão, porque elas eram concebidas como se fossem suas, e não preparadas para eles. Neste cenário, os próprios grevistas são os músicos, eles deixam de ser meros expectadores, para se tornarem atores de um espetáculo onde são as principais personagens. O modo como os operários se comportavam durante as manifestações grevistas, traduz todo um sentimento coletivo do que representa cada momento de sua militância. Eles transgrediam seus espaços porque se sentiam libertos da fadiga e do marasmo que era sua função na linha de produção.

Eles encontraram no espaço da greve, além de uma sociabilização, a festa como um ato de construção cognitiva, uma vez que nesta ocasião a festa possibilitava a abertura para a luta e sociabilidade operária que, segundo Blass (apud. PERROT, 1992, p. 21) “desfazem a conduta de horários rígidos, as cadências alucinantes e introduzem em uma existência fatigante e sem trégua, a liberdade do lazer”. Em consonância com Blass (1992), a festa na

greve, pode acontecer ou não depende das suas circunstâncias. Esta autora afirma que “dificilmente é preparada para tornar-se uma festa, na medida em que resulta das atividades imprevistas e espontâneas que surgem no desenrolar das lutas sociais” (BLASS, 1992, p. 17). Ela faz uma distinção entre manifestação e festa. Comparando suas características, verifica-se que,

[...] a festa se encontra mais próxima da tradição, repetindo o ritual de reunir as pessoas com o objetivo de celebrar, comemorar. A manifestação, ao contrário, exprime a atualidade, a conjuntura, sendo pontual e mais fugaz; mesmo que seja pouco espontânea, ainda assim é possível apresentar algum grau de imprevisibilidade em seus desdobramentos [...] a festa nem sempre apresenta uma conotação política ao passo que a manifestação sempre o faz (IDEM, p. 17).

Concordamos genuinamente com esta autora ao reafirmar que embora estas duas idéias sejam distintas, elas interpenetram-se de tal modo que, em alguns lugares, a festa se transforma em manifestação e, em outros, é a manifestação que empresta o ritual da festa.

Os informantes desta pesquisa foram unânimes em afirmar que sentiam saudades daquele tempo, concordam em achar importante lembrar. Nos dias de hoje esta lacuna está aberta, há uma necessidade daquele tempo. É óbvio que cada um passa por um momento da sua vida, faz a sua tarefa e vai passando.

A questão da festa do nosso operariado é diferente do operariado do sudeste e do sul. Aqui o povo é muito cativante, diferente. Então esta é uma situação particular. A partir do ponto de vista do que é a luta operária, de certa forma, a festa, embora fosse encarada como um ato positivo, mas em alguns casos ela acabava destoando os trabalhadores de alguns pontos do movimento. Todavia, do ponto de vista da identidade operária local, requer uma análise diferenciada. Assim, o ato da festa era positivo porque impedia que houvesse depredação da fábrica, angústia em função das perdas posteriores. Entende-se que a festa como espaço de luta e construção cognitiva contribuiu de forma significativa para a formação da consciência operária no Amazonas.

Era no ato da festa que se presenciava a expressão mais clara da alegria do operariado amazonense, embora para eles o sentido da festa fosse mais abrangente, porque era neste ato de exaltação coletiva, que eles expressavam o espírito de liberdade e o prazer de transgredirem as normas sociais, de romperem interditos. Ainda segundo Blass (1992, p. 20) “nesse processo, redefini-se o próprio significado de transgressão, ou seja, é uma contraversão, que não se reduz a idéia de banditismo ou baderna”, como a classe patronal

pensava na década de oitenta em relação à atuação do movimento operário quando se tentava a construção do novo sindicalismo no nosso Estado.

Foi nesse clima que foram comemoradas não só as vitórias, mas, também, o entusiasmo do operário amazonense. Era humanamente impossível impedir a festa, mesmo quando a direção sindical não admitia. Os operários faziam desfiles, transformavam o lado monótono da greve e, revelavam suas qualidades amazônicas expressando a alegria e a sua arte. É justamente nesta perspectiva que acontecem os primeiros trabalhos voltados para a categoria operária.

Inicialmente o trabalho da formação se deu de forma muito organizada, contou com o apoio de outros sindicatos experientes, como o Sindicato de São Bernardo. Chegava até aqui história do movimento de São Paulo, de Lula, de outros sindicalistas que estavam surgindo naquela época. Os operários recebiam jornais, cartilha lá do ABC. Logo, surgiu o grupo da FASE que já havia realizado um trabalho de formação no Sindicato Rural de Santarém (PA). A FASE foi mais uma parceria na formação política do operariado amazonense. Durante a sua atuação priorizou-se a questão da classe, que era muito difícil. O operário não se reconhecia como pertencente a uma classe. Aceitava sim ser um cidadão, um trabalhador.

Mas, trabalhador para ele não era ser operário. Isso foi muito difícil ser trabalhado. Ricardo Moraes lembra que,

trabalhar uma sindicalização com uma ideologia operária de luta, ou seja, vamos engrenar no Sindicato, vamos ser uma máquina, inclusive o símbolo era com a mão. Fomos trabalhando isso com muito panfleto, folder, fomos trabalhando a vida do operário, como era a vida em casa, o que ele tinha em casa, como era tratado na fábrica e, aí, esta idéia foi adquirindo novos ares. O 'O Parafuso' foi o primeiro jornal (quando éramos oposição) nós criamos o Jornal parafuso, sua duração foi até a nossa chegada ao Sindicato. Quando chegamos ao sindicato criamos a "Linha de Montagem", outro jornal, quer dizer o da oposição ficou para traz, 'O Parafuso' só foi até chegar ao Sindicato como oposição. Depois nós criamos o Linha de Montagem (que existe até hoje), tínhamos este jornal como principal instrumento de comunicação entre a direção do sindicato dos trabalhadores. Depois, nós precisávamos estudar para ter uma ação operária, para se tornar realmente a fazer um exercício do operário, qual era a diferença entre o operário e o dono da empresa, não existia, dentro da fábrica todos eram amigos apesar da distância entre o salário dele, a vida dele e a vida do diretor da empresa. Então nós fizemos a primeira greve em 1984, assumimos em fevereiro de 84. Em maio de 84 fizemos a primeira greve na Sanyo, os empresários ficaram tão perdidos que eles deram estabilidade no emprego de seis meses para os trabalhadores (R. M entrevista 05/2008).

Começa a preparação para a primeira grande greve (nesse ano não teve uma greve geral, teve só essa greve). Somente em 1985 acontece a primeira greve com o intuito de fazer exercer o papel do operário. O operariado elaborou a sua pauta de reivindicações incluindo tudo aquilo que o Distrito não tinha. Isso para poder qualificar como classe, como classe operária.

É evidente que naquela época os trabalhadores não tinham o papel higiênico, as mulheres eram proibidas de trocar o *modess* quando estavam menstruadas, era proibida a mulher engravidar, não tinha água potável, quando precisavam pegavam na torneira, a alimentação era do jeito que eles bem entendiam, o salário não se discutia, enfim. O direito de eleger os representantes da CIPA era um direito do empresário e não do operário. O movimento era mesmo pela dignidade, realmente pela cidadania, esse cidadão como classe se chamava operário.

Em 1985 aconteceu a grande greve geral. Essa greve conquistou em 1985 o direito significativo que poucas pessoas sabem, depois virou lei, precisamente em 1985, na Constituição de 84. A mulher passou a desfrutar da estabilidade no emprego, desde o primeiro dia que ela comprovasse sua gravidez e os três meses depois no período maternidade. Com a Constituição de 1988 foi analisada para 120 dias ou quatro meses. Mas a primeira conquista desta estabilidade foi aqui em Manaus, os operários do Amazonas e, isso garantiu a qualificação de classe. Quando se luta tem direito, quando não há luta não se conquista direitos.

O movimento sindical brasileiro não é mais o mesmo dos anos 80 e isto não foi um erro dos operários, faz parte do movimento da história. O que devemos enfatizar e reconhecer são o fato de eles terem conquistado novos direitos dos quais foram protagonistas naquele tempo. A Reforma Agrária é um exemplo disso. Hoje já existe a Lei da Reforma Agrária, dos Sem Terra, que não tem terra ainda, mas avançou muito a Reforma Agrária a partir da luta operária.

Os estudos de Marlene Ribeiro (1987) denominado “De Seringueiro a Agricultor / Pescador a Operário Metalúrgico” - explica como se travou os conflitos de terras no Estado do Amazonas. Ela revela que foi

nesse processo vivido pelo trabalhador, que independentemente de sua vontade, o ‘molda’ agricultor/pescador, operário, no Amazonas, permeado de contradições, que vão do desejo de ser patrão e obter lucro, à luta para se libertar, que muito lentamente vai se formando a classe e a consciência de ser uma classe (RIBEIRO, 1987, p. 155).

A intensificação dos conflitos pela posse da terra coloca para os trabalhadores a necessidade de reorganizar os seus sindicatos. A exemplo do agricultor/pescador, o operariado lutou contra a Lei de Segurança Nacional e a Lei foi extinta. Lutou pela liberdade e autonomia sindical, o que resultou nas centrais sindicais legalizadas. Isto representou uma leva de conquistas. O salário mínimo, não era o de hoje do governo Lula, mas houve uma história para o salário mínimo não ser tão mínimo quanto era. Essas questões foram conquistadas, não foram concedidas espontaneamente. Ricardo Moraes tem exímia clareza do cenário que era antes, hostil aos trabalhadores, do que é hoje a atual conjuntura. Ouçamos:

O salário mínimo hoje é discutido no Congresso Nacional, eu não preciso fazer greve. O Congresso Nacional aprovou uma Lei que é de acordo com o avanço do PIB, eu devo discutir isso, eu como operário não discuto mais isso, meus dirigentes podem discutir junto com o operário, mas não precisam fazer greve. Eu não posso pedir um salário maior do que o PIB. Hoje se o país está crescendo meu salário vai crescer, então é bom que o país continue crescendo. Tem uma Lei se aumentar o PIB x por cento vai aumentar proporcionalmente o ganho do salário mínimo, aquilo que era luta hoje não precisa. Naquele tempo não tinha a representação dos operários no Congresso Nacional. Hoje o presidente era um operário, foi uma conquista muito grande, a conquista do poder, hoje o Ministro da Previdência Social é conduzido por um ex-operário, e, assim sucessivamente. Outros órgãos são dirigidos por operários isso tudo foi conquista do sindicalista porque o Lula era um (R.M entrevista 05/2008).

O trunfo do PT para chegar ao poder foi a militância sindical. Hoje visualizamos outras formas de luta do operariado. Exemplifica-se, aqui, a luta de classe pela aquisição da casa própria. Esta é uma bandeira muito importante, lutar pela casa própria. Ninguém vai doar dinheiro para custear a casa do operário. Portanto, deve-se lutar para reduzir juros, custos, impostos, abrindo possibilidades para se conseguir o imóvel sem o preço intermediário. Recentemente o sindicato dos metalúrgicos encerrou as inscrições para a casa própria são em torno dos três conjuntos habitacionais destinados aos operários do Amazonas.

No campo da luta operária a resistência era marcadamente defensiva, caracterizada pelas freagens e o “amarrar” da produção que refletiam

de um lado, a criatividade no plano da espontaneidade operária, e de outro, os limites imanentes a essa forma de luta. Por vezes com um componente mais acentuadamente classista e coletivo, ora mais grupais e parciais ou mesmo expressando ações isoladas, estas manifestações foram inequívoca expressão da repulsa operária. Implicavam, na maioria das vezes, a diminuição do ritmo da produção (operação tartaruga), a sabotagem ou fabricação de uma mercadoria defeituosa (operação boicote), esquecimento dos crachás identificadores para ingresso na fábrica (operação amnésia), não realização de trabalhos não previstos pela profissão (operação quebra-

galho), etc., uma gama de recursos que denotavam o descontentamento e a rebeldia operária (ANTUNES, 1992, p. 14).

No Pólo Industrial de Manaus os trabalhadores também souberam driblar a pressão dos patrões. Para isso, a direção sindical, durante as reuniões que aconteciam quase que diariamente, distribuía folhetos de orientação para as ações que seriam empreendidas a partir do dia seguinte. Entre outras orientações, recomendava-se o seguinte:

saia de casa trazendo comida, vazilha para água, toalha e chapéu para se proteger do sol; desça do ônibus na porta da fábrica e fique junto dos companheiros em frente da empresa; se a sua empresa colocar os ônibus para dentro, ao descer, dirija-se para fora da fábrica e se junte aos companheiros em greve; ninguém deve temer os chefes e puxa sacos na parte da empresa. Só confiam nas informações trazidas pela equipe do Sindicato. Trabalhador confia em trabalhador (ARQUIVO P. O – A CRÍTICA 04/1985).

Diante das noções comportamentais levadas aos grevistas, constata-se que o sindicato organizava os operários de forma a manter uma greve pacífica, rejeitando as provocações. A orientação principal se constituía na não permissão de qualquer tipo de desordem ou depredação. Desse modo, todos os trabalhadores souberam aguardar inúmeras vezes, na porta de sua empresa, a chegada da equipe do Sindicato. Eles recebiam Cartilha de Comportamento.

Neste contexto, Silva (2003), demonstra que o Novo Sindicalismo do final dos anos de 1970 já vislumbrava a esperança de que estaria esgotada a oscilação pendular de parte de nossa história republicana entre populismo e autoritarismo, tornando-se evidente os sinais de autonomia do movimento operário. Em síntese, “a autonomia torna-se, em alguns trabalhos, um conceito referido às lutas operárias à margem de qualquer institucionalidade que não seja produto da criação original dos próprios trabalhadores” (SILVA, 2003, p. 41).

Nos dias de hoje comprar um apartamento num determinado lugar, dar uma entrada de mil reais, vamos supor, que não é a casa do operário, daqui há seis meses mais cinco mil, há mais seis meses mais cinco mil. Um operário para comprar uma casa popular não pode fazer isso, uma casa com a prestação de duzentos, daqui há seis meses ele terá que dar mil reais? Não. Porque ele ganha seiscentos, no máximo oitocentos. Como é que ele vai poder guardar mil reais?

Hoje a bandeira de luta do operariado amazonense gira em torno da casa própria, o direito integral à saúde, as lutas institucionais, a luta em defesa do meio ambiente, pela educação ambiental, responsabilidade social das empresas, que a Prefeitura e o Estado saneiem os igarapés, dentre outras. As bandeiras de hoje são totalmente diferentes, pela

qualidade nutriente da alimentação para nossos filhos, porque as bandeiras políticas já foram conquistadas.

Hoje, o Brasil é um país dirigido por um governo que se integra mais às classes subalternizadas do que outras. A luta foi árdua para termos um governo democrático-popular, apesar de muita gente ainda passar fome.

Todos falam em educação, mas ninguém educa o ignorante, por exemplo: qual é a proposta do Estado e da prefeitura para eliminar o analfabetismo? Não tem. E essa é uma bandeira fundamental do Sindicato para sair do corporativismo.

À medida que você saneia o igarapé melhora a vida de muita gente, à medida que você planta mil árvores você melhora a respiração de muita gente. Então as lutas são institucionais, são várias bandeiras institucionais. Ser mais inteligente na questão da educação, na questão da alfabetização de adultos. Atualmente o espaço da luta e sociabilidade operária é outro e, sem dúvida, incomparável àquele dos anos oitenta.

Um novo tipo de analfabetismo adentra este cenário, o analfabetismo da tecnologia. Aqueles que detêm capital intelectual (conhecimento) e aqueles que estão antenados com o mundo e as relações sociais (network), têm chance de inserção no mercado. Como nos disse um dos entrevistados, “se eu não te conheço como é que eu vou à procura de emprego, ou vou te vender se não sei o que você produz, o que você compra, eu preciso estar integrado no mundo. Essas são as bandeiras atuais” (R.M entrevista 05/2008).

Não é só a bandeira do salário. A bandeira do salário acaba sendo uma pobreza de um Sindicato que não luta, porque esta bandeira é natural. Um operário não pode ganhar menos que dois salários mínimos. Neste caso ele trabalha até as 13:00 horas da tarde, em seguida ocupa a sua tarde inteira para vender banana. Ele pode também trabalhar a tarde ganhando um salário mínimo e voltar de manhã para vender jaraqui e completar mil e quinhentos reais. Enfim, é melhor pagar oitocentos e trabalhar o dia inteiro do que receber quatrocentos (salário mínimo) e ficar o dia inteiro preso numa linha de montagem.

O cotidiano deste operário se inscreve numa nova maneira de abordagem social, o que para Silva (2003) representa a “história vista de baixo” que tem sido um campo fértil para esse tipo de abordagem. Vários historiadores têm procurado em um emaranhado de fontes os significados que homens e mulheres anônimos imprimiram às suas vidas, criando e manifestando representações e atos nem sempre congruentes com os temas dominantes. O poder e a política constituem uma rede de relações na qual atuam forças instáveis e permanentes movimentos de oposições, são também uma possibilidade de os “de baixo” extraírem recursos materiais e simbólicos de circunstâncias plena de ambigüidade e tensões.

Como os operários deixaram poucos registros sobre suas vidas, menos se desvenda o que realmente pensavam. É nesse sentido que tentamos ouvi-los falar parte de suas experiências, a partir de uma série de fontes, que nem sempre tiveram a intenção de ser a expressão de sua própria voz.

Os vínculos com advogados, jornalistas, políticos e intelectuais não eram apenas uma opção instrumental para a mediação dos conflitos nos limites da ordem e do direito. Havia também a aposta de que a educação e a tomada de consciência dos trabalhadores dependiam da intenção esclarecedora de intelectuais saídos da burguesia. Na década de oitenta, ainda não se ouvia falar em crimes envolvendo disputas pelo controle da direção do sindicato. Silva (2003, p. 437) afirma que os trabalhadores uniam-se para manter a organização do trabalho que eles criavam, a saber:

uniram-se para manter a organização de trabalhos que eles mesmos criavam. Sobrevivem ao Regime Militar e os ventos liberais que, a todo transe, pretendem ‘desregulamentar’ o setor sob o argumento de que no mundo capitalista não passa de corporativo populismo sustentar a antiga organização de uma categoria que insiste em ‘viver sem patrões’.

O espaço vivido pelo operariado na década de oitenta, além de reuni-los em prol de seus ideais, também, recebeu a contínua presença da expressão patronal por meio de Circulares Internas. No caso da Springer, o Departamento de Relações Industriais tentava sanar ou equilibrar as manifestações operárias nos seguintes termos:

1. Desde ontem, dia 15 de julho, estão reunidas as comissões representando o Sindicato dos empregados e o sindicato das empresas, visando estabelecer a Convenção Coletiva para o período agosto/85 – julho/86.
2. Nossa empresa enquanto trabalha, acompanha com interesse as negociações e procurará manter os funcionários informados sobre o andamento das negociações.
3. Temos todo interesse que seja feito um acordo bom para ambos os lados e para isto é necessário que todos nós permaneçamos tranquilos e serenos para facilitar o andamento das negociações.
4. É necessário evitar boatos, transmissão de informações falsas etc. para não prejudicar as informações verdadeiras.
5. Nossos funcionários que sempre foram ordeiros, pacíficos e trabalhadores, deverão permanecer neste mesmo procedimento lembrando inclusive os seus familiares que dependem exclusivamente de seu trabalho para a subsistência.
6. Enquanto as negociações prosseguem, temos uma missão a cumprir, um trabalho a realizar dentro de nossa empresa (e é o que faremos).

Atenciosamente,
Departamento de Relações Industriais³⁶.

³⁶ Era o que traduzia a Circular Interna expedida pelo Departamento de Relações Industriais da Springer National da Amazônia S.A. de 16.07.1985 aos operários.

Nesse clima, os patrões tentavam conter seus funcionários. Embora estes soubessem que trabalhavam por um prato de comida, que se diga de passagem pago, não pelas empresas, mas sim pelo governo do Estado, através do ICM que restitui, e pelo Governo Federal, por meio do Programa de Alimentação do Trabalhador.

“A greve dos metalúrgicos acabou algumas horas atrás. Estou escrevendo na Sede do Sindicato, ainda no calor da luta. A indagação que martela a minha cabeça é a seguinte: valeu a pena?”³⁷. Com esta reflexão, o operariado fazia suas várias leituras, pessoal e intransferível. Era dessa multiplicidade de visões que convergiam para um ponto comum, surgindo, assim, a matriz de uma nova sensibilidade. Afinal, era a hora de contar os mortos e feridos e respirar aliviados, porque escaparam todos. Os trabalhadores voltaram às fábricas de cabeças erguidas, porque não houve derrotados. Nem vitoriosos. Houve um entendimento, um consenso, um acordo mútuo. As horas paradas seriam repostas da melhor maneira possível e isso iria depender de cada empresa. A greve serviu para trazer uma série de reflexões a todo aquele, que, dentro da sociedade foi envolvido com ela. Mesmo indiretamente.

Embora o espaço fosse de todos, como de praxe, pessoal ligado a partido político também dividiu esse território. O artigo de Simão Pessoa publicado no jornal “A Crítica” denunciava:

o pessoal ligado ao PCdoB agiu como um Midas ao contrário: onde eles tocavam, virava merda – Além de agredir dois diretores do Sindicato (Élson e Ionacy) queriam capitanear a greve para fazer proselitismo babaca e filiar os grevistas. Quando aprenderão a não misturar as coisas (política partidária com política sindical) é algo que, sinceramente, não saberia responder, mas fica a advertência.

Lamentavelmente, o espaço de luta e sociabilidade operária se complicava ainda mais quando neste cenário, transitavam pessoas com este perfil. Apesar das divergências, pode-se dizer que o operariado do PIM vivenciou não só momentos repressivos por parte do empresariado. Mas valeu a pena porque refletiu à classe empresarial o adotar de novas posturas comportamentais de seres civilizados, não de guardas pretorianos.

Em toda democracia existem impasses e compete aos envolvidos resolvê-los da melhor maneira possível, como foi feito. O mais era revanchismo, que cheirava a Velha República, que cheirava a Ditadura. (ARQUIVO P.O – A CRITICA 08/1985).

A solidariedade operária abriu caminhos para uma tomada de ação do trabalhador do PIM. A informação de que os trabalhadores estavam organizando um Fundo de Greve

³⁷ Esta expressão é de Simão Pessoa, engenheiro, poeta e diretor do Sindicato dos Metalúrgicos (Arquivo P.O - Cf. Jornal A Crítica 12/08/1985).

espalhou-se rapidamente pela cidade. Em todos os segmentos sociais o apelo repercutiu, impreterivelmente, nas associações e entidades de classe. Na Igreja: as missas de domingo (04/08/85), recolheram donativos dos fiéis para os grevistas; no meio artístico: o poeta Dori Carvalho³⁸ declamou três *poemas operários* aos trabalhadores da Zona Franca de Manaus, a saber:

O CHEIRO DO POVO

O povo fede assim,
para que os senhores
possam cheirar bem,
o cheiro do povo
é o cheiro que vem dos senhores,
de suas minas, suas fábricas,
caminhões e máquinas,
para que os senhores possam
cheirar bem.

ENCHENTE

Como as águas desse rio
que correm para o mar
a liberdade, aqui,
um dia há de chegar.
espocando feito pororoca
arrastando o velho,
desaguando o novo,
inundando de alegria
a cara do povo.

AS TETAS DO POVO

Fiquem aí os senhores,
mamando nas tetas do povo,
enquanto o povo
mama nas tetas das pedras,
mama nas tetas da fome, cuidado!
Muito cuidado, senhores,
qualquer dia
as pedras viram armas,
qualquer dia
a fome vira raiva
qualquer dia
a casa cai.

Além da contribuição artística no sentido de clamar pelas melhorias em prol dos trabalhadores, também houve o clamor da própria sociedade, demonstrando atitudes e compartilhando de modo solidário. Um gesto humano mais do que simbólico sensibilizou os

³⁸ Dori Carvalho é poeta, ator e livreiro. (Arquivo P.O - Cf. A Crítica de 12/08/2008).

dirigentes sindicais: uma senhora idosa pobre, de classe popular subalternizada foi ao sindicato deixar a sua contribuição ao fundo de greve, conforme registra o jornal nos seguintes termos:

Uma velhinha de sessenta anos foi à sede do Sindicato, com um pequeno embrulho nas mãos. Era uma mulher visivelmente pobre e humilde. E foi com toda a humildade que ela entregou ao Fundo de Greve meio quilo de café, **para os meninos que querem ganhar para ajudar a família a não passar fome, como ela fez questão de deixar bem claro** (ARQUIVO P. O - A CRÍTICA, 08/85).

O gesto desta senhora remonta todo o espírito da solidariedade operária, ou seja, uma compreensão da sociedade civil em relação aos trabalhadores do Parque Industrial de Manaus. Na década de oitenta a ação coletiva era algo presente nos corações e mentes da humanidade, todos lutavam em prol das causas comuns, oposto do que visualizamos na sociedade capitalista, globalizada, onde o senso da sociabilidade perdeu sua importância. Na década de oitenta, segundo Blass (1992, p. 10) “o imaginário político, os vínculos afetivos criados no desenrolar das lutas, a solidariedade e paixões envolvem-se nas práticas grevistas”. Hoje a luta pelo que é “nosso” perdeu completamente a sua preferência em detrimento do que é “meu”. As lutas sociais não mais envolvem a coletividade, perderam seus referenciais.

O salto político do operariado amazonense foi grande, pode-se dizer que houve uma mudança qualitativa em relação aos anos passados de *pelegagem* sindical. Patrões e operários tiravam suas lições do movimento. Os patrões ficaram sabendo que os trabalhadores de Manaus não vendiam suas forças por um prato de comida; e os trabalhadores operários, tornavam-se cada vez mais conscientes de que, nos próximos desafios, deveriam ser menos emotivos e mais racionais, em suas decisões.

Por dentro da fábrica o confronto patronal era bastante duro. Algumas empresas colocavam a polícia dentro da fábrica. A chefia de divisão, chefe de produção, seus auxiliares batiam pesado com os trabalhadores. Quem não obedecesse era demitido por justa causa para mostrar que os patrões tinham forças. Graças a uma pequena organização que os trabalhadores tinham, a consciência de classe, até por força da referência com São Paulo que fazia sua greve dentro da fábrica, em alguns casos eles resistiram. Nessa época já conseguiram organizar algumas comissões de fábrica, a empresa Caloi, por exemplo, foi a primeira empresa a conseguir uma comissão de fábrica no Estado do Amazonas.

Hoje percebemos uma manifestação muito pontual em relação à luta de classe. Cabe-nos pensar: será que na década de oitenta os trabalhadores eram mais politizados, mais militantes e de enfrentamentos? O que houve, afinal? Para responder a tais questionamentos

exige-se uma análise cautelosa. Atualmente convive-se com o tempo da política neoliberal. Essa política neoliberal apresenta-se com três abrangências: a questão política, social e a econômica. O que acontece? A classe trabalhadora da década de 80 comportava o perfil do trabalhador para o trabalho, poucos estudavam e, os que não estudavam reuniam, discutiam, participavam de cursos, de atividades e de formação que ajudavam nos enfrentamentos contra o governo, produzindo, assim, novos dirigentes no movimento operário.

A política neoliberal enxerga essa escola de guerra. Como há uma reestruturação no mundo do trabalho. “O mundo do trabalho, principalmente nos países desenvolvidos, se modificou rapidamente, e o consenso protetor do *welfare state* foi sendo substituído pela dieta neoliberal” (RAMALHO e SANTANA, 2003, p. 12).

Há uma reestruturação na questão educacional. Os trabalhadores da década de 80 buscavam a saída para os seus problemas conjuntamente enquanto classe social. Viam que sozinhos não podiam resolver o problema para saírem da miséria. Por outro lado, a política neoliberal ganha os dirigentes sindicais, os partidos de esquerda, boa parte das direções quanto à discussão de que o operário está perdendo o emprego porque não está qualificado. Isso não procede. E porque não procede? Porque há dois tipos de desemprego: o estrutural e o conjuntural. Qual é o desemprego conjuntural? É aquele que quando chega o final do ano o patrão concede férias coletivas, demite alguns e deixa-os na expectativa de serem convocados no início do ano seguinte. O estrutural é aquele desemprego que surge porque o capitalista reestrutura a fábrica, ele investe em tecnologia, reduz a mão-de-obra, deixando o trabalhador sem a esperança do retorno para o mercado de trabalho.

Neste quadro, o trabalho, segundo estes autores, passou a assumir novos formatos “e os atores sociais, descentrados deles, pareciam não mais querer identificar-se nos marcos genéricos da classe e de suas correlatas máquinas de representação, como partidos e sindicatos [...]” (SANTANA e RAMALHO, 2003, p. 12).

As políticas de proteção ao indivíduo, dentro e fora do trabalho, foram sendo substituídas por políticas de aumento da competitividade³⁹. A própria avaliação sobre a desigualdade social mudou de perspectiva. O que se pensava antes na ótica do Estado de Bem-Estar, como problema a ser tratado, como aumento dos benefícios sociais, passava sob a nova ótica do Estado-Mínimo.

Para resolver esse problema e dar uma justificativa para a sociedade os capitalistas disseram o seguinte: não, vaga tem, o problema é que não tem qualificação, e aí o Sindicato

³⁹ Ver estudos de RAMALHO; SANTANA “Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. IN: “Além da Fábrica. São Paulo: Boitempo, 2003.

em de vez construir as mobilizações, em vez de investir na formação política, começou a abrir cursinho, escola, dar formação profissional, fazer o papel do Estado para tentar qualificar esse trabalhador e jogar no mercado de trabalho, apesar de saberem que isso era negativo.

A explicação para isto é simples: o sindicato, apesar de compreender que essa atitude não era positiva para o trabalhador, ele se recusa a enfrentar a classe patronal, a assumir uma postura de dirigente, de classe que ele tem que ter, enfim, já foram ganhos (convencidos) pelo projeto neoliberal de colaboração de classe para com o patrão e o governo. Nesse sentido convencem o trabalhador que à noite em vez de ir para o Sindicato se preparar, ele tem que cursar a faculdade, ele tem de fazer um curso profissionalizante.

É visível a contribuição do Sindicato para disseminar a política neoliberal, para manter aqueles dirigentes, aquela casta sem concorrência, impedindo o aparecimento de novas lideranças, restando aos dirigentes desta categoria administrar enormes aparatos em nome dessa casta que se cria no mundo do trabalho, e que estão alheios aos problemas dos trabalhadores. Então, qual é o problema hoje dos trabalhadores, a diferença da década de 80 para esta década que estamos vivendo? Os trabalhadores de hoje tentam solucionar o seu problema de modo individual. E qual é a solução de seu problema individual? Ah, eu vou fazer a faculdade, eu vou virar doutor, eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo. E aí a gente vê um número enorme de profissionais jogados no mercado de trabalho, sem perspectivas de emprego que não tem e, o desemprego cada vez aumentando mais. Foi necessário o operariado compreender este processo como uma necessidade de reorganizar, urgentemente, tudo isso. Resgatar esse momento provoca certa saudade daquele tempo? Vejamos o que diz um dos sujeitos desta pesquisa:

eu particularmente, não tenho. Não tenho porque para mim eu continuei na luta, continuei na militância, então eu tenho o privilégio de trabalhar numa categoria hoje que ela não parou de lutar, nenhum momento sequer, hoje sou funcionário público, sou funcionário dos Correios, então eu tive esse privilégio de ir para uma categoria que ela me deu a oportunidade de continuar a minha militância. Quando eu entrei nessa categoria eu tive que ter uma tarefa a mais não só uma regional, como uma tarefa nacional, então eu não tive muito porque ficar assim meio nostálgico. Sinto hoje a saudade dos nossos companheiros daquela época, não tenho mais esses companheiros que travaram essas grandes batalhas do meu lado. Muitos, hoje, estão do lado dos inimigos da gente na época e, por conseqüência, são meus inimigos também. Eu estava agora na greve dos Correios e eu me senti tão mal porque eu estava no meio de vários garotos assim como eu era na década de oitenta (H.A entrevista 09/2007).

Durante os atos da militância, o território fabril serviu de palco para a realização de atividades prazerosas, a festa, por exemplo. Pode-se dizer que, em parte, foi um ato positivo. Por outro lado foi até negativo porque se tende a ver a dialética em tudo, nada é 100%. Mas significou a descontração dos trabalhadores. A greve era muito cansativa. O operariado tinha que se ocupar em algumas atividades, onde ele pudesse se distrair junto com os demais companheiros.

A empresa Sharp do Brasil S.A, assim como outras empresas do PIM, foi um dos palcos de uma greve que teve sua duração de quarenta dias. Durante toda essa permanência o operariado verificou formas de ocupação dos colegas, em relação aquele tempo considerado por muitos, ocioso. Bastava a rotina alienante da fábrica. Os trabalhadores, ao sentarem na linha de produção podiam pensar que não estavam fazendo nada. Pelo contrário, estavam realizando um negócio muito importante, escrevendo a história da sua classe. Neste caso era sempre bem vindo utilizar jogo de baralho, dominó, ping-pong, as lambadas que, na época, eram músicas da hora, para envolver os companheiros e distraí-los. Embora fosse lamentável a presença daquele companheiro que ao entrar no movimento consumia sempre uma *cachacinha* e, alguns perdiam as estribeiras. Nesse sentido foi um balanço negativo para o movimento, principalmente para os que dirigiam a luta, onde se exigia atenção no sentido de que nenhuma atitude pudesse denegrir a luta do movimento. Ao trabalhar com as pessoas existia o pacto significativo que não se podia utilizar a repressão. Nada disso podia acontecer. Alguns trabalhadores acabaram até extrapolando em determinado momento. Porém, jamais comprometeu o significado da luta que estava se travando. Mas devido os pontos positivos e os pontos negativos, não se pode afirmar um balanço de 100%. É compreensível entender que o operariado teve um aproveitamento de 80% de acertos na execução de seus atos e 20% de erros, revendo, assim, um balanço muito positivo (H.A. entrevista 09/2007).

Em determinados momentos, a festa construída durante a paralisação tinha mais o sentido de distração do que um mecanismo planejado de conscientização do grupo de trabalhadores. O seu ápice acontecia mesmo após as paralisações para comemorar, essas coisas todas, traduzindo toda a satisfação da classe trabalhadora. Nesse sentido, cabe a seguinte reflexão: como você vê hoje o Sindicato da categoria. Ele ainda está a serviço do operariado? Nossos depoentes assim afirmaram:

não. Inclusive essa é minha tarefa hoje, o que eu desempenhei na década de 80, ou seja, construir um pólo de resistência que tomasse o Sindicato e colocasse-o a serviço da classe trabalhadora. Eu estou começando a fazer isso tudo de novo porque esses grandes lutadores da década de 80 foram cooptados pelo sistema, pelo governo, pelos patrões. Hoje eu vejo foto de companheiros que dirigiram grandes mobilizações do lado do Amazonino Mendes, do lado e abraçados com o Gilberto Mestrinho, homens que foram responsáveis pelas mortes, prisões, desagregação de lares, perseguição a vários companheiros. Agora vejo grandes generais nossos no exército do

inimigo, prestando serviços para o exército do inimigo. Isso me deixa muito triste. Eu não tenho saudades daquela época porque a minha trajetória no movimento operário nunca parou, eu sempre continuei a travar grandes enfrentamentos com a patronal, com o governo, alguns momentos foram grandes, outros momentos foram menores, mas eu sempre fiquei em cena nesse processo político (H. A entrevista 09/2007).

lento, muito lento. Deixou de existir as formações, que é o fator fundamental. É com a formação dos seus associados, dos grupos de fábricas que se adquire a energia e força. Não vejo mais isso, uma formação política (F. C entrevista 09/2009).

As falas dos ex-militantes atestam um diferencial percebido ainda nos dias de hoje. Isto não é um fato novo no movimento sindical. Na década de oitenta também já havia o rompimento de idéias, um processo de cooptação constante que tirou do cenário da luta sindical trabalhadores e trabalhadoras que aderiram outras tendências ideológicas. O sindicato dos metalúrgicos deixou de priorizar o espaço para a formação política, a reflexão e o aprendizado da classe trabalhadora.

O espaço da greve teve um mérito muito grande: o de provocar uma reflexão na comunidade a respeito do modelo socioeconômico da Zona Franca de Manaus. Nessa medida, o artigo do economista Serafim Corrêa, publicado em 05/08/2005 por A Crítica, em plena greve já dizia o seguinte:

Nos anos que antecederam a criação da Zona Franca – 65/66 – o êxodo do Amazonas para Belém, Brasília, Rio e São Paulo era muito grande. O interior teve a sua economia desarticulada pela saída de cena da SNPP e do Banco de Crédito da Amazônia e a alternativa que restou aos nossos irmãos do interior foi o deslocamento para os centros urbanos (ARQUIVO - P.O - A CRÍTICA 08/1985).

É bom lembrar que nesta época Manaus não dispunha de emprego. As pessoas foram obrigadas a descer o Rio Amazonas até Belém, e de lá para Brasília, Rio e São Paulo. A Zona Franca foi uma maneira de segurar essas populações em Manaus, evitando o inchamento daqueles centros.

As empresas do PIM, até então, tinham todos os incentivos e mais a mão-de-obra barata. Sem dúvida, a mão-de-obra metalúrgica mais barata do Brasil.

Atualmente somos um país que apresenta uma carência de mão-de-obra. Jamais se pode avaliar isto como ruim, assim como dizer que seja o paraíso ou o inferno. A falta de mão de obra no Brasil é o sinal de que o país está crescendo bastante, a demanda está aquecida precisa de mais gente para trabalhar. Mas é triste no sentido de verificar que a gente que está disponível não está preparada para o novo trabalho, para as novas ocupações.

É óbvio que o pessoal trazido de outras regiões do país e que vinha avidamente ganhar o seu salário parece que não está saindo em razão dos planos sociais. Hoje, no Brasil, temos um fenômeno novo. Não há apenas falta de mão-de-obra qualificada, há também falta de mão-de-obra não qualificada. É oportuno ilustrar, a construção civil que ao tentar buscar pessoas no nordeste, em São Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo aqui em Manaus, atualmente enfrenta um grande desafio, identificado como o grande competidor no mercado de trabalho que são benefícios sociais, a bolsa família, a previdência social que tem tido aumento expressivo importante. Isto fez com que no Nordeste, por exemplo, a família que é extensa, não é apenas a família nuclear, quatro, cinco, seis pessoas, uma ganha uma bolsa daqui outra dali, então a renda é de oitocentos e novecentos reais. Talvez esse seja o nosso ponto de vista porque segundo aquelas pessoas elas consideram que está havendo uma melhoria de vida, o consumo melhorou significativamente.

Como se sabe, na década de oitenta, a classe média tinha uma visão de que o grevista era um baderneiro. Cabe uma palavra daquele que acha ser a greve uma questão de segurança. E mais: de Segurança Nacional. A esse respeito entende-se que o modelo econômico da Zona Franca, este sim e não a greve era um caso que devia preocupar aquele que tem a obrigação de pensar a respeito da Segurança Nacional.

Ao dialogar com um dos sujeitos desta pesquisa sobre o que mudou em relação à mobilização da massa trabalhadora, obtivemos o seguinte quadro.

Hoje teríamos que mudar alguns aspectos. Existem várias teorias no âmbito da ciência. Há uma teoria muito forte que tenta se impor, o pós-modernismo. Este que prega não só a história, mas a narrativa da história. Isso está muito presente na grande maioria das pessoas que estão envolvidas nesse processo. Acho que tudo é fundamental. A história está aí para contribuir. As experiências, a globalização, o avanço das tecnologias, a tecnologia da informação está aí, acho que nós temos hoje muitos caminhos a seguir, para retomar esse movimento, é um processo de reconstrução tendo como parâmetro a velha história. Ninguém pode achar que tudo está perdido e não podemos mais conquistar nada. Hoje o caminho é voltar-se para o processo da conquista, da qualidade de vida, da qualidade de pensamento da sociedade. O Marx diz o seguinte: o socialismo é a consequência porque o capitalismo não é eterno, ele vai ter um fim. Nós não podemos achar que a derrocada não é possível, só quem pode provocar essa derrocada é o proletariado.

O movimento sindical é muito importante, não é mais o principal, mas ainda é importante porque hoje temos uma mão-de-obra qualificada. Atualmente fica fácil você trabalhar com uma mão-de-obra qualificada, embora muitos discordem deste princípio afirmando ser mais difícil. Não é que seja difícil, apenas houve mudanças e o operariado não atentou para esse processo. Muitos abandonaram seus estudos ainda na década de oitenta. Conseqüentemente ficou confuso para esta categoria entender o aspecto conjuntural que se aproximava nos meados dos anos noventa.

Isso você só consegue com muita dedicação, acho que hoje estou retomando o movimento ético, social, organizacional dessa nova reconstrução, tenho absoluta certeza que estaremos de novo dando o que falar. Não sei se vou alcançar, estou completando meio século de vida este ano, espero comemorar numa boa recepção que pretendo fazer para os meus novos companheiros, uma celebração de um século de minha vida. Acredito que a mulher é uma das maiores empreendedoras políticas. Em bem pouco tempo ela vai aflorar como principal instrumento de direção e elemento qualificado para recompor esse movimento histórico (E.M entrevista 04/2008).

A presença da mulher em situações desta natureza sempre foi de rebeldia operária. Só para lembrar no processo de construção da consciência de classe,

elas foram as primeiras a comporem idéias, dificilmente uma fábrica onde tinha a maioria mulheres deixou de parar, sem elas não se fazia a greve. Elas tinham a determinação. Elas têm uma importância enorme, a própria formação da nossa chapa infelizmente nós não conseguíamos, lógico que o desafio está colocado, na época, para as mulheres. É um processo que cabe a nós hoje, um pouco do que a jornalista Ivânia Vieira trata em seu trabalho intitulado ‘O discurso operário e o espaço da fala da mulher’, então é mais ou menos por aí. A mulher precisa ocupar mais esse espaço de direção que até hoje ela não conseguiu. Elas precisam. Há casos de mulheres que romperam sua relação com a chefia, algumas delas casadas com a chefia de fábrica, acabavam rompendo com o seu casamento. A mulher era espontânea na tomada de decisão. Agora precisa ser mais firme para ocupar o espaço de direção (E.M entrevista 04/2008).

Sem dúvida, os trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus, principalmente as mulheres, ganharam visibilidade política nos anos oitenta na sociedade brasileira através dos seus movimentos. O reconhecimento do conflito e a possibilidade de negociar transformaram seus representantes em interlocutores válidos, cuja presença política não podia ser ignorada, nem pelo governo nem pelo empresariado.

A presença feminina nas greves foi significativa nos anos oitenta. Elas ocuparam, muitas vezes, a linha de frente no campo político combativo. Essas mulheres brigavam, iam até o fim, enfrentavam policiais, xingavam patrões, entre outros. Porém é lamentável quando se toca em resgatar a singularidade dessa presença no âmbito institucional, referente às reivindicações, negociações com o patronato ou atividades sindicais. Os estudos de Blass (1992, p. 145) confirmam que, “nesse âmbito, a atuação feminina mostra-se, em geral, pouco expressiva. Nos sindicatos franceses mais feminilizados que contam com excelentes oradoras, é muito raro ver uma mulher ocupar a tribuna”.

No Amazonas não foi diferente. As formas de expressão da mulher passaram por outros caminhos porque, utilizavam, principalmente, o corpo e a voz. Nos motins elas sempre agiam coletivamente, era com o corpo que elas lutavam, principalmente a voz.

A presença das mulheres na greve, como na de 1985, pode ser por si só, considerado um ato de transgressão social. As formas irreverentes ou selvagens de atuação grevista das mulheres, na visão de muitos, invertiam a ordem, instalavam a desordem e a ironia, que compunham o cenário da festa na greve de 1985.

Para Torres (2005) essas mulheres não foram atraídas por um projeto de vida gloriosa fora do sindicato. Elas enfrentaram situações de grandes dificuldades no âmbito da vida material em face das exigências do mercado no que se refere aos critérios de escolarização e jovialidade impostas pela reestruturação produtiva. Conseqüentemente, elas aprenderam a lidar com as tensões das relações sociais, reconhecendo os limites de atuação na esfera pública e procurando vencer de acordo com suas estratégias.

Boa parte das lideranças femininas que fizeram a história da classe trabalhadora nos anos oitenta passou a viver o grande dilema quando se pensou numa reintegração no mercado de trabalho. Isto não significa que elas tivessem feito opções erradas nas suas vidas. Mas era necessária uma harmonização entre a militância e a vida particular. Como nos mostra Torres (2005, p. 274),

os sonhos e utopias não se identificam com as estruturas do mundo, mas estão dentro delas por intermédio das pessoas que se recriam nelas como um processo. Não coincidem totalmente com nenhuma alternativa histórica concreta, situam-se para além numa perspectiva de abertura para adiante.

É neste tom que as mulheres abraçaram outras causas. Elas lutam para descortinar novos horizontes nas suas vidas. O tempo perdido pela causa operária não recebeu o reconhecimento por parte de seus pares (homens). Apesar disso, elas continuam lutando, buscando alternativas no sentido de preencher esta grande lacuna que ficou em suas vidas. Os sonhos e utopias apesar de não serem condizentes com os dias atuais, mas permanecem nos seus corações e mentes quando se pensa em vencer. Como lembra Scherer (2005, p. 88) “o desejo de retorno às indústrias do DI deve-se à possibilidades da carteira assinada. Com essa representação simbólica, os trabalhadores se sentem mais seguros e, ainda, pelo fato de o emprego formal garantir os serviços sociais”.

Esta vontade ficou tão latente no imaginário dessas mulheres que acabaram enveredando por outros caminhos. Suas lutas continuaram e continuam no sentido de buscar o reconhecimento da sociedade por meio da ocupação do seu espaço.

Afinal, elas são referências para novos sujeitos sociais femininas, as novas gerações. Nesse sentido, a sua inserção na história social acaba questionando os modelos de análise, até

então usados, e requerendo outras técnicas de pesquisa, que extrapolem a narrativa escrita. Este é um caminho aberto aos futuros pesquisadores interessados em aprofundar novas abordagens relacionadas a gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revela exatamente o momento em que os trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus entraram em cena. Esses novos personagens que souberam construir, sensibilizar e fazer a luta de classe nos anos oitenta do século XX. Podemos dizer que o convívio com estes trabalhadores no Pólo Industrial de Manaus, onde também fui operário, foi primordial para a compreensão da história do operariado no Brasil e especificamente no Amazonas. Além disso, também foi significativa a contribuição obtida por meio de fontes jornalísticas.

Do ponto de vista da organização e do conflito tivemos momentos determinantes na história do operariado amazonense, conseguimos visualizar exemplos da importância que tiveram as mulheres neste campo de ação. Do mesmo modo a ação dos homens como seres representativos de uma classe.

A década de oitenta se caracterizou pela abertura política (em que o regime militar implantado no país em 1964 ia dando seus últimos suspiros) e pela transição para o regime democrático, considerado um período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, reintroduzindo este importante ator no cenário político nacional. Sem dúvida esta década foi o palco das festas em agradecimentos, época em que os trabalhadores souberam vencer, com galhardia e tenacidade, perseverança e fé todos os obstáculos até chegarem aos dias atuais. As conquistas foram significativas no campo social, político, econômico e cultural. Quem teve um grande papel na classe trabalhadora foi a mulher por representar um número bem expressivo na Linha de Montagem, mas sua atuação como militante na busca de resultados se intensificaram mais nos anos 90.

Hoje tanto a atuação do homem como da mulher mudou muito. Não existe mais a escola de formação política do operariado amazonense. Fica difícil saber se este operariado tem consciência de sua classe e se sabe realmente se o seu sindicato está a seu serviço.

Os trabalhadores do Pólo Industrial de Manaus precisam entrar em ação de modo mais eficiente e eficaz, é certo que vivemos um novo momento. E, por isso mesmo, precisa estar inteirado dos novos desafios do mundo do trabalho. Desafios estes que exigem do trabalhador no campo da militância um novo perfil para organizar-se em classe.

Como bem salientamos no decorrer desta pesquisa, hoje somos um país que apresenta uma carência de mão-de-obra. Jamais se pode avaliar isto como ruim, assim como

dizer que seja o paraíso ou o inferno. A falta de mão-de-obra no Brasil é o sinal de que o país está crescendo bastante, a demanda está aquecida e precisa de mais gente para trabalhar

Até mesmo para a realização desta pesquisa as dificuldades de acesso aos arquivos do Sindicato da categoria não foi viável. Isso deixa evidente o pouco caso pela preservação da memória histórica, o que não é prioridade para os seus dirigentes. Contamos, outrossim, com a grande contribuição da Pastoral Operária e da CUT para o resgate da história deste movimento.

Enfim, trabalhar este tema significou recuperar marcos de grande relevância social para o operariado amazonense. Uma vez que a década de oitenta do século XX foi o palco das maiores manifestação do trabalhador operário em todo o Brasil. Trazer esta contribuição para a academia e para os trabalhadores significa também resgatar uma história “vista de baixo”, que para alguns poderia ser ignorada como ciência. Assim, a intenção deste trabalho é fazer com que os operários do Pólo Industrial de Manaus possam revisitar o seu passado.

E mais ainda, visualizar os grandes movimentos grevistas e as formas de enfrentamento entre os operários e patrões no PIM. Esses trabalhadores, nos anos 1980, reagiram às diversas medidas abusivas. Hoje, porém, o confronto se dá de formas diferenciada porque está em jogo o emprego e a redução da classe operária. Está em curso uma nova concepção de mundo do trabalho, que vê o trabalhador como aquele que deve estar apto a enfrentar grandes desafios. Houve quebra de paradigmas, atualmente a disputa é global, o trabalhador tende a se conectar cada vez mais para atender aos desafios do mercado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M.H.T. de. **O sindicalismo brasileiro entre a conservação e a mudança**. In: Sociedade e Política no Brasil Pós-64, São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- ALVES, Giovanni. **Limites do sindicalismo – crítica da economia política**. Bauru, Projeto editorial Práxis, 2003.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- ANTUNES, Ricardo, 1953 – **A Rebeldia do Trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**, 2ª Ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1992.
- _____. **O que é sindicalismo**; coordenação Vânia Sant’Anna – São Paulo: Brasiliense, 2003.
- BLASS, Leila Maria da Silva. **Estamos em Greve: imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. **Novo Sindicalismo: persistência e descontinuidade**. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.), **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo: Vozes, 1999.
- BOITO JR., Armando. **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **“História Política”**. Texto apresentado na mesa-redonda: “Perspectivas metodológicas da produção de pós-graduação em História Política” do XVIII Simpósio Nacional da ANPUH, realizado em julho de 1995 em Recife. Publicado na Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 17. 1996.
- CARONE, Edgard. **Movimento Operário no Brasil (1945-1964)**, vol. II. São Paulo: Difel, 1981.
- CHAIA, Miguel Wady, 1947. **Intelectuais e Sindicalistas: a experiência do DIEESE, 1955-1990** / Miguel Wady Chaia. Ibitinga/SP: Humanidades, 1992.
- COSTA, Francisca Deusa Sena da. **Manaus e a Imprensa Operária: o discurso trabalhador também exclui**. In: Amazônia em cadernos, nº 2/3. Manaus: EDUA, 1993/1994.
- DIAS, Luciana. **Santo Dias: quando o passado se transforma em história**. In: DIAS, Luciana, AZEVEDO, Jô, BENEDICTO, Nair (Orgs.). São Paulo: Cortez, 2004.
- DOIMO, Ana Maria. **A Vez e Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: AMPOCS, 1995.
- FALJONE, Ademar. **Práticas das Negociações Sindicais**. São Cristóvão, RJ: ed. Ébano Gráfica Editora Ltda., 1984.

GIANNOTTI, Vito, 1943- **História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOMES, Angela Maria de Castro, 1948. – **Cidadania e direitos do Trabalho** / Ângela de castro Gomes. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GORZ, Adré. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Florense Universitário, 1987.

HÉBETTI, Jean. **A Luta Sindical em resposta às agressões dos Grandes Projetos**. IN: HÉBETTE, Jean (Org.). **O Cerco está se fechando**. Belém: NAEA-UFPA/Vozes, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Mundos do trabalho**. Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedron. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LENIN, Vladímir Ilitch. **Que fazer?** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Texto escrito em 1899, In: Sobre os sindicatos**. São Paulo: Liv. e Ed. Polis, 1979.

LOSANO, Jorge Eduardo Aceves. **Práticas e estilos de pesquisa na História Oral contemporânea**. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da História oral**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

LUKÁCS, George. **História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista**. Portugal: Escorpião, 1974.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Global Editora, 1988.

NOGUEIRA, Arnaldo J. F. Mazzei. **Emergência e Crise do Novo Sindicalismo no Setor Público Brasileiro**. In: RODRIGUES, Iram Jácome (Org.). **O Novo Sindicalismo: vinte anos depois**. São Paulo: vozes, 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Classes Sociais e Lutas de Classes: atualidades dos conceitos**. In: III – Conferência internacional La obra de Carlos Marx y los desafíos del Siglo XXI – Marcelo Badaró Mattos, 1994.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Cidade Sobre os Ombros: Trabalho e Conflito no Porto de Manaus (1889-1925)**. 2ª ed. Manaus: Edua, 2003.

RIBEIRO, Marlene. **De Seringueiro a Agricultor/Pescador a Operário Metalúrgico: um estudo sobre o processo de expropriação/proletarização/organização dos trabalhadores amazonenses**. Dissertação Mestrado. Minas Gerais: UFMG, 1987.

RODRIGUES, J. A. **Sindicato e desenvolvimento no Brasil**. São Paulo: DIFEL, 1968.

RODRIGUES, Iram Jácome. **A trajetória do Novo Sindicalismo**. In: Novo Sindicalismo: vinte anos depois. São Paulo: Vozes, 1999.

_____. **Relação de Trabalho no ABC paulista na década de 1990**. In: SANTANA, Marco Aurélio / RAMALHO, José Ricardo (Orgs.). Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

_____. **Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta / Fapesp, 1997.

_____ e ARBIX, Glauco. **Novas estratégias sindicais diante do desemprego**. São Paulo, São Paulo em Perspectiva, vol. 10. nº 01, janeiro-março. 1996.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **As Tendências Políticas na formação das Centrais Sindicais**. In: BOITO JR., Armando. O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. **Partidos e sindicatos**. Escritos de sociologia política. São Paulo, Ática, 1990.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHERER, Elenise. **Baixas nas carteiras: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus**. Manaus: EDUA, 2005.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Francisco Carlos da. **Crise da Ditadura Militar e o Processo de Abertura Política no Brasil, 1974-1985**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano / O tempo da ditadura militar: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX, vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa II**. Tradução de Renato Busatto Neto e Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A Formação da Classe Operária Inglesa III**. Tradução Renato de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sergio. Campinas / SP: Editora Unicamp, 2001.

TORRES, Iraídes Caldas. **As Novas Amazônicas**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

TROTSKI, Leon. **Texto escrito em março de 1923**, in: Escritos sobre sindicatos. S.P., Kairós Liv. e edit., 1978.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da Imprensa: algumas considerações metodológicas**. Projeto História, nº 04, São Paulo: Educ, 1985.

FONTES JORNALÍSTICAS

Jornal **A Crítica** – 18 de junho de 1985

Jornal **A Crítica** – 19 de junho de 1985.

Jornal **A Crítica** – 31 de julho de 1985.

Jornal **A Crítica** – 04 de agosto de 1985.

Jornal **A Crítica** – 07 de agosto de 1985.

Jornal **A Notícia** – de 07 de agosto de 1985.

Jornal do Comercio – 31 de julho de 1985.

Jornal do Comercio – 07 de agosto de 1985.

Jornal **O PARAFUSO** - Pastoral Operária – Manaus/Am – Ano III, nº 11, Outubro, 1987.

Jornal **O PARAFUSO** - Pastoral Operária - Manaus/Am – Ano III, nº 14, Abril-Maio, 1988.

ANEXOS

Quem vai descer a Acará?



Foto: Rua Acará (PIM)
Acervo: Milton Melo dos Reis Filho



Foto: Rua Acará (PIM)
Acervo: Milton Melo dos Reis Filho

A Rua Acará está localizada no Pólo Industrial de Manaus.

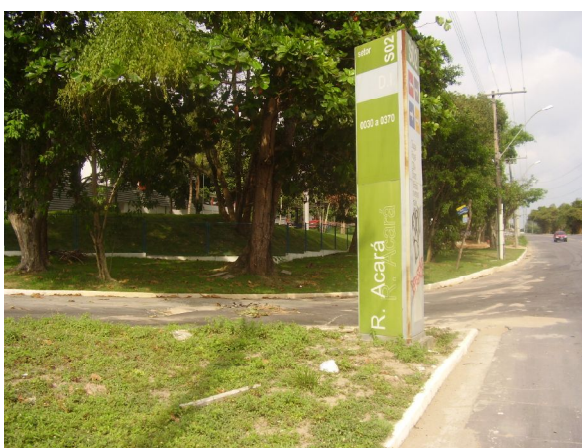


Foto: Rua Acará (PIM)
Acervo: Milton Melo dos Reis Filho



Foto: Rua Acará (PIM)
Acervo: Milton Melo dos Reis Filho

A Rua Acará



Foto: Rua Acará (PIM)
Acervo: Milton Melo dos Reis Filho



Foto: Rua Acará (PIM)
Acervo: Milton Melo dos Reis Filho







Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)